



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA DIVERSIDADE

**RELATÓRIO DE DESEMPENHO DA
GESTÃO DO ÓRGÃO
SECRETARIA DA DIVERSIDADE - SEDIV
2025**

FORTALEZA/CE - 2026

SUMÁRIO

PRONUNCIAMENTO DA SECRETÁRIA	4
1. A INSTITUIÇÃO	5
1.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	6
1.1.1 Pessoal	9
1.1.2 Competências	10
1.2 RECURSOS PATRIMONIAIS	11
1.3 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	12
1.3.1 Desafios Estratégicos	14
1.3.2 Eixos de Atuação	14
1.3.3 Objetivos Específicos e Metas Institucionais	15
2. ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA GERAL DO ÓRGÃO SEDIV/CE	21
2.1 DESPESAS COM PESSOAL	21
2.1.1 Regime Geral da Previdência Social Secretaria da Diversidade	22
2.1.2 Ativo Civil da Secretaria da Diversidade	22
2.1.3 Diárias e passagens aéreas	23
2.2 RESULTADOS DAS METAS INSTITUCIONAIS PACTUADAS EM 2025	23
3. RELATÓRIOS DAS COORDENAÇÕES E ASSESSORIAS	29
3.1 COORDENADORIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA LGBTI+	30
3.1.1 Eixos de Atuação e Principais Resultados	30
3.1.1.1 Fortalecimento da Governança e Articulação Institucional	30
3.1.1.2 Ampliação das Redes de Proteção e Atendimento	30
3.1.1.3 Promoção da Empregabilidade, Formação e Autonomia Econômica	31
3.1.1.4 Formação, Letramento e Enfrentamento à LGBTfobia	32
3.1.1.5 Participação Social, Conferências e Democracia Participativa	33
3.1.3 Contribuição Estratégica para as Metas da Sediv	33
3.1.4 Conselho Estadual de Combate à Discriminação LGBTI+ (CECD/LGBT)	34
3.1.5 Campanha Ceará da Diversidade contra a LGBTfobia	37



3.2 COORDENADORIA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA	39
3.2.1 Visão geral	39
3.2.1 Atividades exercidas cumulativamente	39
3.2.3 Das atividades	40
3.3 ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO.....	41
3.3.1 Introdução	41
3.3.1.1 Atividades realizadas	41
3.3.1.2 Relatório de Atuação do Perfil @diversidadece	44
3.1.1.3 Relatório da Clipagem Jornalística	46
3.4 ASSESSORIA JURÍDICA E OUVIDORIA.....	49
4. RELATÓRIO DO CENTRO ESTADUAL DE REFERÊNCIA LGBT+.....	50
4.1 APRESENTAÇÃO	50
4.2 HISTÓRICO	51
4.3 DADOS GERAIS DE ATENDIMENTOS	53
4.3.1 Atendimento técnico do Serviço Social	64
4.3.2 Atendimento técnico da Psicologia	85
4.3.3.1 Demandas.....	86
4.3.3.2 Perfil das pessoas atendidas	87
4.3.3.3 Considerações finais	93
4.3.3 Atendimento técnico da Assessoria Jurídica	93
4.3.4 Relatório técnico de registro do Observatório de Indicadores Sociais (OiSol) ...	106
4.3.4 Interiorização da política LGBTI+ por meio da Unidade de Atendimento Móvel à População LGBTI+ do Ceará Dandara Ketlely	118
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	121
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	123
ANEXO I - RELATÓRIO DE DIÁRIAS SEDIV	
ANEXO II - PASSAGENS AÉREAS DA SECRETARIA DA DIVERSIDADE	
ANEXO II - CATALOGAÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEDIV	

PRONUNCIAMENTO DA SECRETÁRIA

Apresentar este Relatório Anual de Gestão é, antes de tudo, um exercício de responsabilidade pública e de compromisso com a transparência. Ele registra não apenas números, metas e execuções orçamentárias, mas o esforço coletivo de uma Secretaria ainda jovem, que carrega o desafio histórico de estruturar e consolidar políticas públicas voltadas à população LGBTI+ no Estado do Ceará.

O ano de 2025 foi marcado por intenso planejamento e preparação para entregas estruturantes, como a Conferência Estadual dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, segunda edição do Festival Ceará da Diversidade, a preparação para a implantação da Unidade de Atendimento Móvel à População LGBTI+ do Ceará Dandara Ketlely e o fortalecimento de equipamentos e ações já consolidadas, como o Centro Estadual de Referência LGBT+ Thina Rodrigues, as campanhas de enfrentamento à LGBTfobia e as iniciativas de formação, empregabilidade e participação social.

Este relatório evidencia os avanços alcançados na ampliação dos atendimentos, na interiorização das ações, no fortalecimento dos conselhos e na produção de conhecimento sobre a política LGBTI+, reafirmando o carácter transversal, democrático e intersetorial da Secretaria da Diversidade (Sediv) na promoção e garantia de direitos

Como servidora pública, reconheço que cada dado aqui apresentado representa vidas impactadas, direitos protegidos e caminhos abertos para a construção de um Ceará mais justo, diverso e livre de discriminações. Que este relatório sirva não apenas como prestação de contas, mas como instrumento de memória, aprendizado e compromisso com os desafios que ainda nos convocam.

Mitchelle Benevides Meira, Secretária da Diversidade

1 A INSTITUIÇÃO

A Secretaria da Diversidade (Sediv) é órgão integrante da administração pública direta do Poder Executivo Estadual, instituído pela Lei nº 18.310, de 17 de fevereiro de 2023, inscrito no CNPJ nº 50.188.190/0001-90, com sede administrativa localizada na Rua Silva Paulet, nº 334, bairro Meireles, no município de Fortaleza, Estado do Ceará. Compete à Sediv a formulação, coordenação, execução, monitoramento e avaliação de programas, projetos e ações governamentais destinados à promoção, proteção e garantia dos direitos da população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Travestis, Intersexos e demais orientações sexuais e identidades de gênero, com vistas à efetivação da dignidade da pessoa humana.

A Sediv configura-se como a primeira Secretaria de Estado do Brasil criada com a finalidade específica de promoção de políticas públicas voltadas à população LGBTI+, representando marco histórico no âmbito estadual e nacional. Seu caráter pioneiro consolidou-se como referência para outros entes federativos, especialmente no que se refere à institucionalização de políticas públicas de enfrentamento às discriminações e violações de direitos. A Secretaria possui natureza transversal, atuando de forma articulada com os demais órgãos e entidades da administração pública estadual, por meio da integração de ações e da cooperação intersetorial, visando ao desenvolvimento de políticas públicas efetivas e alinhadas às diretrizes de áreas estratégicas para a promoção da cidadania, tais como educação, saúde, segurança pública, habitação, assistência social, alimentação, mobilidade urbana, esporte, cultura e turismo.

No âmbito de sua estrutura administrativa, a Secretaria da Diversidade mantém equipamento público de atendimento direto à população, denominado Centro Estadual de Referência LGBT+ Thina Rodrigues, destinado ao acolhimento, atendimento e acompanhamento da população LGBTI+ em todo o território do Estado do Ceará. O Centro oferta serviços de caráter socioassistencial, psicológico e jurídico, além de orientações técnicas e encaminhamentos para a rede de serviços públicos municipais e estaduais. Compete-lhe, ainda, apoiar o acesso à educação profissional, bem como desenvolver ações de orientação e mediação voltadas à inserção e permanência da população LGBTI+ no mercado de trabalho. O equipamento está situado na Rua Valdetário Mota, nº 970, bairro Papicu, Fortaleza, Ceará.

No exercício de 2025, a Sediv concentrou sua atuação no planejamento estratégico das ações anuais, considerando tratar-se de um período atípico, marcado por entregas estruturantes que demandaram preparação técnica, política e administrativa aprofundada. Entre essas entregas, destacam-se a realização da Conferência Estadual dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ e a implantação da Unidade de Acolhimento para a população LGBTI+, além da continuidade e qualificação de ações já consolidadas na agenda institucional, como o Festival Ceará da Diversidade, os Mutirões de Serviços e de Empregabilidade, os Seminários da Diversidade, a Semana Luís Palhano Loiola, as atividades alusivas ao Dia do Orgulho LGBTI+ e demais datas comemorativas.

No mesmo período, a Sediv manteve a coordenação e o acompanhamento dos Comitês, Grupos de Trabalho e do Conselho Estadual, fortalecendo os espaços de participação social e de controle democrático das políticas públicas. Destacaram-se, ainda, as ações voltadas à promoção e valorização da cultura LGBTI+, à recepção, registro e encaminhamento de denúncias de discriminação motivadas por orientação sexual e identidade de gênero, bem como o apoio à formulação, implementação e ao monitoramento de políticas públicas nas áreas de segurança e ressocialização.

A Secretaria desenvolveu, igualmente, iniciativas direcionadas à formação profissional, à qualificação e à ampliação da empregabilidade da população LGBTI+, reafirmando seu compromisso com a inclusão social e a redução das desigualdades. O conjunto dessas ações e os resultados alcançados encontram-se sistematizados no presente Relatório de Desempenho da Gestão.

1.1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Conforme Decreto Nº 35.344, de 14 de março de 2023, que dispõe sobre a estrutura organizacional e os cargos de provimento em comissão da Secretaria da Diversidade (Sediv). O Governador do Estado do Ceará, no uso das atribuições que lhe confere o art. 88, incisos IV e VI, da Constituição Estadual; considerando o disposto nas leis nº 16.710, de 21 de dezembro de 2018 e nº 18.310, de 17 de fevereiro de 2023; considerando que se impõe o esforço contínuo de adequação de modelos estruturais às políticas e estratégias da ação governamental; considerando, finalmente, o que dispõe o decreto nº 21.325, de 15 de março

de 1991, quanto à indispensável transparência dos atos do governo, a estrutura organizacional básica e setorial da Secretaria da Diversidade (Sediv) é a seguinte, Art. 1º:

I - DIREÇÃO SUPERIOR

Secretária da Diversidade

II - GERÊNCIA SUPERIOR

Secretário Executivo da Diversidade

III - ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO

1. Assessoria Jurídica
2. Assessoria de Comunicação

IV - ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO PROGRAMÁTICA

4. Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para LGBTI+
 - 4.1. Célula de Articulação e Promoção da Cidadania para População LGBTI +
 - 4.2. Célula de Programas e Projetos para População LGBTI+

V - ÓRGÃO DE EXECUÇÃO INSTRUMENTAL

5. Coordenadoria Administrativo-Financeira

VI - ÓRGÃO COLEGIADO

6. Conselho Estadual de Combate à Discriminação LGBT (CECDLGBT)

Parágrafo único. Obedecida a legislação própria e os parâmetros estabelecidos no Decreto, as competências das unidades orgânicas da Secretaria da Diversidade serão fixadas em Regulamento, a ser aprovado por Decreto do Chefe do Poder Executivo Estadual.

Art. 2º O cargo de Secretário da Diversidade, criado pela Lei nº 18.310, de 17 de fevereiro de 2023, integra o quadro de cargos da Secretaria da Diversidade, sendo representado pelo símbolo SS-1.

Art. 3º O cargo de Secretário Executivo da Diversidade, criado pela Lei nº 18.310, de 17 de fevereiro de 2023, integra o quadro de cargos da Secretaria da Diversidade, sendo representado pelo símbolo SS-2.

Art. 4º Ficam distribuídos na estrutura organizacional da Secretaria da Diversidade, 9 (nove) cargos de provimento em comissão, 1 (um) de símbolo DNS-1, 3 (três) de símbolo DNS-2, 3 (três) de símbolo DNS-3 e 2 (dois) de símbolo DAS-1.

Art. 5º Os cargos da Secretaria da Diversidade são os constantes no Anexo Único deste Decreto, com símbolos, denominações e quantificações ali previstas.

A denominação, a simbologia e a quantidade de cargos de provimento em comissão da Secretaria da Diversidade, de acordo com o Anexo Único, ao qual se refere o art. 5º do Decreto nº 35.344, são as seguintes:

Quadro 1 - Cargos em provimento em comissão

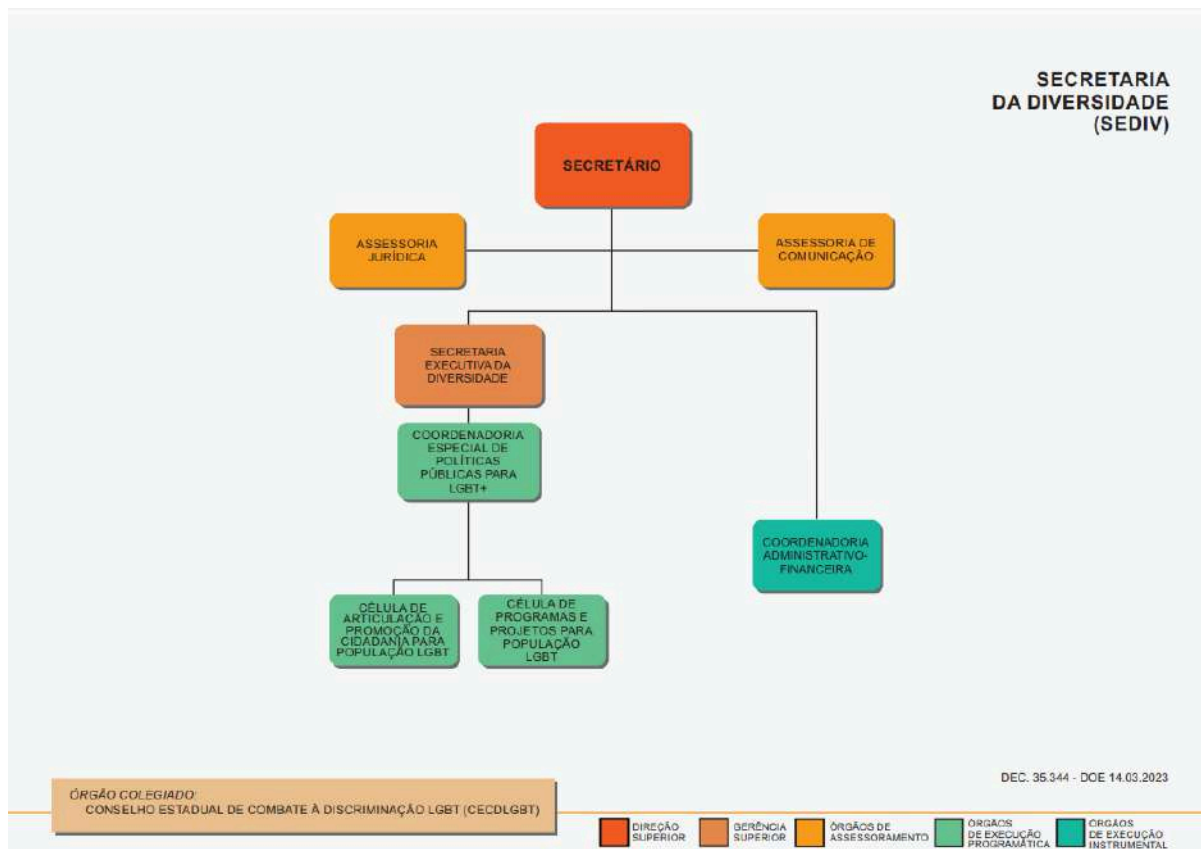
CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DA SECRETARIA DA DIVERSIDADE – 2024		
NOME DO CARGO	SÍMBOLO	QUANTIDADE
Secretário da Diversidade	SS-1	01
Secretário Executivo da Diversidade	SS-2	01
Coordenador Especial	DNS-1	01
Coordenador	DNS-2	03
Orientador de Célula	DNS-3	02
Articulador	DNS-3	01
Assessor Técnico	DAS-1	02
TOTAL		11

Fonte: Autoral

Com base no Decreto nº 35.361, de 23 de março de 2023, que dispõe sobre a estrutura organizacional e os cargos de provimento em comissão da Secretaria da Diversidade, disposta na figura 1 a seguir:

A Secretaria da Diversidade possui o seguinte organograma:

Figura 1: Organograma



Fonte: Autoral

1.1.1. Pessoal

A Secretaria da Diversidade contou com uma força de trabalho composta por 11 servidores comissionados, conforme quadro 2:

Quadro 2 - Cargos de direção e assessoramento

QUADRO DE CARGOS DE DIREÇÃO E ACESSORAMENTO SUPERIOR DA SECRETARIA DA DIVERSIDADE – 31/12/2023						
DENOMINAÇÃO DO CARGO	SÍMBOLO	QTDE	QTDE DE CARGOS OCUPADOS			QTDE VAGA
			POR SERVIDOR DA SEDIV	POR SERVIDOR CEDIDO	EXCLUSIVAMENTE POR COMISSIONADO	
Secretário da	SS-1	1	0	0	1	0

Diversidade						
Secretário Executivo da Diversidade	SS-2	1	0	0	1	0
Coordenador Especial	DNS-1	1	0	0	1	0
Coordenador	DNS-2	3	0	1	2	0
Orientador de Célula	DNS-3	2	0	0	2	0
Articulador	DNS-3	1	0	0	1	0
Assessor Técnico	DAS-1	2	0	0	2	0
TOTAL		11	0	1	10	0

Fonte: Autoral

1.1.2 Competências

A Secretaria da Diversidade, conforme Art. 21-D da Lei Nº 18.310, de 17 de fevereiro de 2023, que dispõe sobre o Modelo de Gestão do Poder Executivo Estadual, tem as seguintes competências:

I – promover e executar programas, projetos e atividades visando à efetiva atuação em favor do respeito à dignidade da pessoa humana da população LGBTI+, independentemente da orientação sexual e da identidade de gênero;

II – coordenar as políticas transversais à promoção da cidadania de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexos sem prejuízo das atribuições do Conselho Estadual de Defesa da Pessoa Humana, conforme dispõe o art. 181 da Constituição Estadual, e a outras políticas que venham a ser definidas pelo Chefe do Poder Executivo;

III – executar ações de capacitação e formação acerca da diversidade;

IV – receber denúncias de discriminação por orientação sexual e identidade de gênero, além de dar encaminhamento às denúncias de discriminação;

V – exercer a coordenação de ações de fomento à cultura relacionadas à promoção, garantia e defesa dos direitos das pessoas LGBTI+;

VI – promover a defesa dos direitos inalienáveis da pessoa humana LGBTI+, por meio da ação integrada com a sociedade;

VII – promover e apoiar políticas públicas de empregabilidade para a população LGBTI+, em especial para a população trans;

VIII – orientar, encaminhar e acompanhar pessoas trans a retificarem tanto o nome quanto o gênero em seu registro civil de nascimento e registro geral;

IX – exercer outras atividades necessárias ao cumprimento de suas finalidades nos termos do regulamento.

Parágrafo único. O Conselho Estadual de Combate à Discriminação LGBT – CECDLGBT, criado pela Lei n.º 16.953, de 1.º de agosto de 2019 e pelo Decreto n.º 33.906, de 27 de janeiro de 2021, fica vinculado à Secretaria da Diversidade.

1.2 RECURSOS PATRIMONIAIS

A Secretaria da Diversidade, criada nos termos da Lei nº 18.310/2023, de 17 de fevereiro de 2023, não possui bens de consumo, móveis, intangíveis e possui a cessão de uso de um imóvel junto a Secretaria do Desenvolvimento Agrário, contabilizado no exercício 2024, que sediará a Casa de Acolhimento LGBTI+, através do extrato de termo de cessão de uso N° 03/2024. O artigo 13 da Lei nº 18.310/2023, de 17 de fevereiro de 2023, determina que a Casa Civil promova o material necessário para funcionamento desta Secretaria, conforme consta:

Art. 13. A Casa Civil promoverá, observado o disposto no § 3.º deste artigo, a estrutura e o suporte material necessário ao funcionamento da Secretaria da Articulação Política, da Secretaria das Relações Internacionais, da Secretaria da Juventude, da Secretaria dos Povos Indígenas, da Secretaria da Diversidade e da Secretaria da Igualdade Racial.

§ 1.º As Secretarias a que se refere o caput deste artigo terão seus gastos, inclusive de pessoal, correndo à conta de dotação orçamentária da Casa Civil, à qual competirá a ordenação da correspondente despesa.

§ 2.º Excepciona-se da previsão do § 1.º deste artigo a execução de políticas e programas especiais a cargo dos órgãos previstos no caput, cuja execução orçamentária poderá se dar diretamente, na forma estabelecida na lei ou no decreto de criação da política ou programa especial, observado o disposto na legislação orçamentária.

§ 3.º O disposto neste artigo, inclusive quanto ao seu § 1.º, poderá ser revisto na forma e condições estabelecidas em decreto do Poder Executivo, e observada a legislação aplicável, quando o novo órgão, criado nos termos desta Lei, no decorrer de sua operação e após providências para captação de recursos no setor

público ou privado, adquirir condições de sustentabilidade financeira e orçamentária.

§ 4.º Enquanto não implementado o disposto no § 3.º deste artigo, a prestação de contas do novo órgão, para fins de controle externo, dar-se-á em conjunto com a da Casa Civil, respondendo cada titular do Órgão exclusivamente pela matéria atinente à respectiva competência.

Para cumprir essa determinação, foram necessárias adequações nos espaços básicos da Secretaria, bem como avaliação, planejamento e logística para a aquisição dos recursos materiais e patrimoniais necessários para o funcionamento desta Secretaria no exercício 2023, ficando a regularização da movimentação desses bens a serem formalizados através de Termos de Transferência de Bens Patrimoniais entre Casa Civil e esta Secretaria no exercício 2024.

1.3 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Tabela 1 - Identidade Institucional e valores atualizados da SEDIV/CE

Planejamento Estratégico 2023 - 2026	
Visão	Ser referência nacional no desenvolvimento de Políticas Públicas de proteção, promoção de direitos e cidadania da população LGBTI+, no enfrentamento às desigualdades e violências LGBTfóbicas.
Missão	Promover políticas públicas voltadas à população LGBTI+ para um Ceará livre de LGBTfobia.
Valores	<ul style="list-style-type: none"> - Ética: A ética é uma base para a construção de políticas públicas justas, inclusivas e comprometidas com os direitos da população LGBTI+. Ela garante que nossas ações sejam guiadas pela integridade, transparência e responsabilidade, garantindo que cada decisão respeite a dignidade humana e combata qualquer forma de discriminação. Além disso, a ética fortalece a confiança da sociedade no nosso trabalho, promovendo um ambiente de respeito e equidade. - Transparência: A transparência garante que nossas ações, decisões e recursos sejam acessíveis e compreensíveis para toda a sociedade. Ao promover a clareza e a prestação de contas, fortalecemos a confiança da população e dos movimentos sociais, garantindo que as políticas públicas externas para a população LGBTI+ sejam construídas de forma democrática e responsável. Além disso, a transparência combate à desinformação e reforça o compromisso com a participação social, permitindo que todos os acompanhem e

	<p>contribuam ativamente para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.</p> <ul style="list-style-type: none">- Antirracismo: A luta pelos direitos da população LGBTI+ precisa de dignidade e enfrentamento das desigualdades raciais que atravessam essas vivências. O racismo estrutural impacta diretamente a vida de pessoas LGBTI+ negras e indígenas, tornando essencial a construção de políticas públicas que promovam equidade e justiça social. Ser antirracista significa não apenas rejeitar o racismo, mas atuar para desmantelá-lo, garantindo que nossas ações e decisões contemplem a diversidade racial e combatam qualquer forma de preconceito.- Diversidade: Representa a essência do nosso compromisso com a inclusão e a equidade. Reconhecemos e valorizamos a pluralidade de identidades, orientações, expressões de gênero, raça, etnia, classe, idade e outras interseccionalidades que compõem a sociedade. Garantir a diversidade como um princípio norteador significa construir políticas públicas que reflitam e atendam às necessidades reais de todas as pessoas, garantindo que ninguém seja invisibilizado ou excluído.- Respeito: É uma base para a garantia dos direitos e da dignidade de todas as pessoas, independentemente de sua identidade de gênero, orientação sexual, raça, etnia ou qualquer outra característica. Ele orienta nossas políticas públicas para que sejam inclusivas, livres de discriminação e comprometidas com a equidade. Respeitar significa considerar e valorizar as diferentes vivências da população LGBTI+, garantindo que cada indivíduo tenha sua existência válida e protegida.- Coragem: a defesa dos direitos da população LGBTI+ exige um enfrentamento constante contra preconceitos, desigualdades e retrocessos. É preciso ousadia para transformar estruturas excludentes, garantir avanços e implementar políticas públicas que promovam justiça e equidade. Agir com coragem significa não recuar diante dos desafios, mas seguir firmes na construção de uma sociedade onde todas as pessoas possam viver com dignidade, segurança e respeito.- Empatia: é fundamental para a construção de políticas públicas que realmente atendam às necessidades da população LGBTI+. Colocar-se no lugar do outro permite um olhar mais sensível e humanizado, garantindo que cada ação seja guiada pelo compromisso com a inclusão, o respeito e a equidade. A empatia fortalece o diálogo com a sociedade, promovendo a escuta ativa e a valorização das diferentes vivências.
--	---

	<p>- Participação: a construção de políticas públicas eficazes e inclusivas depende do envolvimento ativo da sociedade civil, dos movimentos sociais e da população LGBTI+. Garantir espaços de escuta e diálogo fortalece a democracia, amplia a representatividade e garante que as decisões reflitam as reais necessidades da população. Promove a participação e o protagonismo social, estimulando a colaboração e o senso de pertencimento na luta por direitos.</p>
--	---

Fonte: Autoral

1.3.1 Desafios Estratégicos

a) Desafio Transversal

Implementar ações que promovam a inclusão, a cidadania e o desenvolvimento integral e sustentável de populações LGBTI+, contribuindo para redução de vulnerabilidade e desigualdade social de forma intersetorial e transversal com as políticas de estado.

b) Desafio de Acesso às políticas de Diversidade do Estado

Ampliar e democratizar o acesso às políticas de diversidade com base no desenvolvimento da economia dos setores criativos, no fortalecimento da diversidade e da cidadania em todas as regiões do Estado do Ceará.

c) Desafio de Conhecimento e Formação

Formar profissionais para atuar no campo das políticas públicas de Diversidade, desenvolvendo capacidades e competências criativas, técnicas, de gestão e do pensamento crítico.

d) Desafio de Salvaguarda e Sustentabilidade do Patrimônio

Garantir a política de salvaguarda e sustentabilidade do patrimônio artístico e cultural e da memória LGBTI+ cearense por meio da qualificação e ampliação de ações de pesquisa, educação, letramento em diversidade, comunicação e acessibilidade aos acervos produzidos.

1.3.2 Eixos de Atuação

Eixo 1. Promoção

Eixo 2. Cidadania

Eixo 3. Proteção

1.3.3 Objetivos Específicos e Metas Institucionais

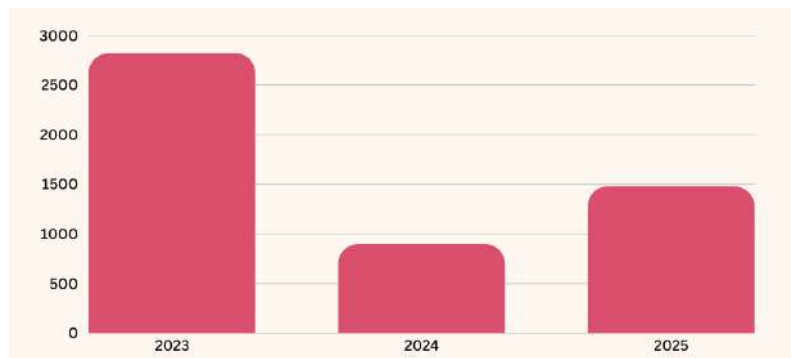
OBJETIVO ESTRATÉGICO 1: Superar a LGBTfobia institucional nos atendimentos do serviço público do estado do Ceará.

ENTREGAS

- **AGENTE PÚBLICO CAPACITADO:** qualificação do atendimento de agentes públicos (servidores, terceirizados, entre outros) por meio de cursos, seminários, palestras, oficinas e rodas de conversa e sobre orientação sexual, identidade de gênero e direitos da população LGBTI+, visando à redução de casos de LGBTfobia no atendimento dos serviços públicos e nas instituições de ensino, por meio da capacitação de profissionais da educação para o reconhecimento positivo e o respeito à diversidade de orientação sexual e de identidade de gênero.

Entrega: 1481 agentes capacitados ao ano.

Gráfico 1 - Gráfico comparativo das formações entre 2023 à 2025



Fonte: autoral

- **EVENTO REALIZADO:** realização de eventos junto às escolas profissionalizantes estaduais, Instituições de Ensino Superior (IES) e Organizações da Sociedade Civil

(OSCs), com o objetivo do reconhecimento positivo e do respeito à diversidade de orientação sexual e de identidade de gênero, em parceria com as universidades.

Entrega: 11 eventos realizados ao ano.

- **OUVIDORIA ESPECIALIZADA:** a Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE) assinou um Acordo de Cooperação Técnica com a Secretaria da Diversidade (Sediv) para a disponibilização do serviço de Ouvidoria do Estado para atuar como canal de captação de demandas referentes à população LGBTI+ através do Canal 155.

Entrega: 76 registros.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 2: Promover a inclusão, a qualidade de vida, a visibilidade, a proteção e a defesa dos direitos da população LGBTI+, em especial aquela em situação de vulnerabilidade social e econômica.

ENTREGAS

- **ATENDIMENTO REALIZADO:** número de atendimentos psicossociais e orientações jurídicas direcionados à população LGBTI+ realizados no Centro Estadual de Referência LGBT Thina Rodrigues, pelos Centros Regionais de Referência LGBTI+, pelo Centro Estadual de Acolhimento à População LGBTI+ e pela Unidade de Atendimento Móvel à População LGBTI+ do Ceará Dandara Ketlely;

Entrega: 2130 atendimentos realizados pelo Centro Estadual de Referência LGBT Thina Rodrigues e 514 atendimentos pela Unidade de Atendimento Móvel LGBTI+ Dandara Ketlely.

- **CENTRO DE REFERÊNCIA LGBTI+ MANTIDO:** manutenção das despesas necessárias ao pleno funcionamento do Centro de Referência LGBT Thina Rodrigues, que tem papel central na garantia dos direitos da população LGBTI+, assegurando o desenvolvimento, a cidadania e a proteção dessa população;

Entrega: 01 unidade mantida.

- **UNIDADE DE ATENDIMENTO MÓVEL À POPULAÇÃO LGBTI+ MANTIDA:** manutenção das despesas necessárias ao pleno funcionamento de uma unidade móvel destinada a ofertar serviço humanizado e especializado à população LGBTI+ em

situação de violência, omissão e/ou violação de direitos motivados pela orientação sexual e/ou identidade de gênero;

Entrega: 01 unidade mantida.

- CENTRO DE ACOLHIMENTO LGBTI+ MANTIDO: manutenção das despesas necessárias ao pleno funcionamento do Centro de Estadual de Acolhimento à População LGBTI+, voltado a pessoas LGBTI+ vítimas de discriminação, abandono familiar e violência em razão de identidade de gênero e orientação sexual, com prioridade à população de travestis e transexuais. A Casa de Acolhimento ofertará os serviços de acolhimento, apoio psicossocial, auxílio na promoção da autonomia econômica, bem como acompanhamento junto a delegacias, juizados, Ministério Público e Defensoria Pública.

Entrega: 01 unidade em processo de implantação.

- CENTRO REGIONAL DE REFERÊNCIA LGBTI+ IMPLANTADO: implantação de 3 (três) Centros Regionais de Referência LGBTI+ para a oferta de serviços socioassistenciais e psicossociais, contemplando três diferentes macrorregiões cearenses do interior do Estado.

Entrega: 01 unidade em processo de implantação.

- PROJETO APOIADO: apoio de projetos por meio do lançamento de edital de chamamento público, com o objetivo de incentivar, através de patrocínio direto, atividades de proteção e promoção de direitos da população LGBTI+ realizadas por grupos da sociedade civil.

Entrega: 10 projetos apoiados e 4 patrocínios..

- CAMPANHA REALIZADA: realização da campanha Ceará da Diversidade contra a LGBTfobia, com ações educativas de visibilidade, proteção e promoção dos direitos da população LGBTI+, bem como de conscientização acerca da importância do enfrentamento à LGBTfobia nos mais diversos meios de comunicação.

Entrega: 01 campanha realizada.

- **EVENTO REALIZADO:** realização dos Jogos da Diversidade: gaymada e futebol feminino para jovens LGBTI+, que se realizarão em todo o Estado, em parceria com a Secretaria do Esporte.

Entrega: 0 evento realizado.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 3: Ampliar as redes de proteção e promoção de direitos da população LGBTI+, bem como promover a participação social no planejamento e implementação das políticas públicas para a população LGBTI+ dos municípios cearenses.

ENTREGAS

- **EVENTO REALIZADO:** eventos (reuniões, seminários, oficinas) de incentivo à criação de Conselhos Municipais de Combate à Discriminação LGBTI+ no Ceará, de órgãos gestores municipais LGBTI+ (coordenadorias, núcleos e gerências) e de Planos Municipais de Enfrentamento à LGBTfobia, bem como de eventos voltados à apresentação, discussão, reelaboração e criação de políticas públicas para a população LGBTI+ no Estado do Ceará, de encontros, comitês intersetoriais, associações da sociedade civil e realização de eventos nos marcos históricos de luta pela defesa dos direitos da população LGBTI+.

Entrega: 11 eventos realizados.

Tabela 2 - Seminários Regionais 2023 à 2025

Seminários Regionais 2023			
Região	Título	Município	Quantidade
Região Metropolitana	I Simpósio da Diversidade: Orgulho em debater	Fortaleza	50 pessoas
Litoral Oeste / Vale do Curu	Seminários Regionais - 1ª Seminário Regional - Itapipoca	Itapipoca	213 pessoas
Região Metropolitana do Cariri	Seminários Regionais - 2º Seminário Regional - Crato	Crato	46 pessoas

Região Metropolitana	Seminários Regionais - 3º Seminário Regional - Maracanaú	Maracanaú	121 pessoas
	Seminários Regionais - 4º Seminário Regional - Sobral	Sobral	153 pessoas
Seminários Regionais 2024			
Região	Título	Município	Quantidade
Centro Sul	Conferência Regional - Etapa Cariri e Centro Sul	Iguatu	70 pessoas
Sertão Central	Conferência Regional - Etapa Sertão Central e Canindé	Quixeramobim	30 pessoas
Sertão dos Crateús	Conferência Regional - Etapa Sertão de Inhamuns e Crateús	Tamboril	96 pessoas
Serra da Ibiapaba	Conferência Regional - Etapa Sertões de Sobral e Serra da Ibiapaba	Ibiapaba	67 pessoas
Litoral Oeste / Vale do Curu	Conferência Regional - Etapa Litoral Norte, Oeste e Vale do Curu	Itapipoca	49 pessoas
Maçico de Baturité	Conferência Regional - Etapa Maçico de Baturité	Baturité	29 pessoas
Litoral Leste / Jaguaribe	Conferência Regional - Etapa Litoral Leste e Jaguaribe	Aracati	49 pessoas
Grande Fortaleza	Conferência Regional - Etapa	Fortaleza	102 pessoas

	Grande Fortaleza		
Grande Fortaleza	I Festival Ceará da Diversidade	Fortaleza	5000 pessoas
Seminários Regionais 2025			
Região	Título	Município	Quantidade
Grande Fortaleza	Conferência Regional - Etapa complementar Região Metropolitana e Fortaleza	Fortaleza	160 pessoas
Grande Fortaleza	IV Conferência Estadual dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+	Caucaia	291 pessoas
Litoral Leste / Jaguaribe	Seminários da Diversidade - Ceará da Diversidade contra a LGBTfobia: construindo a cidadania LGBTI+ na superação do preconceito e da violência	Limoeiro do Norte	100 pessoas
Grande Fortaleza	Semana Luis Palhano Loiola - Empresas + Diversidade: empregabilidade e inclusão da população LGBTI+ no mercado de trabalho	Região Metropolitana	60 pessoas
Grande Fortaleza	Semana Luis Palhano Loiola - Posse do Comitê Intergestores Cultural e abertura do I Encontro Estadual de Intergestores da	Fortaleza	30 pessoas

	Política LGBTI+		
Grande Fortaleza	Semana Luis Palhano Loiola - Lançamento da Cartilha Enfrentamento à LGBTfobia e aula Magna do Empodera+ com Erika	Fortaleza	100 pessoas
Todas	Semana Luis Palhano Loiola - I Reunião de Gestores Intermunicipais da Política LGBTI+	Diversos municípios (gestores da política LGBTI+)	20 pessoas
Sertão Central	Seminários da Diversidade - Construindo cidadania LGBTI+ na superação do preconceito e da violência	Quixadá	62 pessoas
Grande Fortaleza	Seminário de Enfrentamento à LGBTfobia nos estádios	Fortaleza	45 pessoas
Grande Fortaleza	II Festival Ceará da Diversidade	Fortaleza	3729 pessoas

Fonte: Autoral

- CONSELHO APOIADO: apoio, através de consultoria e entrega de equipamentos básicos ao funcionamento de um Conselho, aos Conselhos Municipais de Combate à Discriminação LGBTI+ do Ceará.
Entrega: 7 conselhos apoiados.
- SELO CONCEDIDO: reconhecimento de municípios cearenses com o Selo Município Mais Diversidade, visando a incentivar os municípios cearenses na promoção e implementação do tripé da Cidadania LGBTI+: Órgão Gestor LGBTI+

(coordenadorias, núcleos e gerências), Conselho Municipal LGBTI+ e Plano Municipal de Enfrentamento à LGBTfobia.

Entrega: 0 selos concedidos.

- **CONSELHO MANTIDO:** manutenção do Conselho Estadual de Combate à Discriminação LGBT, a fim de possibilitar, em observância às diretrizes estabelecidas no Decreto 35.494/2023, a realização de reuniões ordinárias e reuniões extraordinárias, seminários regionais preparatórios para as conferências, a Conferência Estadual, dentre outras ações.

Entrega: 01 conselho mantido.

- **PLANO ELABORADO:** elaboração do Plano Estadual de Enfrentamento à LGBTfobia e Promoção dos Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexos e outras identidades de gênero (LGBTI+) do Estado do Ceará, composto por metas e ações a serem cumpridas pelo Governo do Estado do Ceará ao longo dos próximos 10 anos, será um instrumento que possibilitará o diagnóstico de possibilidades para o debate e a luta por igualdade de direitos à população LGBTI+ do Ceará, com destaque ao enfrentamento de todas as formas de violência contra essa população, ampliando o controle social e a participação democrática e popular das políticas transversais.

- Entrega: 01 plano elaborado.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 4: Expandir o conhecimento técnico-científico sobre a Política LGBTI+ no Estado do Ceará.

ENTREGAS

- **ESTUDO E PESQUISA PUBLICADOS:** realização e publicação de estudos e pesquisas sobre o perfil socioeconômico da população LGBTI+ e sobre a política LGBTI+ no Estado do Ceará, com o objetivo de resgatar a história dos movimentos e das políticas públicas para a população LGBTI+ cearense, suas lutas e conquistas.

Entrega: 04 estudos publicados.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 5: Melhorar as condições de emprego e renda da população LGBTI+.

ENTREGAS

- **COMITÊ MANTIDO:** manutenção do 1º Comitê de Empregabilidade e Empreendedorismo LGBTI+ do Ceará, de caráter interinstitucional, que objetiva o diálogo permanente de fortalecimento da construção de políticas públicas voltadas a mais oportunidades de trabalho e renda para a população LGBTI+.

Entrega: 01 Comitê mantido.

- **SELO CONCEDIDO:** reconhecimento de pessoas jurídicas de direito público e privado, com e sem fins lucrativos, com a outorga do Selo Empresa Mais Diversidade, que comprovadamente implementam ou incentivam programas, projetos e ações voltados para a geração de emprego e renda da população LGBTI+.

Entrega: 0 selos concedidos.

- **BOLSA CONCEDIDA:** concessão de bolsas de estágio a jovens LGBTI+ em curso de Educação de Jovens e Adultos (EJA), enquanto recebem qualificação profissional e desenvolvem a prática da cidadania.

Entrega: 15 bolsas concedidas.

- **PROJETO APOIADO:** apoio de projetos de empregabilidade e empreendedorismo voltados à população LGBTI+, por meio de edital de fomento.

Entrega: 0 projetos apoiados.

- **PROGRAMA 232 - QUALIFICA CEARÁ: EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PARA O MUNDO DO TRABALHO - OBJETIVO ESPECÍFICO: 232.1** - Incluir social e produtivamente, por meio da qualificação e capacitação profissional, a população economicamente ativa e/ou em situação de vulnerabilidade social e econômica.

Entrega: 4 cursos para LGBTI+ realizados.

- **PROGRAMA 421 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ - OBJETIVO ESPECÍFICO: 421.1** - PRESTAR SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS EFICIENTES,

DE QUALIDADE E COM AGILIDADE - Refere-se à unidade pública administrativa que passa por uma estruturação, quer seja física, reforma ou ampliação, quer seja tecnológica, como a melhoria do parque tecnológico, contemplando ainda a aquisição de material permanente, como mobiliário, veículos ou outros equipamentos que ampliam o patrimônio material da instituição.

Entrega: 1 unidade mantida.

2 ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA GERAL DO ÓRGÃO SEDIV/CE

O órgão executor Secretaria da Diversidade – SEDIV contou, em 2025, através do orçamento autorizado por meio da Lei Orçamentária Anual e de Créditos Suplementares, com a execução de R\$ 2.685.776,36, destinados à operacionalização de ações voltadas à Diversidade para atingir as metas propostas no PPA - 2023-2027. O recurso citado é oriundo do Tesouro Estadual.

2.1 DESPESAS COM PESSOAL

Para o desempenho de suas atividades, a Secretaria da Diversidade contou, em 2025, com a Casa Civil, conforme a Lei de Reestruturação do Estado nº 18.310, de 17 de fevereiro de 2023. Conforme disposto no Artigo 13 da referida lei, cabe à Casa Civil promover a estrutura e o suporte material necessários ao funcionamento da Secretaria da Articulação Política (SEAP), juntamente com outras secretarias mencionadas.

Conforme o Art. 13 da Lei nº 18.310/2023:

*"A Casa Civil promoverá, observado o disposto no § 3.º deste artigo, a estrutura e o suporte material necessários ao funcionamento da Secretaria da Articulação Política, da Secretaria das Relações Internacionais, da Secretaria da Juventude, da Secretaria dos Povos Indígenas, da **Secretaria da Diversidade** e da Secretaria da Igualdade Racial."*

Ainda, de acordo com o § 1.º do mesmo artigo:

"As Secretarias a que se refere o caput deste artigo terão seus gastos, inclusive de pessoal, correndo à conta de dotação orçamentária da Casa Civil, à qual competirá a ordenação da correspondente despesa."

Todas as despesas relacionadas à Secretaria da Diversidade, inclusive as de pessoal, foram realizadas conforme as dotações orçamentárias da Casa Civil, responsável pela devida ordenação das despesas.

2.1.1 Regime Geral da Previdência Social Secretaria da Diversidade

Período: Janeiro a Dezembro de 2025

Tabela 3 - Regime da Previdência Social

REGIME GERAL DE PREV SOCIAL	
Mês	Valor
Janeiro	R\$ 62.408,57
Fevereiro	R\$ 62.281,61
Março	R\$ 62.916,41
Abril	R\$ 63.829,72
Maio	R\$ 63.779,40
Adiantamento 13º	R\$ 27.175,22
Junho	R\$ 63.285,91
Julho	R\$ 66.639,40
Agosto	R\$ 71.464,76
Setembro	R\$ 65.946,16
Outubro	R\$ 72.254,11
Novembro	R\$ 66.905,63
13º	R\$ 33.278,30
Dezembro	R\$ 65.946,16
Total do ano 2025	R\$ 848.111,36

Fonte: Guardião/folha de pagamento

2.1.2 Ativo Civil da Secretaria da Diversidade

Período: Janeiro a Dezembro de 2025

Tabela 4 - Ativo civil mensal

ATIVO CIVIL	
Mês	Valor
Janeiro	R\$ 3.911,75
Fevereiro	R\$ 3.911,75
Março	R\$ 3.911,75
Abril	R\$ 5.215,67
Maio	R\$ 3.911,75
Adiantamento 13º	R\$ 1.955,88
Junho	R\$ 3.911,75
Julho	R\$ 4.131,59
Agosto	R\$ 4.131,59
Setembro	R\$ 4.131,59
Outubro	R\$ 4.131,59
Novembro	R\$ 4.131,59
13º	R\$ 2.175,71
Dezembro	R\$ 4.131,59
Total do ano 2025	R\$ 53.695,55

Fonte: Guardião/folha de pagamento

2.1.3 Diárias e passagens aéreas

As diárias e passagens aéreas, também a cargo do orçamento da Casa Civil, estão anexadas (anexo III e anexo IV) em relatório elaborado pela própria unidade executora Casa Civil com os respectivos valores referentes ao período de Janeiro a Dezembro de 2025.

2.2 RESULTADOS DAS METAS INSTITUCIONAIS PACTUADAS EM 2025

Segue uma tabela com os resultados segundo objetivo estratégico, meta, quantidade, produto e observação:

Tabela 5 - Metas institucionais 2025

Objetivo estratégico	Meta Institucional	Quant/ano	Produto	Observação

1 - Superar a LGBTfobia institucional nos atendimentos do serviço público do estado do Ceará	Agente público capacitado	750	1481 agentes públicos capacitados	As formações ocorreram em unidades prisionais, órgãos da e de gestão do trabalho, equipamentos públicos e culturais e administrações municipais, incluindo UP-Itaitinga 5, SAP/EGPR, Secretaria do Trabalho, Cagece, CCBJ, SASC Maracanaú, além dos municípios de Pereiro, Hidrolândia, Tamboril e Fortaleza.
	Ouvidoria Especializada	1	76 registros	Análise, acolhimento, acompanhamento e encerramento dos registros.
	Eventos realizados	06	10	A Secretaria da Diversidade realizou 11 eventos em unidades de ensino, fortalecendo a promoção da diversidade e a defesa dos direitos da população LGBTI+. As ações incluíram participação e apoio a seminários, congressos, semanas temáticas, encontros institucionais e atividades formativas em escolas, universidades e institutos federais, abrangendo territórios como Pacatuba, Cariri, Crateús, Boa Viagem, Poranga, Catunda e Cascavel, com foco na valorização das existências LGBTI+, especialmente de estudantes trans e travestis, e na promoção da diversidade no ambiente educacional.
2 - Promover a inclusão, a qualidade de vida, a visibilidade, a proteção e a defesa dos direitos da população LGBTI+, em	Atendimentos realizados	2000	2644	Atendimentos feitos pelos equipamentos da Secretaria da Diversidade, sendo 2130 atendimentos realizados pelo Centro Estadual de Referência LGBT Thina Rodrigues e 514 atendimentos pela Unidade de Atendimento Móvel LGBTI+ Dandara Ketlely.
	Centro	1	1	O Centro Estadual de Referência

especial aquela em situação de vulnerabilidade social e econômica	Estadual de Referência LGBTI+ mantido			LGBTI+ - Thina Rodrigues manteve pleno funcionamento por meio de parceria com a Casa Civil, consolidando-se como um espaço fundamental para a promoção, proteção e garantia de direitos da população LGBTI+ no Estado do Ceará.
	Unidade móvel de atendimento lgbti+ mantida	1	1	A Unidade de Atendimento Móvel à População LGBTI+ do Ceará Dandara Ketlely de Atendimento realizou 364 atendimentos individuais, além de atendimentos grupais e encaminhamentos por meio de agenda aberta. Foram promovidas 05 ações de busca ativa nos territórios, 10 participações em eventos do Projeto Acolher, 04 ativações em eventos e 10 visitas aos municípios do PREVIO, contribuindo para a ampliação do acesso, a interiorização das ações e o fortalecimento da rede de atendimento à população LGBTI+.
	Centro Regional de referência LGBTI+ implantado	1	-	Implantação prevista para primeiro semestre de 2026
	Casa de acolhimento LGBTI+ mantido	1	-	Implantação prevista para primeiro semestre de 2026
	Projeto apoiado	10	14 projetos	A SEDIV apoiou projetos da sociedade civil voltados à promoção dos direitos da população LGBTI+, contemplando dez projetos de dez entidades, inclusive do interior do estado, contemplando a interiorização da política. Além disso, concluíram-se, também, quatro patrocínios diretos.

	Pessoas beneficiadas com os projetos do edital de fomento	-	27530 pessoas	O restante da execução será em 2026.
	Campanha realizada	1	1	Campanha Ceará da Diversidade.
	Evento realizado	1	1	Não foi possível realizar os Jogos da Diversidade em razão de restrições orçamentárias. Apesar dos esforços da Secretaria do Esporte na busca por alternativas
3 - Ampliar as redes de proteção e promoção de direitos da população LGBTI+, bem como promover a participação social no planejamento e implementação das políticas públicas para a população LGBTI+ dos municípios cearenses.	Evento realizado	10	11	Foram realizados eventos estratégicos de fortalecimento dos direitos da população LGBTQIA+ no Ceará, com destaque para a Conferência Complementar da 4ª Conferência Estadual, o Seminário Regional da Campanha Ceará da Diversidade, a XXIV Parada pela Diversidade Sexual do Ceará, que reuniu cerca de 50 mil pessoas, e a 4ª Conferência Estadual dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+. Além disso, a SEDIV acompanhou 13 conferências municipais, ampliando a articulação local, e promoveu ações presenciais e virtuais que alcançaram milhares de pessoas em todo o estado.
	Conselho apoiado	5	7	Foram realizadas 7 ações de apoio para o fortalecimento dos Conselhos Municipais LGBTI+ do Ceará. Os encontros contaram com a participação de representantes da SEDIV e de autoridades municipais, ocorrendo de forma virtual entre os dias 15/01 (Quixeramobim), 28/01 (Varjota), 26/03 (Beberibe), 28/03 (Solonópole), 01/04 (Sobral) e 06/06 (Acopiara)

	Selo concedido	1	0	A meta foi revisada, resultando na unificação do Selo Município +Diversidade com o Selo Empresa +Diversidade, dando origem a um único projeto mais abrangente e integrado. Atualmente, o novo selo encontra-se em fase de elaboração da proposta que regulamentará sua operacionalização, seus critérios e sua governança. Paralelamente, a SEDIV articula com deputados e deputadas estaduais a construção de uma proposta de Projeto de Lei a ser apresentada na ALECE, visando fortalecer e institucionalizar a política no âmbito estadual.
	Conselho mantido	1	1	Em conformidade com as diretrizes do Decreto nº 35.494/2023. Os encontros do CECD — realizados de forma híbrida e virtual nos dias 27/02, 08/05, 04/06, 21/07, 14/08 e 30/09 — reuniram entre 18 e 29 participantes, possibilitando a discussão de pautas estratégicas para o fortalecimento das políticas públicas LGBTI+ e a articulação entre governo e sociedade civil.
	Plano elaborado	1	1	Plano Estadual de Enfrentamento à LGBTfobia e Promoção dos Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) do Estado do Ceará
4 - Expandir o conhecimento técnico-científico sobre a Política LGBTI+ no Estado do Ceará.	Estudo e pesquisa publicados	1	4	Relatório Final da IV Conferência Estadual dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, o Plano Estadual de Enfrentamento à LGBTfobia e Promoção dos Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) do Estado do Ceará. Apresentação e publicação em anais do relato de experiência do Empdoera+no 12º

				<p>Congresso Internacional da Associação Brasileira de Estudos da Trans-homocultura, sob o título “Empregabilidade e geração de renda para população LGBTI+: um relato de experiência do Empodera+ no Ceará”. Em dezembro foi publicado sob autoria da Secretária Michelle Meira Benevides, na Revista Científica Sudamerica - Revista Internacional de Direitos Humanos, o artigo ““Eu venho me fortalecer dentro desse processo político”: experiências de militâncias lésbicas feministas no Ceará”.</p>
5 - Melhorar as condições de emprego e renda da população LGBTI+.	Comitê mantido	1	1	Comitê de Empregabilidade e Empreendedorismo LGBTI+ do Ceará.
	Selo concedido	1	0	A meta foi revisada, resultando na unificação do Selo Município +Diversidade com o Selo Empresa +Diversidade, dando origem a um único projeto mais abrangente e integrado. Atualmente, o novo selo encontra-se em fase de elaboração da proposta que regulamentará sua operacionalização, seus critérios e sua governança. Paralelamente, a SEDIV articula com deputados e deputadas estaduais a construção de uma proposta de Projeto de Lei a ser apresentada na ALECE, visando fortalecer e institucionalizar a política no âmbito estadual.
	Bolsa concedida	10	15	Por meio do projeto Programa Projeto-Piloto Empodera+, advento do Acordo de Cooperação Técnica com o Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania por meio da Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+; foram concedidas 15 bolsas

				auxílios para inscritas no Programa que estão pré-inscritas no EJA da Diversidade, este último, promovido em parceria com a Secretaria da Educação do Ceará.
	Projeto apoiado	1	0	A realização do Edital de Apoio a Projetos de Empregabilidade e Empreendedorismo para a População LGBTI+ esteve em fase de alinhamento, em parceria com a Secretaria do Trabalho (SET), que segue sendo estruturada para viabilizar a execução conjunta da iniciativa.
232.1 - Incluir social e produtivamente, por meio da qualificação e capacitação profissional, a população economicamente ativa e/ou em situação de vulnerabilidade social e econômica.	Curso para LGBTI+ Realizado	6	4	Foram realizados 4 cursos de qualificação profissional, sendo um deles de salgados comerciais, outro de designer de unhas, realizado em Guaiúba, em parceria com a SPS e o terceiro para empreendedores junto ao Ceará Cred e, em parceria também com a SPS, curso de de Bartender.

Fonte: Autoral

3 RELATÓRIO DAS COORDENAÇÕES E ASSESSORIAS

3.1 Coordenadoria Especial De Políticas Públicas para LGBTI+

O exercício de 2025 caracterizou-se como um ano estratégico de planejamento, articulação interinstitucional e consolidação de políticas públicas estruturantes no âmbito da

Sediv. Nesse cenário, a Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para LGBTI+ desempenhou papel central na formulação, coordenação, monitoramento e execução de ações voltadas à promoção de direitos, enfrentamento às violências, ampliação da cidadania e fortalecimento da participação social da população LGBTI+ no Estado do Ceará. A extensa agenda de eventos, reuniões, formações, campanhas, ações territoriais e articulações institucionais demonstra uma atuação contínua, transversal e intersetorial, alinhada aos objetivos estratégicos da Sediv e às diretrizes estaduais e nacionais da política LGBTI+.

3.1.1 Eixos de Atuação e Principais Resultados

3.1.1.1 Fortalecimento da Governança e Articulação Institucional

Ao longo de 2025, a Coordenadoria atuou intensamente na articulação interfederativa e intersetorial, com destaque para:

- Reuniões sistemáticas com secretarias estaduais (Saúde, Educação, Trabalho, Proteção Social, Segurança Pública, Cultura, Esporte, Juventude, Planejamento e Casa Civil);
- Participação ativa em instâncias nacionais, como a Comissão Nacional de Intergestores da Política LGBTQIA+, agendas no Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, ONU e fóruns nacionais.
- Apoio técnico e político ao funcionamento do Conselho Estadual de Combate à Discriminação LGBTI+, com a realização de reuniões ordinárias e extraordinárias ao longo do ano.

Essas ações contribuíram diretamente para o alinhamento estratégico das políticas públicas, para a institucionalização da agenda LGBTI+ no Governo do Estado e para o fortalecimento do controle social e da participação da sociedade civil.

3.1.1.2 Ampliação das Redes de Proteção e Atendimento

A Coordenadoria teve papel fundamental na expansão e qualificação da rede de atendimento à população LGBTI+, articulando e monitorando:

- O funcionamento do Centro Estadual de Referência LGBT+ Thina Rodrigues, eixo central da política de atendimento especializado;

- A manutenção e ampla ativação da Unidade de Atendimento Móvel à População LGBTI+ do Ceará Dandara Ketlely, que percorreu dezenas de municípios, feiras, eventos culturais, festas populares, seminários e paradas, garantindo interiorização das políticas públicas;
- A articulação para a implantação do Centro Estadual de Acolhimento à População LGBTI+ e de Centros Regionais de Referência, ampliando a capacidade do Estado em acolher pessoas em situação de violência, abandono familiar e violação de direitos.

Essas ações resultaram em 2.130 atendimentos psicossociais e orientações jurídicas, alcançando uma das principais metas da Sediv no exercício.

3.1.1.3 Promoção da Empregabilidade, Formação e Autonomia Econômica

A Coordenadoria coordenou e apoiou ações estratégicas voltadas à empregabilidade e geração de renda, reconhecendo a exclusão econômica como uma das dimensões centrais da vulnerabilidade LGBTI+. Destacam-se:

- Organização e apoio a Feirões de Empregabilidade, mutirões e parcerias com IDT/Sine, SET, empresas privadas e instituições de ensino;
- Implementação e acompanhamento do Programa Empodera+ e do Projeto Transformar, com foco especial em pessoas trans, travestis e pessoas privadas de liberdade;
- Apoio a projetos da sociedade civil por meio do Edital de Fomento 002/2024, com 11 projetos apoiados, fortalecendo iniciativas territoriais, culturais e produtivas.

Essas ações dialogam diretamente com o objetivo estratégico de promoção da autonomia econômica e redução das desigualdades estruturais.

3.1.1.4 Formação, Letramento e Enfrentamento à LGBTfobia

Outro eixo estruturante da atuação da Coordenadoria foi a formação continuada e o letramento em diversidade, com impacto direto na mudança das práticas institucionais. Ao longo do ano, foram realizadas:

- Capacitações para servidores públicos estaduais e municipais, forças de segurança, sistema prisional, sistema socioeducativo, profissionais da cultura, educação e saúde;

- Ações educativas em escolas, universidades, IFCE, eventos comunitários e espaços culturais;
- Implementação da Campanha Ceará da Diversidade contra a LGBTfobia, com ações de visibilidade, educação e comunicação social;
- Articulação e lançamento da Cartilha de Enfrentamento à LGBTfobia, em parceria com a SSPDS.

Essas iniciativas contribuíram para a prevenção das violências, para a qualificação do atendimento institucional e para a consolidação de uma cultura de direitos humanos.

3.1.1.5 Participação Social, Conferências e Democracia Participativa

A Coordenadoria teve protagonismo na organização e acompanhamento das Conferências Municipais, Regionais, Estadual e Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, assegurando:

- Mobilização territorial e apoio técnico aos municípios;
- Participação de movimentos sociais, conselhos, gestores e sociedade civil;
- Construção coletiva de propostas e diretrizes para o fortalecimento da política pública.

Esse processo culminou na realização da 4ª Conferência Estadual dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ do Ceará, fortalecendo a democracia participativa e o planejamento estratégico da política LGBTI+.

3.1.3 Contribuição Estratégica para as Metas da Sediv

A atuação da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para LGBTI+ foi determinante para o alcance das metas institucionais da Secretaria da Diversidade, especialmente nos seguintes aspectos:

- Ampliação e qualificação do atendimento especializado;
- Interiorização das políticas públicas;
- Fortalecimento da rede de proteção e da governança intersetorial;
- Promoção da empregabilidade, formação e autonomia econômica;
- Consolidação da participação social e do controle democrático;
- Valorização da cultura, memória e visibilidade LGBTI+.

Mesmo diante de desafios estruturais e da necessidade de implantação progressiva de novos equipamentos, a Coordenadoria demonstrou capacidade técnica, política e institucional, reafirmando seu papel estratégico na consolidação da política pública LGBTI+ no Ceará.

3.1.4 Conselho Estadual de Combate à Discriminação LGBTI+ (CECD/LGBT)

O Conselho Estadual de Combate à Discriminação LGBTI+ (CECD/LGBT) constitui-se como instância permanente de participação social, controle democrático e assessoramento das políticas públicas voltadas à população LGBTI+ no Estado do Ceará. Ao longo de 2025, o Conselho desempenhou papel estratégico no acompanhamento, na avaliação e na proposição de diretrizes para o fortalecimento da política estadual de diversidade, em estreita articulação com a Secretaria da Diversidade (Sediv) e demais órgãos governamentais.

Durante o exercício, foram realizadas reuniões ordinárias e extraordinárias que garantiram a regularidade do funcionamento do colegiado, a continuidade do diálogo entre governo e sociedade civil e o encaminhamento de pautas relevantes relacionadas ao enfrentamento à discriminação, à promoção de direitos e à consolidação institucional da política LGBTI+. As reuniões ocorridas em fevereiro, maio, julho, setembro e dezembro, bem como os encontros extraordinários realizados nos meses de junho e agosto, possibilitaram o debate qualificado sobre demandas emergentes, o monitoramento das ações governamentais e a construção coletiva de encaminhamentos e recomendações.

Tabela 6 - Reuniões do Conselho Estadual de Combate à Discriminação LGBT

REUNIÕES DO CECD/LGBT	
<p>27/02/2025 – 15ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Combate à Discriminação LGBTI+ – CECD/LGBT do Ceará.</p>	



08/05/2025 – 16ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Combate à Discriminação LGBTI+ – CECD/LGBT do Ceará.

08 - I GENXES
Região do Cariri - Ceará

08 - 16ª Reunião do Conselho Estadual de Combate a Discriminação LGBT+
On-line 14h às 17h

09 - Reunião do Grupo de Trabalho de Enfretamento a LGBTIfobia nos Estádios
Auditório Casa Amarela 10h

09 - I GENXES
Região do Cariri - Ceará







MAIO DE COMBATE À LGBTFOBIA

CEARÁ DA DIVERSIDADE CONTRA A LGBTFOBIA 

04/06/2025 – 4ª Reunião Extrordinária do Conselho Estadual de Combate à Discriminação LGBT – CECD/LGBT do Ceará.





	
<p>21/07/2025 – 17ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Combate à Discriminação LGBT – CECD/LGBT do Ceará.</p>	
<p>14/08/2025 – 5ª Reunião Extrordinária do Conselho Estadual de Combate à Discriminação LGBT – CECD/LGBT do Ceará.</p>	
<p>30/09/2025 – 18ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Combate à Discriminação LGBT – CECD/LGBT do Ceará.</p>	
<p>09/12/2025 – 19ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Combate à Discriminação LGBT – CECD/LGBT do Ceará.</p>	 <p style="text-align: center;">  CEARÁ GOVERNO DO ESTADO SECRETARIA DA DIVERSIDADE </p> <p style="text-align: center;">OFÍCIO CIRCULAR Nº 089/2025 – SEDIV/SEC.</p> <p style="text-align: right;">Fortaleza, 09 de dezembro de 2025.</p> <p>ASSUNTO: convocação para a 19ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Combate à Discriminação LGBT.</p> <p>Prezados(as),</p> <p>Compreendendo-(seis) cordalmente, visto, por meio deste, convocar todos os conselheiros(as) para a 19ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Combate à Discriminação LGBT.</p> <p>A reunião será realizada no dia 09 de dezembro de 2025, às 15h, na modalidade híbrida. A sua participação poderá ser presencial no auditório da Secretaria de Diversidade (SEDIV), localizado na Rua Silva Paulet, 334 - Meireles, Fortaleza - CE.</p> <p>Durante a reunião, serão debatidas acerca das seguintes pautas:</p>

Fonte: Autoral

A atuação do CECD/LGBT ao longo de 2025 reafirma a centralidade da democracia participativa na formulação e no acompanhamento das políticas públicas, contribuindo para maior transparência, legitimidade e efetividade das ações desenvolvidas pelo Governo do Estado. O funcionamento contínuo do Conselho fortalece o controle social, amplia a escuta das diversidades e consolida o compromisso institucional com a prevenção e o enfrentamento de todas as formas de discriminação contra a população LGBTI+ no Ceará.

3.1.5 Campanha Ceará da Diversidade contra a LGBTfobia

A Campanha Ceará da Diversidade contra a LGBTfobia configura-se como uma ação estruturante e transversal da Secretaria da Diversidade (Sediv), concebida a partir de uma estratégia “guarda-chuva” que articula, integra e dá sentido às diversas iniciativas desenvolvidas pelo Governo do Estado do Ceará no enfrentamento às violências e discriminações motivadas por orientação sexual e identidade de gênero. Nesse sentido, as ações de Proteção, Promoção e Cidadania não se apresentam de forma isolada, mas compõem um conjunto orgânico e interdependente, orientado pela garantia de direitos e pela consolidação da política pública LGBTI+ no território cearense.

Quadro 3 - Campanha Ceará da Diversidade: contra à LGBTfobia

Campanha Ceará da Diversidade contra LGBTFOBIA		
Objetivo Macro	Ações	Descritivo do item
Manter a estratégia guarda-chuva da Secretaria Diversidade do Estado do Ceará (Sediv) para os quatro anos do Governo Elmano de Freitas, desenvolvendo ações e estratégias de enfrentamento à violência e LGBTfobia institucional, alicerçada à Proteção, à Promoção e à Cidadania da população LGBTI+.	Ações de Proteção	<ul style="list-style-type: none"> - Fortalecimento das redes de acolhimento, proteção e defesa da população LGBTI+; - Capacitação contínua de letramento em diversidade, principalmente na área da segurança, educação e saúde. - Articular ações de combate à fome e à insegurança alimentar;

		- Monitoramento dos índices, denúncias e casos de violência LGBTfóbica.
	Ações de Promoção	<ul style="list-style-type: none"> - Eventos; - Manutenção do Comitê Estadual de Empregabilidade e Empreendedorismo para pessoas LGBTI+; - Promover ações do calendário Estadual oficial LGBTI+; - Acompanhamento das Cooperações Técnicas com entidades públicas e privadas; - Articular a inclusão da população LGBTI+ na economia criativa do turismo local.
	Ações de Cidadania	<ul style="list-style-type: none"> - Acompanhar e fortalecer os conselhos municipais LGBTI+; - Elaborar e distribuir materiais informativos visando a diminuir índices de discriminação contra população LGBTI+; - Ampliar e interiorizar a Política LGBTI+ para todo território do Estado do Ceará; - Realizar seminários regionais de Diversidade com debates, sistematização de propostas para políticas públicas.

Fonte: autoral

As Ações de Proteção concentram-se no fortalecimento das redes de acolhimento, na qualificação dos serviços públicos por meio da formação continuada e no monitoramento sistemático das violências LGBTfóbicas, assegurando respostas institucionais mais eficazes e sensíveis às especificidades da população LGBTI+. As Ações de Promoção, por sua vez,

ampliam a visibilidade, a inclusão social e a autonomia econômica, articulando eventos, parcerias institucionais, empregabilidade, empreendedorismo e inserção na economia criativa, especialmente no turismo local. Já as Ações de Cidadania reforçam a participação social, a interiorização da política pública, a produção e difusão de materiais informativos e a realização de seminários regionais, promovendo o diálogo democrático e a construção coletiva de propostas.

Dessa forma, o conjunto das atividades que compõem a Campanha Ceará da Diversidade reafirma o compromisso do Governo do Estado com a proteção da vida, a promoção da dignidade e o exercício pleno da cidadania da população LGBTI+, consolidando a campanha como um instrumento permanente de enfrentamento à LGBTfobia e de fortalecimento das políticas públicas de diversidade no Ceará. Por fim, a catalogação das atividades da Sediv em anexo (anexo IV) para apreciação.

3.2 COORDENADORIA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA

3.2.1 Visão geral

Compete à Coordenadoria Administrativo-Financeiro conforme Decreto nº 36.379/2024, acompanhar as auditorias enviadas pelo Tribunal de Contas da União, Tribunal de Contas do Estado, Controladoria Geral do Estado, lançar a folha de pessoal comissionado, planejar solicitação de materiais de consumo, gerenciar o controle de estoque, gerenciar as atividades de administração de material, de transporte, de compras, de arquivo e atividades auxiliares, alimentar os sistemas de controle do Estado no tocante ao registro das prestações de conta, orientar os servidores sobre seus direitos e deveres, acompanhar à manutenção, à segurança e às reformas e benfeitorias realizadas, coordenar o processo de atualização da Carta de Serviços ao Usuário, bem como propor a adequação dos serviços aos parâmetros de qualidade e desempenhar outras atividades correlatas à sua esfera de competências.

3.2.2 Atividades exercidas cumulativamente

Além das atividades supracitadas, ainda acumula-se as seguintes: Coordenadoria Administrativa, Patrimônio, Coordenadoria Financeira, Gestão Orçamentária, Execução

Financeira, de Pagamento e Controle, Desenvolvimento Institucional, Planejamento e Monitoramento, Controle Interno, Gestão de Contratos, Convênios e Congêneres, Recursos Humanos e Compra Direta.

3.2.3 Das atividades

Coordenadoria Administrativa: Coordenar a cadeia logística administrativa de insumos, equipamentos para o abastecimento tempestivo, gestão do transporte, gestão da limpeza, gestão da recepção, gestão do protocolo, gestão do almoxarifado.

Patrimônio: Gerenciar a programação, recebimento, armazenamento e distribuição de bens móveis, no qual, está sendo realizada pela Casa Civil; gestão do patrimônio, sua movimentação, baixa e depreciação no no Siafe-Ce e no Guardião: SGMB e SGBM V2.

Coordenadoria financeira: Coordenar e padronizar os processos de execução financeira, de prestação de contas, controle financeiro contábil;

Gestão Orçamentária: Coordenar, definir e padronizar os processos financeiros, contábeis e prestação de contas, de pagamento, Executar as operações no SPG e Siafe-CE, monitorar os MAPPs;

Execução Financeira, de Pagamento e Controle: Executar e monitorar os saldos orçamentários e financeiros, bem como os processos de empenho.

Desenvolvimento Institucional, Planejamento e Monitoramento: Coordenar as ações de desenvolvimento institucional, modernização da gestão, sincronismo dos sistemas organizacionais e métodos de implementação de projetos de estruturação organizacional, definir e monitorar os indicadores de desempenho institucional, subsidiar o planejamento regional, apoiar as ações de sincronismo organizacional e padronização de fluxos administrativos, de reestruturação organizacional e gerenciar o quadro de cargos de provimento em comissão.

Controle Interno: Auxiliar na interlocução com a CGE, verificar a adequação e eficácia dos controles estabelecidos e a adoção de práticas corretivas, quando necessário, monitorar a implementação das recomendações, determinações e outras demandas provenientes dos órgãos de controle, coordenar o processo de Prestação de Contas Anual (PCA) a ser apresentada ao TCE-CE, promover ações de controle interno e prestar assessoramento técnico nas ações de elaboração de normas e procedimentos, acordos,

convênios, ajustes ou instrumentos congêneres, em especial os que forem assinados pela Secretária, promover, aperfeiçoar e monitorar a aplicação do Código de Conduta e Ética.

Gestão de Contratos, Convênios e Congêneres: Coordenar, monitorar e avaliar os processos de patrocínio, fomento, contratos e congêneres, monitorar e acompanhar a execução financeira, realizar análise preliminar dos patrocínios, fomentos, contratos, aditivos e apostilamentos quanto aos dispositivos legais.

Recursos Humanos: Coordenar as demandas de treinamento e o aperfeiçoamento contínuos dos servidores com foco no desenvolvimento institucional e valorização das pessoas, propor iniciativas e programas visando a captação, o desenvolvimento e a retenção de talentos da força de trabalho, fortalecer o processo de comunicação interna, possibilitando a interação e integração das pessoas, coordenar estudos e análises de dimensionamento quantitativo e qualitativo da força de trabalho, bem como acompanhar o processo de análise e descrição de cargos, dos perfis profissionais e das competências das áreas, coordenar o processo de avaliação de desempenho dos servidores, gerenciar os processos de nomeação e exoneração de cargos efetivos e comissionados;

Compra Direta: executar o processo de compras diretas corporativas, de forma eficiente.

3.3 ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

3.3.1 Introdução

Em 2025, a Coordenadoria de Comunicação da Secretaria da Diversidade (Sediv) exerceu papel estratégico no fortalecimento da imagem institucional da Secretária, na ampliação da transparência das ações governamentais e na consolidação da comunicação pública como ferramenta de garantia de direitos da população LGBTI+ no Ceará.

Ao longo do ano, a comunicação da Sediv contribuiu para dar visibilidade às políticas públicas, campanhas, equipamentos, eventos e programas executados pelo Governo do Ceará, com destaque para a interiorização das ações, o enfrentamento à LGBTfobia e a promoção da cidadania. Este relatório apresenta um panorama das atividades realizadas, resultados alcançados e impactos gerados no período.

3.3.1.1 Atividades Realizadas

Ao longo de 2025, a Coordenadoria de Comunicação da Secretaria da Diversidade do Estado do Ceará desenvolveu um conjunto articulado de ações voltadas à difusão de informações institucionais, ao fortalecimento da transparência pública e à ampliação da visibilidade das políticas direcionadas à população LGBTI+. Entre as principais atividades realizadas destaca-se a produção de comunicados oficiais destinados à imprensa. Durante o período foram elaborados 55 releases institucionais abordando iniciativas estratégicas da Secretaria, incluindo políticas de promoção da empregabilidade para a população LGBTI+, ações da Unidade de Atendimento Móvel à População LGBTI+ do Ceará Dandara Ketlely, campanhas de enfrentamento à LGBTfobia, realização de conferências e seminários, além da divulgação do Festival Ceará da Diversidade. Os materiais foram distribuídos a veículos de comunicação estaduais e nacionais, adotando linguagem clara, acessível e alinhada às diretrizes institucionais do Governo do Estado do Ceará.

No que se refere ao relacionamento com a imprensa, a assessoria de comunicação atuou na articulação da presença institucional da Secretaria em veículos de grande alcance, ampliando a circulação das pautas relacionadas às políticas públicas de diversidade. Entre os meios que registraram maior frequência de cobertura destacam-se TV Verdes Mares, TV Ceará, O POVO, TV Band Ceará e TV Diário. Ao longo do ano foram contabilizadas 47 inserções na mídia, com maior concentração nos meses de junho, outubro e dezembro, períodos associados às campanhas de valorização da diversidade, à realização de feirões de empregabilidade e à programação do Festival Ceará da Diversidade.

A sistematização dessas aparições foi realizada por meio do Relatório de Clipagem Jornalística de 2025, que organizou e analisou as menções institucionais registradas nos meios de comunicação. As pautas mais recorrentes estiveram relacionadas às políticas de empregabilidade voltadas à população LGBTI+, às iniciativas de enfrentamento à LGBTfobia, às campanhas institucionais promovidas pela Secretaria, ao processo de interiorização das políticas públicas e à divulgação dos equipamentos de atendimento vinculados à Sediv. A televisão aberta destacou-se como meio de maior alcance populacional, contribuindo para ampliar a visibilidade das ações institucionais e fortalecer a presença pública da Secretaria.

No campo da comunicação digital, o perfil institucional @diversidadece consolidou-se ao longo de 2025 como um canal relevante de utilidade pública e difusão de

informações sobre diversidade e direitos humanos. O crescimento da conta ocorreu de forma predominantemente orgânica, impulsionado pela cobertura de eventos de grande porte, pela divulgação de entregas institucionais, por campanhas de conscientização e pela publicização das agendas institucionais da gestão da Secretaria. Entre janeiro e dezembro foram publicados 59 conteúdos em formato de vídeo curto e 243 postagens no feed, mantendo fluxo contínuo de atualização ao longo do ano. Entre os formatos que apresentaram melhor desempenho destacam-se vídeos curtos e dinâmicos, sequências informativas organizadas em carrosséis e registros fotográficos de eventos com ampla participação social, contribuindo para ampliar o engajamento da comunidade e fortalecer a circulação das informações institucionais.

A produção de conteúdo visual e textual constituiu outro eixo relevante da atuação da Coordenadoria de Comunicação. Os materiais elaborados priorizaram linguagem simples, institucional e orientada à cidadania, abordando campanhas públicas, divulgação de serviços, informações sobre direitos, datas simbólicas e prestação de contas das ações desenvolvidas pela Secretaria. Essa produção manteve coerência narrativa com os princípios que orientam a política pública estadual para a diversidade, estruturada em torno da presença ativa do Estado, da centralidade dos direitos humanos na formulação de políticas públicas e da valorização da diversidade como dimensão social e cultural do estado do Ceará.

A área de comunicação também contribuiu para o desenvolvimento e aplicação de identidades visuais associadas a eventos e campanhas institucionais. Entre as ações de maior destaque encontram-se as peças elaboradas para as atividades da Unidade de Atendimento Móvel à População LGBTI+ do Ceará Dandara Ketlely e para iniciativas estratégicas promovidas pela Secretaria. Os materiais seguiram as diretrizes visuais adotadas pelo Governo do Ceará, assegurando padronização gráfica, reconhecimento institucional e acessibilidade das informações.

No âmbito da comunicação interna e do apoio institucional, foram realizadas ações voltadas à difusão de agendas institucionais, circulação de informes e suporte à organização de eventos, seminários e atividades desenvolvidas em parceria com outros órgãos governamentais. Também houve produção de materiais de apoio para ações realizadas em articulação com municípios e instituições estaduais, contribuindo para fortalecer a integração entre diferentes níveis da administração pública.

Do ponto de vista estratégico, a comunicação institucional ao longo de 2025 manteve foco na campanha “Ceará da Diversidade contra a LGBTfobia”, na divulgação dos serviços e equipamentos públicos disponibilizados à população e no fortalecimento do processo de interiorização das políticas públicas. A narrativa institucional foi estruturada como instrumento de prestação de contas à sociedade, orientação da população quanto ao acesso a direitos e fortalecimento da governança pública no campo das políticas voltadas à diversidade.

Nesse contexto, a atuação da Coordenadoria de Comunicação da Secretaria da Diversidade do Estado do Ceará reafirmou-se como componente estratégico da gestão pública, contribuindo para ampliar a visibilidade das ações institucionais, promover transparência administrativa e fortalecer o acesso da população às informações de interesse público. A comunicação institucional desempenhou, assim, papel relevante na aproximação entre o Estado e a população LGBTI+, favorecendo a participação social e consolidando a diversidade como valor político, social e institucional no âmbito do Governo do Estado do Ceará.

3.3.1.2 Relatório de Atuação do Perfil @diversidadece

O perfil @diversidadece cumpre atualmente uma função institucional estratégica ao comunicar, fortalecer e dar transparência às ações desenvolvidas pela Secretaria da Diversidade do Ceará. A conta consolidou-se como um importante canal de difusão de informações relacionadas à diversidade, direitos humanos, cidadania e políticas públicas voltadas à população LGBTI+. Nesse sentido, sua presença digital apresenta uma linha editorial consistente, alinhada às diretrizes institucionais do Governo do Estado do Ceará e orientada pela disseminação de conteúdos de interesse público.

A análise do desempenho da conta aponta para um crescimento orgânico estável, característica comum a perfis institucionais que priorizam a comunicação de serviços e ações governamentais em detrimento de estratégias de marketing digital voltadas à ampliação acelerada de audiência. Observa-se que os períodos de maior ampliação de alcance costumam ocorrer em contextos específicos, sobretudo durante a cobertura de grandes eventos públicos, como festivais culturais e Paradas do Orgulho, bem como na divulgação de entregas

institucionais, agendas de maior visibilidade nacional e campanhas de caráter social voltadas ao enfrentamento da LGBTfobia e à promoção de direitos.

Importa destacar que o perfil não utiliza mecanismos de impulsionamento pago, de modo que sua circulação depende fundamentalmente de dinâmicas de compartilhamento orgânico realizadas pela própria comunidade, da utilidade prática das informações divulgadas, da adoção de linguagem acessível e do uso de hashtags institucionais, além de republicações feitas por parceiros institucionais e organizações da sociedade civil.

Em termos de desempenho de conteúdo, destacam-se as publicações relacionadas às ações e agendas oficiais da Secretaria, que apresentam resultados concretos das políticas públicas e contribuem para fortalecer a credibilidade institucional. Também obtêm bom alcance conteúdos de caráter educativo e informativo, voltados à explicação de direitos, serviços disponíveis e campanhas institucionais, frequentemente associados a maiores índices de salvamento e compartilhamento. Publicações relacionadas à cultura, memória e representatividade da população LGBTI+ contribuem para humanizar a comunicação institucional e ampliar a conexão simbólica entre a Secretaria e as vivências da comunidade. Da mesma forma, a divulgação de serviços e equipamentos públicos possui impacto direto na orientação da população quanto ao acesso às políticas públicas disponíveis.

O padrão de interação observado segue dinâmica semelhante à de outros perfis governamentais voltados à prestação de serviços públicos. Conteúdos que registram eventos de grande porte, entregas institucionais, participação da gestão em agendas de relevância política e campanhas de enfrentamento à discriminação tendem a alcançar níveis mais elevados de interação. O uso de recursos audiovisuais, especialmente em formatos curtos, contribui para ampliar o alcance das publicações, sobretudo quando apresentam registros de atividades institucionais acompanhados de falas diretas ou mensagens objetivas.

Em contrapartida, publicações de caráter mais administrativo ou informativo, como avisos institucionais e conteúdos técnicos, apresentam níveis moderados de interação. Entre os formatos com melhor desempenho destacam-se vídeos curtos e dinâmicos acompanhados de legendas claras, sequências informativas estruturadas em formato de narrativa ou orientação passo a passo e registros fotográficos de eventos com ampla participação popular, os quais reforçam a dimensão pública e coletiva das ações governamentais.

Entre os aspectos consolidados do perfil encontram-se a identidade institucional bem definida, a atualização contínua das publicações, a proximidade com a comunidade LGBTI+,

a transparência na divulgação das ações governamentais e o fortalecimento das articulações com outros órgãos da administração pública estadual. A presença recorrente de atividades realizadas em diferentes regiões do estado também contribui para demonstrar a interiorização das políticas públicas voltadas à diversidade, ampliando a visibilidade das iniciativas implementadas para além da capital.

Ainda que a estratégia de comunicação apresente consistência, algumas possibilidades de aprimoramento podem potencializar o alcance social do perfil, como a produção de vídeos informativos mais sintéticos e dinâmicos voltados à orientação sobre serviços públicos, a organização de guias permanentes no próprio ambiente da plataforma com informações sistematizadas sobre atendimentos, agendas institucionais e direitos da população LGBTI+, além da ampliação da participação direta da comunidade por meio de relatos de experiências e narrativas de impacto social. O incentivo a interações por meio de convites explícitos ao compartilhamento, salvamento ou marcação de outros usuários também pode contribuir para ampliar a circulação do conteúdo.

De forma geral, a comunicação do perfil estrutura-se em torno de três eixos narrativos centrais. O primeiro refere-se à presença ativa do Estado na promoção de direitos e na implementação cotidiana de políticas públicas voltadas à diversidade. O segundo relaciona-se à compreensão dos direitos humanos como dimensão estruturante da ação governamental. O terceiro associa-se ao reconhecimento da diversidade como valor político, cultural e social do estado do Ceará.

Essa construção narrativa contribui para fortalecer a imagem institucional do governo como referência nacional na formulação e execução de políticas públicas direcionadas à população LGBTI+. Nesse contexto, o perfil @diversidadece configura-se como um importante espaço digital de utilidade pública, atuando como mediador entre o poder público e a população ao informar, orientar, acolher e ampliar o acesso às políticas existentes. Seu desempenho, portanto, deve ser compreendido não apenas a partir de métricas de audiência, mas sobretudo pelo impacto social produzido na circulação de informações qualificadas e na promoção do acesso a direitos.

3.1.1.3 Relatório da Clipagem Jornalística

O presente relatório apresenta a sistematização das aparições da Secretaria da Diversidade do Estado do Ceará nos meios de comunicação ao longo do ano de 2025, tendo como finalidade demonstrar a presença institucional da Secretaria na agenda midiática e a relevância pública das temáticas relacionadas à diversidade, cidadania e direitos humanos no estado do Ceará. Durante o período analisado foram registradas 47 inserções em diferentes veículos de comunicação, abrangendo televisão, rádio, imprensa escrita e plataformas digitais. Observa-se maior concentração de cobertura em três momentos específicos do calendário anual: o mês de junho, período associado às mobilizações do orgulho LGBTI+; o mês de outubro, quando ocorreu o segundo Feirão de Empregabilidade e Oportunidades voltado à população LGBTI+; e o mês de dezembro, marcado pela realização do Festival Ceará da Diversidade. Em cada um desses períodos foram contabilizadas oito inserções na mídia, indicando maior mobilização jornalística em torno de ações institucionais e eventos de maior repercussão pública.

Entre os veículos com maior recorrência de cobertura destacam-se TV Verdes Mares, TV Ceará, O POVO, TV Band Ceará e TV Diário, que contribuíram para ampliar a circulação de informações sobre políticas públicas direcionadas à população LGBTI+. As pautas mais frequentes concentraram-se em iniciativas relacionadas à promoção da empregabilidade e geração de oportunidades, ações de enfrentamento à LGBTfobia, campanhas institucionais de valorização da diversidade, divulgação de equipamentos públicos voltados ao atendimento da população LGBTI+, como a Unidade de Atendimento Móvel à População LGBTI+ do Ceará Dandara Ketlely e o Centro Estadual de Referência LGBT Thina Rodrigues, além de conteúdos informativos sobre acesso a direitos e mecanismos de denúncia.

No que se refere às temáticas de maior visibilidade, às políticas de empregabilidade voltadas à população LGBTI+ receberam ampla cobertura, especialmente no mês de outubro, período em que ocorreu o segundo Feirão de Empregabilidade e Oportunidades. A iniciativa foi repercutida em cinco emissoras de televisão, além de publicações derivadas de releases institucionais replicadas por diferentes veículos. As reportagens destacaram a ampliação de oportunidades de inserção no mercado de trabalho, com um total anual de aproximadamente 800 vagas divulgadas, sendo 500 delas associadas diretamente à edição realizada em outubro. Também se observa presença recorrente de conteúdos jornalísticos voltados à discussão sobre LGBTfobia e legislação, com abordagens explicativas sobre direitos da população LGBTI+.

mecanismos de denúncia e campanhas institucionais voltadas à prevenção da violência e da discriminação. Outro eixo temático relevante refere-se ao processo de interiorização das políticas públicas, evidenciado por entrevistas e reportagens sobre a atuação da Unidade de Atendimento Móvel à População LGBTI+ do Ceará Dandara Ketlely em municípios como Crato, Quixeramobim, Juazeiro do Norte e Barbalha, ampliando a visibilidade das ações governamentais para além da capital.

A televisão aberta destacou-se como um dos principais meios de difusão dessas pautas, contribuindo para ampliar o alcance das informações junto à população. Programas jornalísticos de grande audiência, como o Bom Dia Ceará, da TV Verdes Mares, o Jornal da TV Ceará e o Bom Dia Nordeste, da TV Diário, constituíram espaços relevantes de circulação das informações institucionais, permitindo que as ações da Secretaria alcançassem públicos diversos em todo o território estadual.

Entre os eventos com maior repercussão midiática no período analisado destaca-se o Festival Ceará da Diversidade, cuja segunda edição ocorreu entre os dias 18 e 20 de dezembro de 2025, com serviços de assessoria de imprensa executados pela Dégagé Comunicação. Durante o período de realização do Festival observou-se ampla repercussão nos principais meios de comunicação do estado, consolidando o evento como pauta de relevância estadual. Ao todo foram registradas 79 publicações em mídia espontânea, distribuídas entre televisão, rádio, jornais impressos e mídia digital, incluindo portais de notícias, sites e blogs. A estimativa de valoração da mídia espontânea alcançou o montante de R\$ 639.165,75, indicador que expressa a dimensão do alcance comunicacional do evento e sua relevância no debate público sobre diversidade, cidadania e enfrentamento à LGBTfobia.

A mídia digital concentrou o maior volume de repercussão do Festival, com 34 publicações registradas em portais, sites e blogs. Esse resultado demonstra a forte circulação das informações no ambiente online, favorecendo a ampliação do alcance das ações institucionais e possibilitando maior compartilhamento nas redes sociais. Esse movimento contribui para fortalecer o posicionamento do estado do Ceará como referência na formulação e implementação de políticas públicas voltadas à diversidade e aos direitos humanos. Na televisão foram contabilizadas oito inserções relacionadas ao Festival, totalizando 18 minutos e 58 segundos de exibição, com valoração estimada em R\$ 14.420,21. As reportagens televisivas desempenharam papel importante na ampliação da visibilidade pública do evento,

reforçando a presença institucional da Secretaria da Diversidade e das iniciativas desenvolvidas pelo governo estadual.

No rádio foram registradas cinco inserções, correspondendo a 19 minutos e 30 segundos de exposição, com valoração estimada em R\$ 27.237,60. A presença nesse meio contribuiu para ampliar a difusão das informações em diferentes regiões do estado, alcançando públicos diversos e fortalecendo a capilaridade territorial da comunicação institucional. Já na imprensa escrita foram identificadas dez publicações, totalizando 164 centímetros de coluna, com valoração estimada em R\$ 52.072,40. As matérias publicadas destacaram o caráter cultural e social do Festival, bem como sua relevância institucional no âmbito das políticas públicas de enfrentamento à LGBTfobia.

De forma sintética, o conjunto dos dados indica que o segundo Festival Ceará da Diversidade alcançou 79 inserções em mídia espontânea, com valoração estimada de R\$ 639.165,75. Esse resultado demonstra ampla repercussão no ambiente digital, presença qualificada nos meios tradicionais de comunicação e consolidação do evento como iniciativa de relevância institucional, cultural e social. A cobertura midiática registrada ao longo do ano de 2025 revela, portanto, a crescente visibilidade das ações conduzidas pela Secretaria da Diversidade do Estado do Ceará e reafirma a centralidade das políticas públicas voltadas à diversidade na agenda pública estadual.

3.4 ASSESSORIA JURÍDICA E OUVIDORIA

A Assessoria Jurídica desempenhou, durante o período do relatório, função central de controle prévio de legalidade, assessoria técnico-normativa e orientação à gestão, assegurando que todos os atos administrativos fossem praticados estritamente em conformidade com os princípios constitucionais que regem a administração pública. Na interação com os diversos setores administrativos, forneceu segurança jurídica na tomada de decisões no âmbito das instituições e inibiu o risco de responsabilidade pessoal dos gestores. A observância mais detalhada e sistemática dos processos administrativos proporcionou uma maior padronização procedimental e fortalecimento da governança institucional, aprofundando práticas alinhadas com a legalidade e os interesses coletivos e da boa administração pública.

No âmbito da Ouvidoria, a equipe técnica também prestou as atividades de análise e elaboração de respostas a manifestações, reclamações, pedidos de informação e denúncias, inclusive segundo as normativas da lei de acesso à informação. As respostas foram estruturadas com fundamentação jurídica, nos limites da transparência ativa e passiva, motivação e dos prazos legais. Foi oferecida especial atenção à organização documental e à coerência institucional, visando fortalecer a imagem do órgão perante a sociedade civil e os órgãos de controle. O engajamento garantiu o tratamento tecnicamente adequado, responsável e tempestivo das demandas.

Dessa forma, a Assessoria foi responsável pela produção e revisão de portarias administrativas, atos normativos internos e instrumentos regulamentares diversos, garantindo sua compatibilidade com a legislação vigente e com as diretrizes institucionais. Cada ato foi submetido a um critério de investigação quanto à competência da autoridade signatária, à forma adequada, à motivação, à finalidade pública e ao impacto administrativo. Essas ações contribuíram para a organização estrutural da instituição, formalização de comissões e designação, regulamentação interna e definição clara de atribuições, evitando nulidades e procedimentos inconsistentes.

Verifica-se aí um fator de eficiência, os atos minimizam a margem para questionamentos ou impugnações por parte dos usuários e dos próprios órgãos de controle. Quanto aos pareceres jurídicos, foram elaboradas manifestações técnicas opinativas e conclusivas sobre processos administrativos, contratações, parcerias institucionais, consultas internas e demais matérias submetidas à apreciação jurídica. Os pareceres apresentaram técnica adequada, fundamentação normativa e minuciosa análise da legalidade formal e material dos atos em análise. Comprovou-se aí um fator de eficácia, os pareceres conferiram suporte jurídico às decisões da gestão, delimitando seu campo de atuação, reduzindo riscos e estabelecendo critérios mais seguros em cada deliberação.

No que diz respeito à redação e análise de contratos administrativos, termos de fomento, acordos de cooperação e instrumentos congêneres, a atuação da Assessoria Jurídica possibilitou a exigibilidade dos requisitos legais, tais como a análise de plano de trabalho, regularidade documental, adequação orçamentária e estabelecimento de obrigações claras das partes. Além disso, foram promovidas revisões contratuais e respaldos e orientações acerca da execução, fiscalização e prestação de contas dos instrumentos firmados, de modo a promover a compliance e efetividade das parcerias instituídas. Da mesma forma, no que se

refere à redação de editais, chamamentos públicos e instrumentos convocatórios, a Assessoria Jurídica promoveu a redação, estabelecimento de critérios isonômicos, princípio da publicidade e transparência, e definição de critérios objetivos de habilitação, julgamento, prazos e obrigações, mitigando a possibilidade de impugnações ou questionamentos futuros.

Dessa forma, primou-se pela legitimação dos processos administrativos e previsibilidade e regularidade aos processos de eleição de propostas e parceiros institucionais. A análise de atos administrativos constituiu atividade permanente da Assessoria, abrangendo verificação de legalidade, controle de competência, conformidade normativa e aderência às políticas públicas institucionais. Foram realizadas revisões preventivas de despachos, decisões, termos de referência e demais documentos oficiais, assegurando regularidade formal e material. Essa atuação preventiva contribuiu para o aprimoramento dos fluxos internos e para a consolidação de uma cultura administrativa pautada na responsabilidade e na conformidade legal.

Também integrou as atribuições da Assessoria a elaboração de atas de reuniões, sessões e atos deliberativos, garantindo o registro formal e fiel das decisões institucionais. As atas foram redigidas com clareza, precisão técnica e observância aos requisitos formais necessários à sua validade jurídica. Essa atividade assegurou a preservação da memória administrativa, a formalização adequada das deliberações colegiadas e a transparência dos atos praticados pela gestão.

A Assessoria foi responsável pela elaboração de minutas para publicação de atos administrativos e pelo acompanhamento sistemático das publicações no Diário Oficial. Realizou a conferência de textos, verificação de prazos legais e monitoramento da efetiva veiculação dos atos, garantindo a produção válida de efeitos jurídicos. O acompanhamento do Diário Oficial também permitiu controle sobre nomeações, exonerações, designações e demais atos relevantes, assegurando tempestividade nas providências administrativas cabíveis.

No âmbito do controle externo, a Assessoria Jurídica atuou na elaboração de respostas técnicas a diligências, notificações e questionamentos formulados pelo Tribunal de Contas, assegurando fundamentação adequada e organização documental compatível com as exigências legais. Foram prestadas informações, juntados documentos e apresentados esclarecimentos necessários à instrução dos processos de fiscalização, sempre com foco na transparência e na defesa da regularidade dos atos administrativos praticados. Essa atuação

fortaleceu a interlocução institucional com os órgãos de controle e reduziu riscos de apontamentos e sanções.

A Assessoria também exerceu acompanhamento permanente das demais coordenadorias, prestando suporte consultivo contínuo na interpretação normativa, estruturação de procedimentos e tomada de decisões administrativas. Essa atuação integrada possibilitou alinhamento institucional, uniformização de entendimentos e prevenção de inconsistências operacionais. O suporte técnico contribuiu para maior eficiência na execução das políticas públicas e maior segurança na condução das atividades finalísticas.

Por fim, a Assessoria Jurídica prestou apoio direto ao controle interno, colaborando na análise de conformidade, revisão de procedimentos e identificação de oportunidades de melhoria institucional. Foram sugeridos ajustes em fluxos administrativos, padronização de documentos e aprimoramento de rotinas internas, com vistas ao fortalecimento da governança e da integridade institucional. O monitoramento contínuo das práticas administrativas consolidou mecanismos de prevenção de irregularidades, reforçando o compromisso com a eficiência, transparência e responsabilidade pública.

4 RELATÓRIO DO CENTRO ESTADUAL DE REFERÊNCIA LGBT+ - THINA RODRIGUES

4.1 APRESENTAÇÃO

Os dados apresentados decorrem da atuação da equipe do Centro Estadual de Referência LGBT+ Thina Rodrigues (CERLGBT) em relação ao atendimento à população LGBTI+ cearense do ano de 2025. O Relatório qualifica os dados sobre o acolhimento de pessoas LGBTI+ que buscam os serviços do equipamento como sujeitos de direitos. Aponta indicadores de um perfil socioeconômico das pessoas usuárias, um diagnóstico geral dos atendimentos por cada técnico e um panorama geral dos indicadores de LGBTfobia por meio do OiSol.

O Centro Estadual de Referência LGBT+ Thina Rodrigues, do Estado do Ceará, integra a rede de equipamentos da Secretaria da Diversidade (SEDIV). Trata-se de um equipamento que presta serviços essenciais e possui importância estratégica e transversal no

enfrentamento e na superação da LGBTIfobia no estado. Sabemos que as normas de gênero e de sexualidade atravessam e moldam subjetividades, organizam hierarquias sociais e influenciam diretamente as condições de acesso e garantia de direitos de cidadania. Essas dinâmicas afetam pessoas transexuais, intersexo e não binárias, travestis, lésbicas, bissexuais e gays em todas as regiões do estado.

Por isso, esse esforço não se restringe apenas à capital, Fortaleza, em razão de sua localização física; o CERLGBT é um serviço de porta aberta que atende LGBTI+ cearenses, possibilitando que a garantia se interiorize também. Isso tem sido garantido por meio dos atendimentos online e pela atuação da Unidade de Atendimento Móvel à População LGBTI+ do Ceará Dandara Ketlely. Embora ainda seja um desafio, como será observado, pois é apenas uma unidade para 184 municípios. Salientamos que essa análise dos dados coletados aponta interessantes indicadores de violência com marcadores de sexualidade, gênero, pertencimento racial, entre outros. Após sistematização e interpretação, esses dados podem orientar a implementação de políticas públicas LGBTI+ mais assertivas, com definição de estratégias e metas que considerem a territorialidade dos atendimentos.

Boa leitura!

4.2 HISTÓRICO

Desde sua criação, em 2010, a Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para LGBT do Estado do Ceará, atualmente incorporada à estrutura da Secretaria da Diversidade do Estado do Ceará, tem desempenhado papel relevante na construção e consolidação de iniciativas voltadas à promoção de direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, Intersexo e demais indetidade de gênero e orientação sexual não hegemônicas (LGBTI+). Ao longo dessa trajetória institucional, destacam-se estratégias voltadas à interiorização das políticas públicas, à valorização de expressões culturais e políticas da população LGBT, bem como ao fortalecimento do diálogo com o movimento social organizado. Nesse percurso, a participação em manifestações como as Paradas do Orgulho LGBT, a abertura de espaços de escuta e participação social e a articulação com o poder legislativo constituíram dimensões centrais para a formulação de marcos legais e programáticos voltados à garantia de direitos e ao enfrentamento da discriminação.

A ampliação das demandas sociais e a crescente complexidade das situações encaminhadas ao poder público tornaram-se ainda mais evidentes a partir da realização da 3ª Conferência Estadual de Políticas Públicas para LGBT, em 2016. Naquele momento, representantes do movimento social passaram a apresentar, de maneira mais sistemática, casos de violações de direitos humanos que exigiam respostas institucionais mais robustas e articuladas. Nesse contexto, a mobilização coletiva em torno da memória e da justiça pelo assassinato de Dandara Ketlely constituiu um marco simbólico e político. Após a marcha realizada em Fortaleza, representantes do movimento LGBT reuniram-se com o então governador Camilo Santana, em 10 de março de 2017, no Palácio da Abolição. Desse encontro emergiram compromissos institucionais voltados ao enfrentamento da LGBTfobia no estado, entre os quais se destacam a elaboração do Plano Estadual de Políticas Públicas para a População LGBT, a criação do Conselho Estadual de Discriminação LGBT (CECD) e a implantação de um Centro de Referência destinado ao acolhimento e acompanhamento de pessoas vítimas de discriminação e violência motivadas por orientação sexual ou identidade de gênero.

A constituição de Centros de Referência voltados à população LGBT integra um movimento mais amplo no campo das políticas públicas brasileiras. Tal estratégia ganhou impulso com o lançamento do Programa Brasil Sem Homofobia, instituído em 2004 como resultado de reivindicações históricas do movimento LGBT. Entre suas diretrizes estruturantes, destacou-se a criação de equipamentos especializados capazes de oferecer atendimento jurídico, psicológico e socioassistencial, funcionando como espaços de acolhimento, orientação e encaminhamento para outras instituições do sistema de garantia de direitos. Delegacias, defensorias públicas, conselhos tutelares, unidades de saúde e equipamentos da assistência social passaram a compor, nesse arranjo, uma rede de atenção articulada para responder às diferentes formas de violência e exclusão enfrentadas por pessoas LGBT.

No Ceará, experiências pioneiras antecederam a consolidação dessas iniciativas em âmbito estadual. Em 2005, foi implantado em Fortaleza um dos primeiros Centros de Referência voltados à população LGBT, por meio de um projeto social desenvolvido pelo Grupo de Resistência Asa Branca. Posteriormente, em 2011, o Centro Municipal de Referência LGBT Janaína Dutra passou a integrar oficialmente a estrutura administrativa da

prefeitura na capital, fortalecendo o atendimento especializado e a articulação com políticas municipais de direitos humanos.

Retornando ao Plano Estadual supracitado e que possibilitou a institucionalização do CERLGBT, isso ocorreu em 2021, por meio do Decreto nº 34.271, de 28 de setembro daquele ano. Ligado, à época, à Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos (SPS). O centro nasce como espaço de cuidado, escuta qualificada e acompanhamento de pessoas LGBT em situação de vulnerabilidade ou violência, reunindo atendimento jurídico, psicológico e socioassistencial. A partir da reforma administrativa do Governo do Estado, em 2023, o equipamento passou a integrar a estrutura da Secretaria da Diversidade, reforçando a centralidade dessa agenda na organização das políticas públicas estaduais.

Nos anos mais recentes, a atuação da Secretaria da Diversidade tem se destacado pela ampliação de ações e pela consolidação de parcerias institucionais em todo o território cearense. Entre essas iniciativas, figuram a campanha Ceará da Diversidade: Contra à LGBTfobia, a realização da 4ª Conferência Estadual dos Direitos da População LGBT e a articulação com a Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Dessa cooperação resultaram iniciativas importantes, como o Programa Projeto-Piloto Empodera+, voltado à promoção do trabalho digno e da geração de renda para pessoas LGBTQIA+, com ações de formação, inserção produtiva e fortalecimento da autonomia econômica.

Somam-se a esse conjunto a publicação de editais de fomento destinados a projetos da sociedade civil, a realização do Festival da Diversidade e a implantação da Unidade de Atendimento Móvel à População LGBTI+ do Ceará Dandara Ketlely, já citada. A Unidade Móvel amplia o alcance territorial das políticas públicas ao levar serviços especializados para diferentes regiões do estado, expandindo a atuação do Centro Estadual de Referência Thina Rodrigues e fortalecendo uma rede de cuidado que reconhece, nas múltiplas existências LGBT, a potência de vidas que resistem, se reinventam e continuam a inscrever sua presença na história social do Ceará.

4.3 DADOS GERAIS DE ATENDIMENTOS

A operacionalização das atividades do Centro Estadual de Referência LGBTQIA+ Thina Rodrigues estrutura-se a partir de modalidades de atendimento presencial e remoto, por meio de Meet, articuladas a uma dinâmica institucional de portas abertas e escuta qualificada. Essa configuração busca ampliar o acesso da população LGBTQIA+ aos serviços ofertados, garantindo acolhimento a pessoas que vivenciam situações de discriminação, violência ou vulnerabilidade social. A organização da equipe multiprofissional e a diversidade de estratégias de atendimento possibilitam um acompanhamento contínuo, atento às singularidades das trajetórias e às demandas apresentadas pelos usuários e usuárias do equipamento.

No período compreendido entre janeiro e dezembro de 2025, o centro realizou atendimento a 780 pessoas, totalizando 2.130 atendimentos. Esse quantitativo expressa uma característica importante da atuação do serviço. Um mesmo sujeito pode recorrer ao equipamento em diferentes momentos ao longo do ano, acionando mais de um tipo de acompanhamento, seja de natureza jurídica, psicológica ou socioassistencial. Essa recorrência não se reduz a uma dimensão numérica. Ela revela a profundidade das vulnerabilidades que atravessam a vida de parte da população atendida, bem como as dificuldades enfrentadas para romper ciclos persistentes de violência e violações de direitos.

O acompanhamento prolongado também evidencia a importância de dispositivos institucionais capazes de sustentar processos de cuidado, orientação e encaminhamento dentro da rede de garantia de direitos. Ao oferecer um espaço de escuta sensível e acompanhamento sistemático, o centro se constitui como ponto de referência para sujeitos que frequentemente encontram barreiras de acesso em outros equipamentos públicos.

Como forma de contextualizar essa atuação ao longo do tempo, apresentam-se a seguir dados comparativos referentes ao período de 2021 a 2025. As informações foram sistematizadas a partir dos registros de atendimento e dos relatórios institucionais elaborados pela Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para LGBTQIA+ do Ceará, vinculada anteriormente à Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos, bem como dos relatórios anuais produzidos pelo próprio centro de referência nos anos de 2023 e 2024. Esses documentos de gestão permitem acompanhar a evolução do volume de atendimentos, a ampliação do acesso da população aos serviços e o papel progressivamente consolidado do equipamento na rede estadual de promoção e defesa dos direitos da população LGBTQIA+.

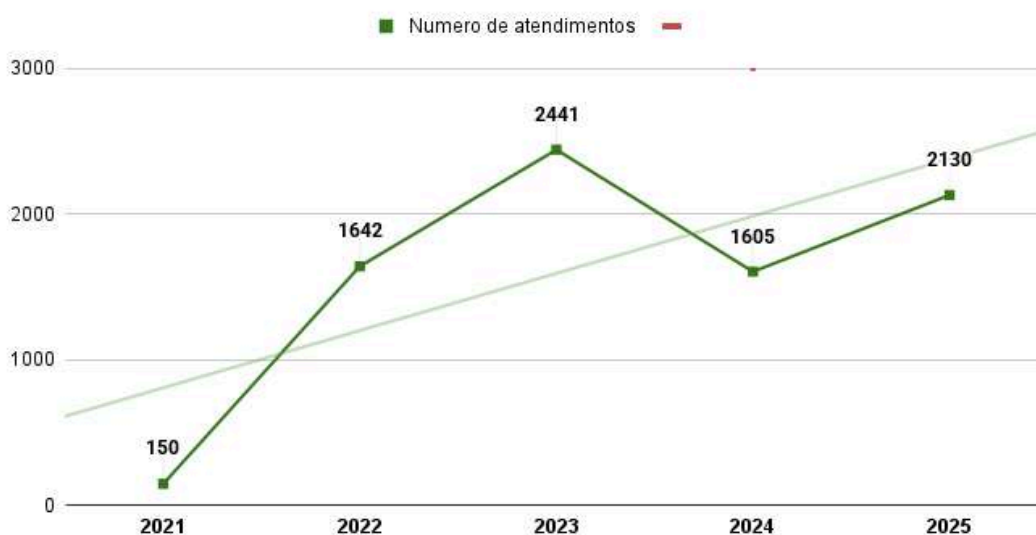
Quadro 4 - Quantitativo por ano de atendimento do CERLGBT Thina Rodrigues

2021	2022	2023	2024	2025
150	1642	2.441	1.605	2.130
atendimentos	atendimentos	atendimentos	atendimentos	atendimentos

Fonte: CERLGBT Thina Rodrigues

A leitura dos dados referentes ao período de 2021 a 2025 revela um processo gradual de ampliação do acesso ao equipamento, acompanhado por oscilações que refletem tanto fatores institucionais quanto condições estruturais do serviço. Observa-se um crescimento expressivo no número de atendimentos entre 2021 e 2023, indicando maior visibilidade do centro, fortalecimento da rede de encaminhamentos e ampliação da procura por parte da população LGBTQIA+.

Gráfico 2: Dados dos atendimentos entre 2021 e 2025 do CERLGBT+



Fonte: CERLGBT

No entanto, em 2024 verifica-se uma retração de 34,2% no volume de atendimentos em comparação ao ano anterior. Tal redução pode ser compreendida à luz de um conjunto de fatores institucionais e operacionais que impactaram diretamente a dinâmica de

funcionamento do equipamento. Entre esses elementos, destaca-se a interrupção dos atendimentos na área de psicologia no início de 2024, serviço que havia funcionado regularmente até dezembro de 2023 e que representava uma das principais portas de entrada para o acompanhamento continuado dos usuários. Somam-se a esse cenário questões de ordem estrutural e logística, como limitações no quadro de recursos humanos, dificuldades relacionadas à infraestrutura física do equipamento e a ausência de transporte institucional destinado às ações externas. Essa última condição comprometeu a realização de atividades de busca ativa e reduziu a presença da equipe em territórios e instituições parceiras, espaços que tradicionalmente produzem novas demandas de atendimento.

Outro aspecto relevante refere-se ao acúmulo de denúncias provenientes do sistema OiSol, cujo processo de verificação passou a concentrar parte significativa do tempo de trabalho da equipe técnica. Paralelamente, algumas iniciativas desenvolvidas pelo centro precisaram ser temporariamente interrompidas, entre elas o projeto Ateliê do Thina, as atividades da Sala de Espera e os cursos de capacitação profissional. A ausência de espaços físicos adequados no prédio e a diminuição das visitas institucionais aos equipamentos da rede também contribuíram para a redução da circulação de usuários e da geração de novos atendimentos. Apesar dessas limitações observadas em 2024, os dados de 2025 indicam uma retomada do crescimento, sinalizando processos de reorganização institucional e reafirmando a relevância do centro como espaço de acolhimento, orientação e defesa de direitos da população LGBTQIA+ no estado do Ceará.

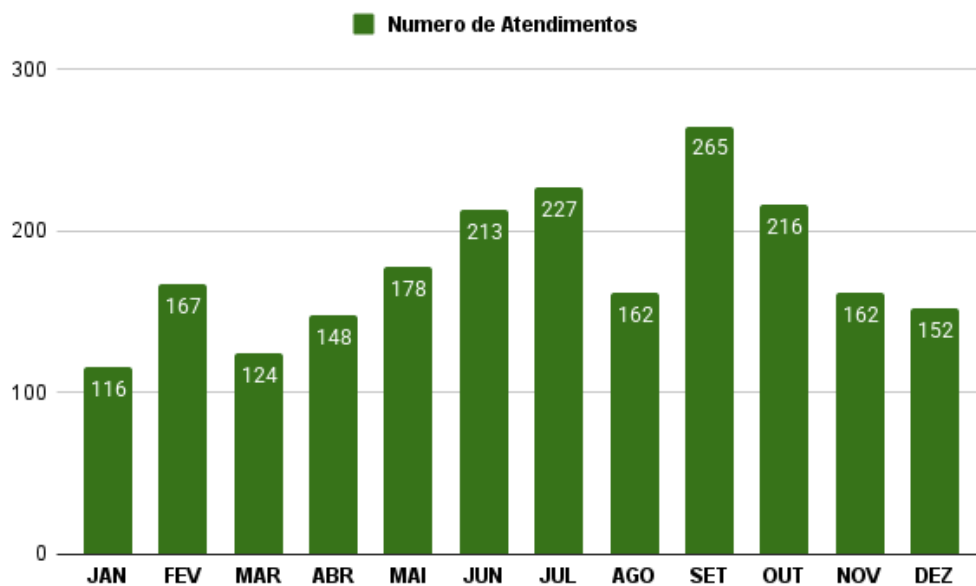
No ano de 2025, diversas iniciativas contribuíram para ampliar o alcance territorial da política pública voltada à população LGBTQIA+ no Ceará e fortalecer as ações desenvolvidas pelo Centro Estadual de Referência LGBT+ Thina Rodrigues. Entre essas iniciativas destaca-se o início das atividades da Unidade de Atendimento Móvel à População LGBTI+ do Ceará Dandara Kettlely, concebida para expandir o acesso aos serviços especializados em diferentes regiões do estado. A circulação da Unidade possibilitou maior aproximação com territórios historicamente distantes dos equipamentos institucionais da capital, ampliando o acolhimento, a escuta e o encaminhamento de demandas relacionadas a violações de direitos.

Também contribuíram para esse movimento a fase inicial de implantação do Programa Empodera+, voltado à promoção do trabalho digno e à geração de renda para pessoas LGBTQIA+, bem como a realização das etapas dos Seminários Regionais e das

Conferências Regionais LGBTI+. Somam-se ainda a execução de cursos de formação profissional e a elaboração de materiais informativos e conteúdos midiáticos destinados à divulgação dos serviços ofertados pelo centro. A presença dessas ações em diferentes territórios e espaços institucionais favoreceu a difusão de informações sobre os canais de atendimento e ampliou a visibilidade do equipamento junto à população.

Mesmo diante da permanência de limitações relacionadas à infraestrutura física e à logística de transporte institucional, os dados indicam um crescimento de 32,7% no número de atendimentos em comparação ao ano anterior. Esse aumento sugere que a intensificação das ações de mobilização, formação e divulgação contribuiu para consolidar o centro como espaço de referência para acolhimento e orientação da população LGBTQIA+ no estado.

Gráfico 3 - Dados de atendimentos por mês - CERLGBT 2025



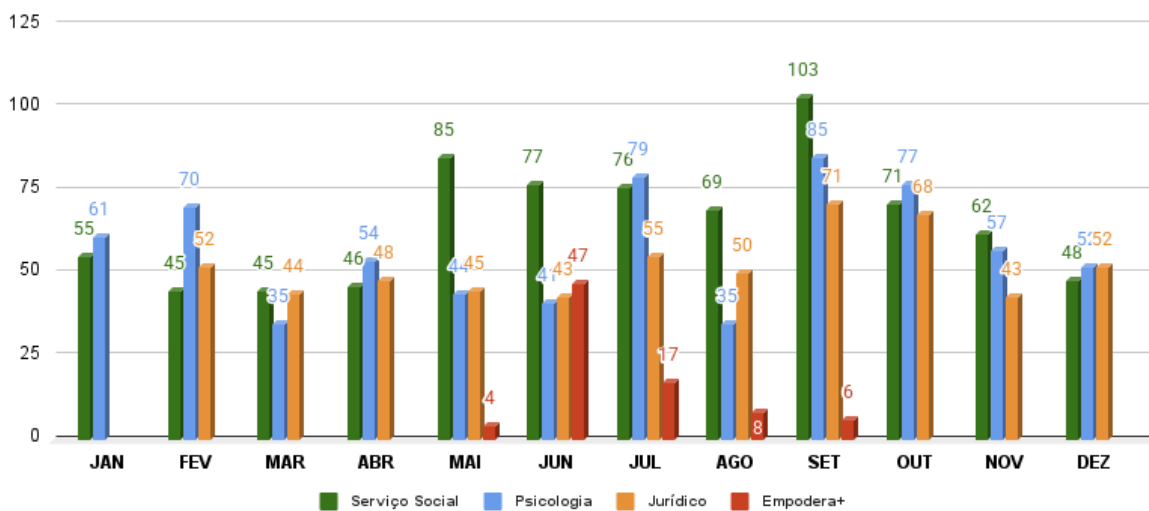
Fonte: CERLGBT

A análise da distribuição mensal dos atendimentos evidencia maior concentração nos meses de junho e julho. Esse crescimento pode ser relacionado às mobilizações ocorridas no período anterior, especialmente em maio, quando se iniciaram as atividades do Programa Empodera+, ocorreu a realização do Mutirão de Cidadania LGBTI+ e foram desenvolvidas ações voltadas ao enfrentamento da LGBTfobia. O mês de junho, marcado internacionalmente pelas celebrações do orgulho LGBTQIA+, também contribuiu para

ampliar a visibilidade institucional do centro, sobretudo por meio da circulação de informações na mídia e da participação nas atividades da Parada da Diversidade Sexual do Ceará.

Observa-se ainda uma nova elevação no número de atendimentos nos meses de setembro e outubro. Esse movimento pode ser associado às mobilizações realizadas em agosto, período dedicado à visibilidade lésbica, quando campanhas públicas, debates e atividades de sensibilização ampliaram o diálogo com diferentes segmentos da sociedade e estimularam a procura pelos serviços do equipamento.

Gráfico 4 - Dados de atendimentos por áreas por mês - CERLGBT 2025



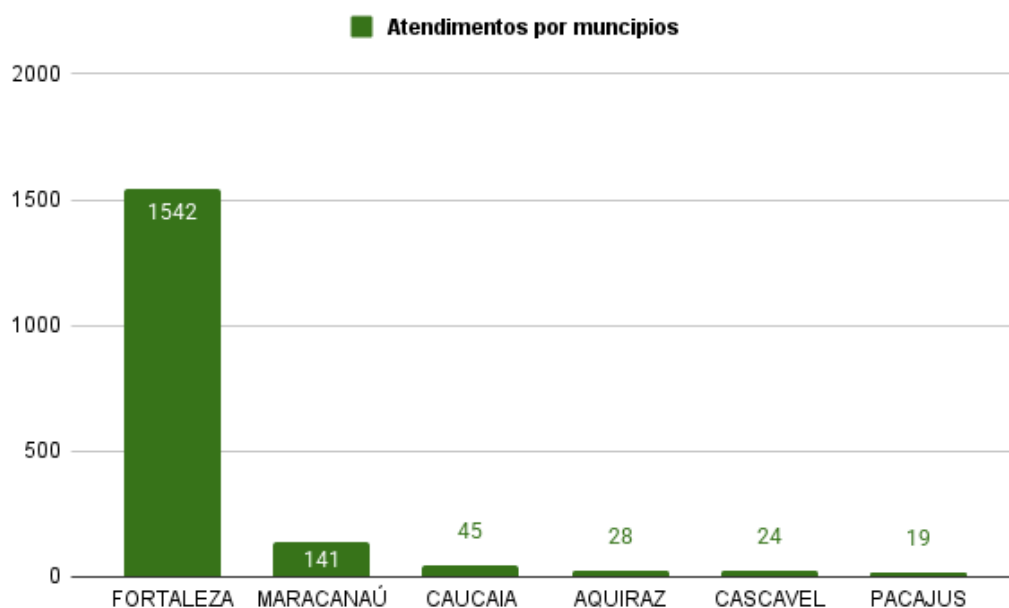
Fonte: CERLGBT

O fluxo de atendimento no centro organiza-se, inicialmente, a partir do acolhimento realizado pela equipe de Serviço Social. Esse primeiro contato constitui etapa fundamental para a identificação das demandas apresentadas pelos usuários e usuárias, permitindo uma escuta qualificada das situações vivenciadas e a definição dos encaminhamentos necessários. A partir dessa avaliação inicial, as pessoas atendidas podem ser direcionadas para outros serviços internos do próprio equipamento, como acompanhamento psicológico ou orientação jurídica, ou ainda para instituições que compõem a rede de garantia de direitos.

Em razão dessa função articuladora, o volume de atendimentos registrados pelo

Serviço Social tende a ser superior ao das demais áreas. O setor atua como porta de entrada do equipamento, organizando os percursos de cuidado e promovendo a interlocução entre diferentes profissionais e serviços, de modo a assegurar respostas integradas às múltiplas dimensões das vulnerabilidades enfrentadas pela população LGBTQIA+ atendida.

Gráfico 5 - Dados de Municípios atendidos - CERLGBT 2025



Fonte: CERLGBT

No ano de 2025, os atendimentos realizados pelo Centro Estadual de Referência LGBTQIA+ Thina Rodrigues alcançaram 63 municípios do Ceará, isso equivale à 34,41% dos 184 municípios do estado. O monitoramento dessas informações é realizado a partir dos registros constantes nos prontuários das pessoas usuárias do serviço. Embora o equipamento esteja sediado no município de Fortaleza, os atendimentos ocorrem tanto de forma presencial quanto por meio de modalidades remotas, especialmente atendimentos online, o que possibilita ampliar o alcance territorial do serviço e garantir acesso a pessoas residentes em diferentes regiões do estado.

A capital Fortaleza concentra 1.542 atendimentos, correspondendo a aproximadamente 72,39% do total registrado no período analisado. Essa predominância pode ser explicada tanto pela localização física do equipamento quanto pela maior

densidade populacional da capital e pela presença de uma rede institucional mais estruturada. Ainda assim, observa-se que municípios da Região Metropolitana de Fortaleza também apresentam presença significativa entre os atendimentos realizados. Destacam-se, nesse contexto, Maracanaú, Caucaia, Aquiraz, Cascavel e Pacajus, territórios que mantêm relações cotidianas de mobilidade e acesso aos serviços da capital.

Quadro 5- Mapa dos Municípios Alcançados

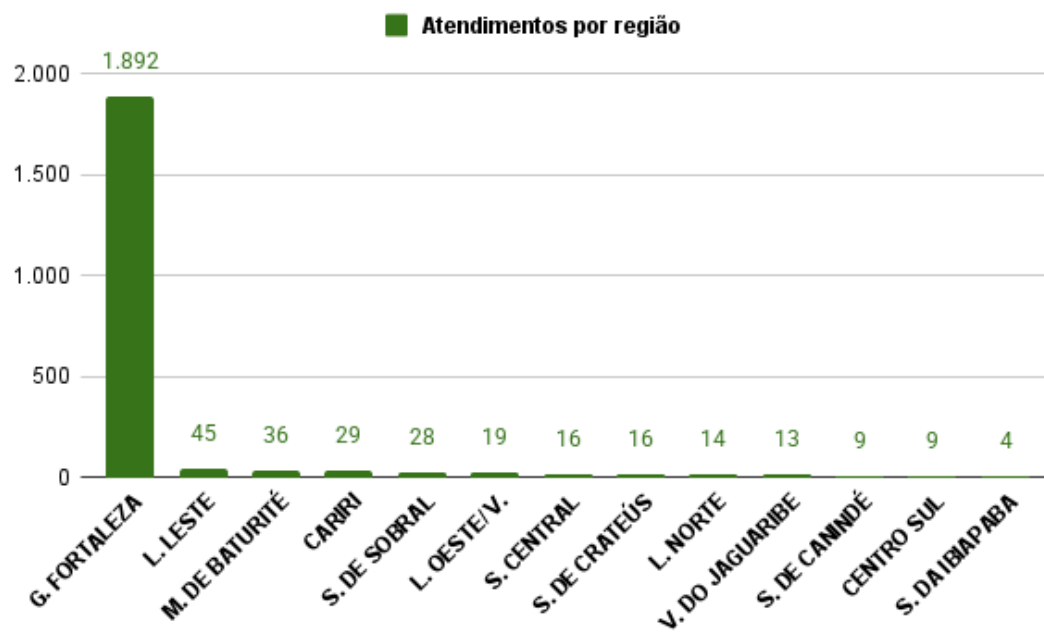
Acarape	Acopiara	Aquiraz	Aracati	Assaré	Beberibe	Barbalha
Barreiras	Baturité	Brejo Santo	Camocim	Canindé	Cascavel	Caucaia
Chorozinho	Crateús	Crato	Cruz	Euzébio	Fortaleza	Fortim
Granja	Guaiuba	Hidrolândia	Horizonte	Ibaretama	Icapuí	Iguatu
Independência	Itaiçaba	Itaitinga	Itapipoca	Itatira	Jardim	Juazeiro do Norte
Limoeiro do Norte	Madalena	Maracanaú	Maranguape	Massapê	Morada Nova	Morrinhos
Ocara	Pacajús	Pacatuba	Pacujá	Palmácia	Paracuru	Paraipaba
Pentecostes	Pindoretama	Quixadá	Quixeramobim	Redenção	Russas	Santana do Acaraú
São Gonçalo do Amarante	Sobral	Solonópole	Tabuleiro do Norte	Tamboril	Tianguá	Trairi

Fonte: CERLGBT

A distribuição territorial apresentada no mapa dos municípios alcançados evidencia a relevância das estratégias de interiorização da política pública voltada à população LGBTI+. A difusão de informações sobre os serviços ofertados pelo centro, associada às ações de mobilização institucional e social, contribui para ampliar o acesso da população residente no interior do estado aos mecanismos de defesa, orientação e denúncia em situações de violação de direitos.

Nesse cenário, a presença institucional da Secretaria da Diversidade do Estado do Ceará, por meio das ações desenvolvidas pelo Centro Estadual de Referência LGBT Thina Rodrigues e pela Unidade de Atendimento Móvel à População LGBTI+ do Ceará Dandara Ketlely, revela o fortalecimento progressivo de uma rede de proteção e promoção de direitos no interior do estado. Esse processo também dialoga com a ampliação da intersetorialidade entre diferentes órgãos públicos, a criação de novos conselhos de direitos e o surgimento de estruturas locais voltadas à gestão das políticas públicas destinadas à população LGBTI+.

Gráfico 6 - Dados de atendimentos por Região - CERLGBT 2025



Fonte: CERLGBT

A análise dos atendimentos por região demonstra forte concentração na Grande Fortaleza, que registra 1.892 atendimentos no período analisado. Em seguida aparecem a região do Litoral Leste, com 45 atendimentos, e o Maciço de Baturité, com 36. Ainda que os números indiquem maior incidência nas regiões mais populosas, observa-se um movimento gradual de descentralização em relação a outros territórios do estado.

Diferentemente de cenários observados em anos anteriores, quando regiões como Cariri e Sobral concentravam maior volume de registros fora da capital, os dados de 2025 sugerem uma distribuição mais dispersa dos atendimentos. Tal movimento pode estar

relacionado à ampliação da circulação de informações sobre os serviços do centro, à massificação das ações da campanha Ceará da Diversidade sem LGBTfobia e à agenda itinerante da Unidade de Atendimento Móvel à População LGBTI+ do Ceará Dandara Ketlely. Essas iniciativas indicam uma estratégia institucional voltada à descentralização dos serviços e ao fortalecimento da rede de proteção em territórios que ainda apresentam baixo número de municípios com políticas públicas LGBTI+ institucionalizadas.

Diante dos dados apresentados, evidencia-se que o enfrentamento às violações de direitos vivenciadas pela população LGBTI+ justifica e reafirma a importância da existência de equipamentos públicos especializados como o Centro Estadual de Referência Thina Rodrigues. O centro consolida-se como espaço de acolhimento e acompanhamento para pessoas em situação de vulnerabilidade social que vivenciam ou vivenciaram violações de direitos humanos motivadas por preconceito, discriminação relacionada à orientação sexual ou identidade de gênero, ou ainda por ausência de respostas institucionais adequadas.

Nesse contexto, a construção de estratégias voltadas à prevenção e ao enfrentamento das violências contra a população LGBTI+ assume papel central. A promoção da educação em direitos humanos constitui uma das dimensões fundamentais para a superação das diversas formas de LGBTfobia presentes na sociedade.

No cumprimento de suas atribuições institucionais de promover ações educativas em direitos humanos e direitos sexuais, sob orientação da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para a População LGBTI+ do Ceará, vinculada à Secretaria da Diversidade, a equipe técnica do Centro Estadual de Referência Thina Rodrigues realizou 27 atividades formativas. Essas ações alcançaram 1.133 pessoas em cinco municípios cearenses: Fortaleza, Aquiraz, Itaitinga, Caucaia e Crato. As formações reuniram servidores públicos, integrantes de movimentos sociais e membros da sociedade civil, contribuindo para a ampliação do debate público sobre direitos humanos, diversidade sexual e enfrentamento às violências motivadas por preconceito e discriminação.

Quadro 6 - Quadro de dados sobre capacitação realizadas pelo CERLGBT 2025

MÊS	DATA AÇÃO	TEMA	MUNICÍPIO REALIZADO	PARCERIA	REGIÃO IMPACTADA	NÚMERO DE PESSOAS CAPACITADAS
JANEIRO	17/01/2025	"Visibilidade Trans"	Fortaleza	Instituto Pensando Bem	Grande Fortaleza	40 pessoas
JANEIRO	23/01/2025	Janeiro Branco no Vapt Vupt Unidade Antônio Bezerra	Fortaleza	Secretaria da Proteção Social	Grande Fortaleza	100 pessoas

JANEIRO	24/01/2025	Janeiro Branco no Vapt Vupt Unidade Papicu,	Fortaleza	Secretaria da Proteção Social	Grande Fortaleza	70 pessoas
JANEIRO	30/01/2025	"Saúde Mental da População LGBTQIAPN+ para servidores	Fortaleza	Instituto Dragão do Mar	Grande Fortaleza	06 Pessoas
JANEIRO	30/01/2025	Janeiro Branco no Vapt Vupt Unidade Centro	Fortaleza	Secretaria da Proteção Social	Grande Fortaleza	60 pessoas
JANEIRO	31/01/2025	Janeiro Branco no Vapt Vupt Unidade Messejana	Fortaleza	Secretaria da Proteção Social	Grande Fortaleza	120 pessoas
MARÇO	07/03/2025	Diálogo sobre a Rede de Proteção LGBTI+ no curso de medicina da Unichristus	Fortaleza	Unichristus	Grande Fortaleza	20 pessoas
MARÇO	07/03/2025	"As representações Sociais do Feminino" para o curso de Psicologia da UFB	Fortaleza	Universidade Farias Brito	Grande Fortaleza	53 pessoas
MARÇO	20/03/2025	Diálogo sobre a Rede de Proteção LGBTI+ com estagiários de Nutrição da UNIFOR	Fortaleza	Universidade de Fortaleza	Grande Fortaleza	06 PESSOAS
MARÇO	20/03/2025	Diálogo sobre a Rede de Proteção LGBTI+ com PET de psico da UFC	Fortaleza	PET PSICO Universidade Federal do Ceará	Grande Fortaleza	07 PESSOAS
ABRIL	02/04/2025	Letramento sobre gênero e Diversidade para Internos na UP Imelda Pontes - Projeto Transformar	Aquiraz	ITG e SAP	Grande Fortaleza	40 pessoas
ABRIL	11/04/2025	"Diálogo sobre a Rede de Proteção LGBTI+ no Curso de psicologia Farias Brito	Fortaleza	Farias Brito Universidade	Grande Fortaleza	12 pessoas
ABRIL	25/04/2025	"Diálogo sobre a Rede de Proteção LGBTI+ no Curso de psicologia Farias Brito	Fortaleza	Farias Brito Universidade	Grande Fortaleza	11 pessoas
MAIO	16/05/2025	Seminário: Valorizar as Existências e Garantir a Dignidade de Estudantes Trans e Travestis	Fortaleza	SEDUC	Grande Fortaleza	50 pessoas
MAIO	20/05/2025	Formação sobre Direitos Humanos de LGBTI+ na UP5	Itaitinga	ITG e SAP	Grande Fortaleza	150 pessoas
MAIO	22/05/2025	Retificação de Nome e Gênero de pessoas trans	Fortaleza	CEFISP	Grande Fortaleza	16 pessoas
MAIO	27/05/2025	Cidadania LGBTI+	Fortaleza	CEFISP	Grande Fortaleza	35 pessoas
MAIO	23/05/2025	Diálogo sobre a Rede de Proteção e Política LGBTI+ ao Núcleo de Ação pela Paz	Fortaleza	SPS	Grande Fortaleza	13 pessoa
JUNHO	03/06/2023	Diálogo sobre a Rede de Proteção LGBTI+ Curso de psicologia da Unichristus	Fortaleza	UNICHRISTUS	Grande Fortaleza	25 pessoas
JUNHO	11/06/2025	Letramento LGBTI+ com alunos da EEEP Iraci Pereira de Alcantara (ANEXO)	Caucaia	SEDUC	Grande Fortaleza	16 pessoas
JUNHO	27/06/2025	Diálogo sobre a Rede de Proteção CERLGBT+ Thina Rodrigues e a Política LGBTI+ do Ceará	Fortaleza		Grande Fortaleza	18 pessoas
JUNHO	27/06/2025	Palestra na Onda da Diversidade para Colaboradores Beach Park	Aquiraz	Beach Park	Grande Fortaleza	80 pessoas
JULHO	10/07/2025	Treinamento sobre abordagem e acolhimento para as equipes móveis da Expocrato	Crato	Prefeitura Municipal	Cariri	110 pessoas

AGOSTO	14/08/05	Visitado curso de Doutorado em Enfermagem da Pós Graduação da UNILAB	Fortaleza	UNILAB	Grande Fortaleza	39 pessoas
NOVEMBRO	05/11/2025	Apresentação do Centro Estadual de referencia LGBTI+ Thina Rodrigues	Fortaleza		Grande Fortaleza	8 pessoas
DEZEMBRO	09/12/2025	Boas Práticas de Inclusão LGBT na Saúde Mental	Fortaleza	Hospital de Saúde Mental DR.Frota	Grande Fortaleza	9 pessoas
DEZEMBRO	02/12/2025	Treinamento sobre acolhimento e direito à Cultura	Fortaleza	Caixa Cultural	Grande Fortaleza	27 pessoas
PESSOAS CAPACITADAS POR ANO 1.133						

Fonte: CERLGBT

4.3.1 Atendimento técnico do Serviço Social

No ano de 2025, o Serviço Social do Centro Estadual de Referência LGBTI+ Thina Rodrigues consolidou-se como uma das principais frentes técnicas de atendimento à população LGBTI+ no território cearense. Integrando, juntamente com as áreas de psicologia e orientação jurídica, a equipe multiprofissional do equipamento, o Serviço Social atua na construção de práticas de acolhimento fundamentadas no respeito à dignidade humana, na escuta qualificada e na garantia de direitos. A atuação articulada entre esses setores busca assegurar um atendimento humanizado, atento às múltiplas dimensões das vulnerabilidades vivenciadas pelos usuários e usuárias que procuram o centro.

No fluxo institucional de atendimento, o Serviço Social constitui a principal porta de entrada do equipamento. É nesse primeiro contato que as pessoas são acolhidas e convidadas a compartilhar suas experiências, demandas e necessidades. A escuta realizada nesse momento inicial permite compreender as diferentes situações que atravessam a vida dos sujeitos atendidos, muitas vezes marcadas por contextos de discriminação, violência, exclusão social ou fragilidade no acesso a direitos básicos.

A atuação profissional do assistente social orienta-se pelas atribuições previstas na Lei nº 8.662 de 1993, que estabelece as competências da categoria no campo da garantia de direitos e da mediação entre sujeitos e políticas públicas. No âmbito do atendimento social realizado no centro, são identificadas as necessidades específicas de cada pessoa usuária e, a partir dessa análise, são construídos encaminhamentos adequados para os serviços

disponíveis.

Esses encaminhamentos podem ocorrer tanto para os atendimentos internos do próprio equipamento, como acompanhamento psicológico ou orientação jurídica, quanto para serviços externos que integram a rede socioassistencial e de proteção social do estado. Entre esses dispositivos encontram-se equipamentos como os Centros de Referência de Assistência Social, unidades da atenção básica em saúde, centros especializados de atendimento, além de instituições voltadas à inserção produtiva e ao acesso ao trabalho, como o Sistema Nacional de Emprego e o Instituto de Desenvolvimento do Trabalho do Ceará.

Entre janeiro e dezembro de 2025, o Serviço Social registrou atendimento a 630 pessoas, número que expressa a centralidade desse setor na organização do fluxo de acolhimento e encaminhamento das demandas apresentadas pela população LGBTQIA+ que busca o centro. Mais do que um registro quantitativo, esse dado revela a dimensão cotidiana do trabalho desenvolvido pela equipe, que se dedica à construção de caminhos institucionais capazes de garantir proteção social, acesso a direitos e possibilidades de reconstrução de trajetórias marcadas por diferentes formas de vulnerabilidade.

No ano de 2025, o setor de Serviço Social do Centro Estadual de Referência LGBT+ Thina Rodrigues registrou 736 atendimentos, realizados junto a 630 pessoas usuárias do serviço. Esses registros constituem a base empírica para a análise do perfil social das pessoas atendidas, das principais demandas apresentadas, dos encaminhamentos realizados e da abrangência territorial dos atendimentos. As informações foram sistematizadas a partir da ficha de atendimento multidisciplinar adotada pelo centro no ano de 2025, instrumento que orienta o registro das informações coletadas durante o acolhimento inicial e o acompanhamento dos usuários. São os indicadores analisados pelo o Serviço Social: identidade de gênero, orientação sexual, cor ou raça, escolaridade, faixa etária, trabalho, renda econômica e vínculo com o Cadastro Único.

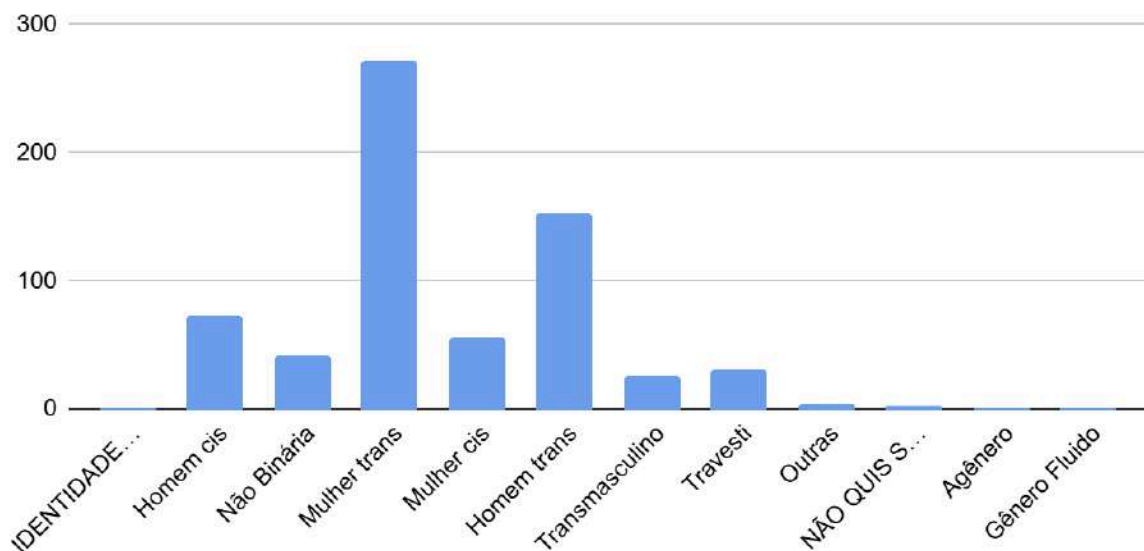
É importante destacar que os dados apresentados têm como fundamento o princípio da autodeclaração. As informações relativas à identidade de gênero, orientação sexual, cor ou raça, escolaridade, faixa etária, situação de trabalho, renda econômica e vínculo com o Cadastro Único para Programas Sociais são informadas diretamente pelas próprias pessoas atendidas, respeitando-se os princípios éticos de autonomia, confidencialidade e

reconhecimento das identidades.

A análise do perfil das pessoas atendidas revela que a população trans constitui a maioria expressiva do público atendido pelo centro. Dentro da sigla LGBT, o segmento representado pela letra T, que inclui travestis, mulheres trans, homens trans, pessoas transmasculinas e pessoas não binárias, corresponde a mais de 80% das pessoas atendidas pelo equipamento. Entre essas identidades, as mulheres trans representam aproximadamente 42% do público, seguidas pelos homens trans, que correspondem a cerca de 23%.

Esse cenário reflete uma realidade social mais ampla, marcada pela intensa exposição da população trans a diferentes formas de violência, exclusão social e vulnerabilidade institucional. Estudos sobre desigualdades sociais apontam que pessoas trans frequentemente enfrentam maiores dificuldades de acesso à educação, ao trabalho formal e aos serviços públicos, o que contribui para a maior procura por equipamentos especializados de acolhimento e orientação (DE ANDRADE, 2019).

Gráfico 7 - Identidade de gênero



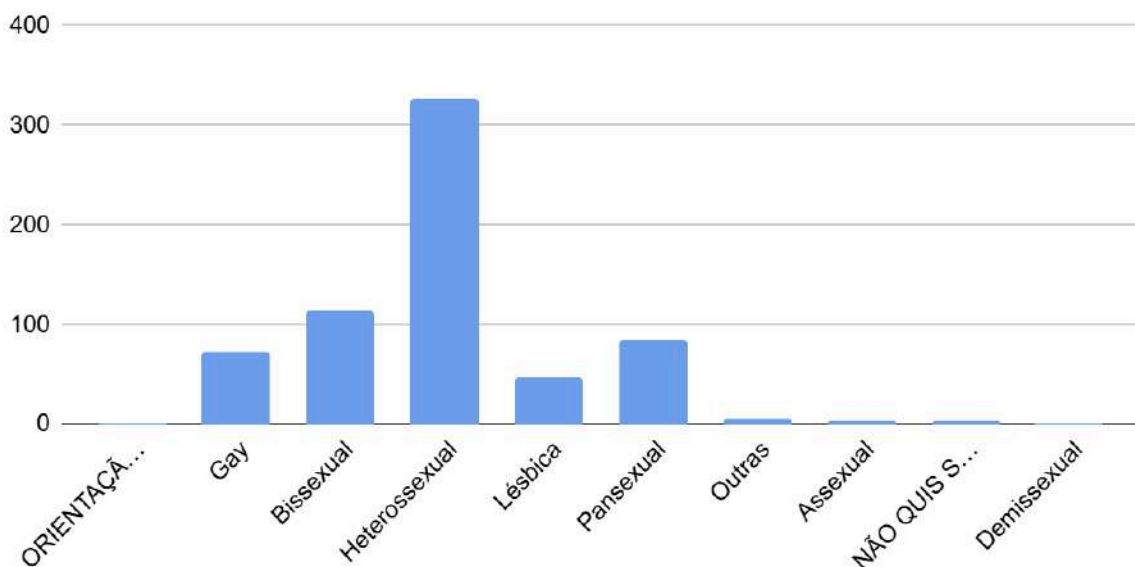
Fonte: CERLGBT

Esse cenário reflete uma realidade social mais ampla, marcada pela intensa exposição da população trans a diferentes formas de violência, exclusão social e vulnerabilidade institucional. Estudos sobre desigualdades sociais apontam que pessoas

trans frequentemente enfrentam maiores dificuldades de acesso à educação, ao trabalho formal e aos serviços públicos, o que contribui para a maior procura por equipamentos especializados de acolhimento e orientação (DE ANDRADE, 2019).

A diversidade de identidades de gênero observada entre as pessoas atendidas evidencia a pluralidade de experiências que atravessam o campo da transgeneridade. Entre as identidades registradas encontram-se homens trans, transmasculinos, pessoas não binárias, mulheres trans, travestis, pessoas de gênero fluido e pessoas agênero. Também foram registrados atendimentos de pessoas que optaram por não se identificar com nenhuma categoria específica de identidade de gênero, reafirmando a importância de reconhecer formas plurais de auto identificação.

Gráfico 8 - Orientação sexual



Fonte: CERLGBT

Nesse contexto, algumas demandas aparecem de forma recorrente entre a população trans atendida pelo centro. Destacam-se os processos relacionados à retificação de nome e gênero nos registros civis, à atualização de documentos após a retificação, ao acesso ao processo transexualizador no sistema público de saúde e às dificuldades relacionadas à inserção no mercado de trabalho e à segurança alimentar. O acesso ao processo transexualizador ocorre no âmbito do Sistema Único de Saúde, regulamentado pela Portaria nº 2.803 de 2013 do Ministério da Saúde.

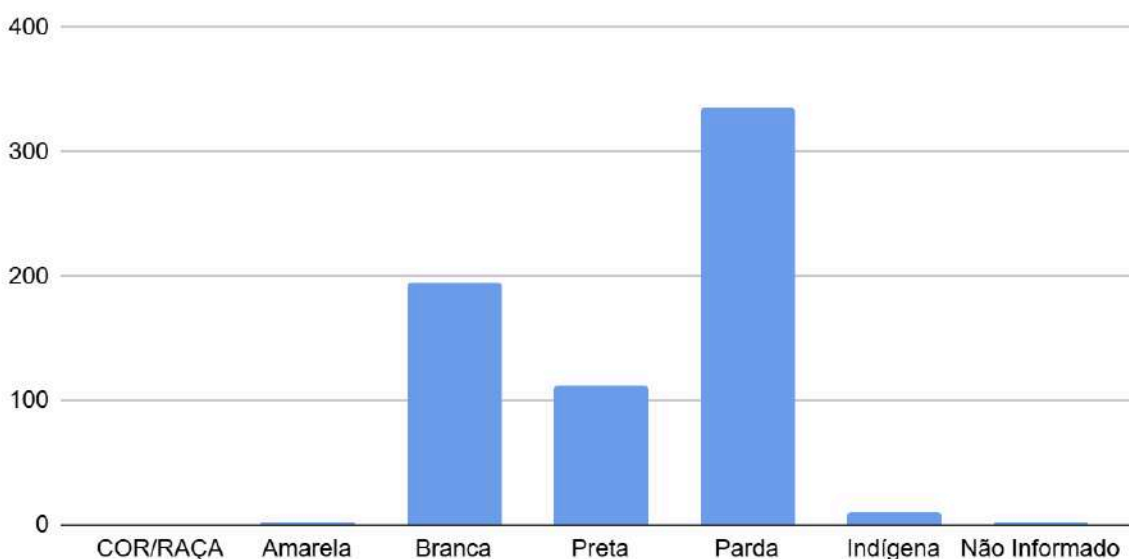
Embora em menor proporção, pessoas cisgêneras também procuram os serviços ofertados pelo centro. Homens e mulheres que se identificam com o gênero atribuído ao nascimento representam cerca de 20% do público atendido, incluindo pessoas lésbicas, gays e bissexuais. Entre as demandas apresentadas por esse grupo destacam-se orientações jurídicas e sociais, atendimento psicológico, informações sobre casamento civil e união estável, além de situações relacionadas à discriminação e à violência motivadas por LGBTfobia.

No que se refere à orientação sexual, observa-se que parte significativa das pessoas atendidas, mesmo pertencendo ao segmento trans, se autodeclara heterossexual. As identidades bissexuais e pansexuais aparecem como o segundo grupo mais expressivo, apresentando crescimento em relação ao ano anterior. Também foi registrado aumento na procura por parte de homens cisgêneros gays e mulheres cisgêneras lésbicas. Ainda assim, as mulheres lésbicas continuam representando o menor percentual de pessoas atendidas pelo equipamento, correspondendo a cerca de 7% do total.

Esse dado pode ser interpretado à luz das dinâmicas de invisibilidade social que historicamente atravessam as experiências lésbicas¹. Diversos estudos apontam que mulheres lésbicas frequentemente enfrentam violências simbólicas e institucionais marcadas pela lesbofobia e pelo machismo estrutural, muitas vezes vivenciadas em silêncio ou sem a busca por apoio institucional por receio de revitimização ou descrédito social (MOTTER, 2024).

Gráfico 9 - Raça/Cor

1



Fonte: CERLGBT

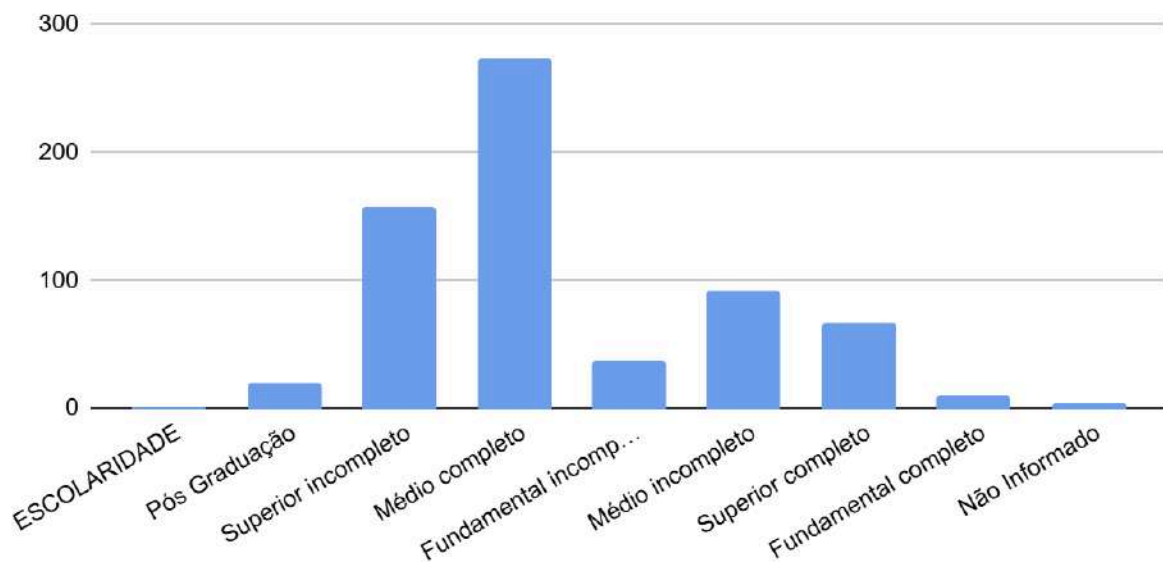
Em relação ao marcador racial, observa-se que pessoas negras, considerando a classificação que reúne pessoas autodeclaradas pretas e pardas, constituem a maioria das pessoas atendidas pelo centro, correspondendo a aproximadamente 67% do público. Esse perfil acompanha a própria composição demográfica do estado do Ceará, que apresenta forte presença da população negra, especialmente entre aqueles que se autodeclararam pardos. Estudos sobre desigualdades raciais indicam que esse segmento também enfrenta maiores níveis de vulnerabilidade socioeconômica e exposição a diferentes formas de violência estrutural (MADEIRA, 2020).

Pessoas brancas representam cerca de 29% das pessoas atendidas. Também foram registrados atendimentos a 11 pessoas indígenas e 3 pessoas amarelas, categoria utilizada para designar pessoas de origem asiática. A análise interseccional entre gênero e raça evidencia um dado recorrente ao longo dos últimos anos de funcionamento do centro. As mulheres trans negras constituem o grupo majoritário entre as pessoas atendidas nos anos de 2022, 2023, 2024 e 2025. Esse perfil coincide com os dados apresentados pelos relatórios nacionais sobre violência contra pessoas trans. De acordo com o relatório mais recente da Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil, publicado em 2025, mulheres trans negras permanecem como o grupo mais afetado pela violência transfóbica e pelos assassinatos motivados por ódio no país.

Esses dados permitem refletir sobre como os corpos trans, especialmente aqueles

marcados pela racialização negra, encontram-se atravessados por múltiplas camadas de desigualdade social. Barreiras no acesso à educação, à inserção laboral, à renda e à proteção social revelam os efeitos persistentes de estruturas sociais baseadas em hierarquias de classe, raça e gênero, que produzem trajetórias marcadas por exclusão e vulnerabilidade. Nesse contexto, o centro de referência emerge como espaço institucional fundamental para a mediação de direitos, o acolhimento de experiências de violência e a construção de caminhos possíveis para a ampliação da cidadania da população LGBTI+ no estado do Ceará.

Gráfico 10 - Escolaridade



Fonte: CERLGBT

No que se refere ao perfil de escolaridade das pessoas atendidas pelo Centro Estadual de Referência LGBT+ Thina Rodrigues, observa-se que a maior parcela do público possui ensino médio completo, correspondendo a aproximadamente 41% das pessoas acompanhadas pelo serviço. Esse dado indica que uma parte significativa da população LGBTI+ atendida alcançou a conclusão da educação básica, etapa frequentemente associada à ampliação das possibilidades de inserção social e laboral.

O levantamento também aponta que 23% das pessoas atendidas acessaram o ensino superior, revelando a presença expressiva de trajetórias educacionais que alcançam o nível universitário. Entretanto, em muitos desses casos, o percurso acadêmico não foi concluído.

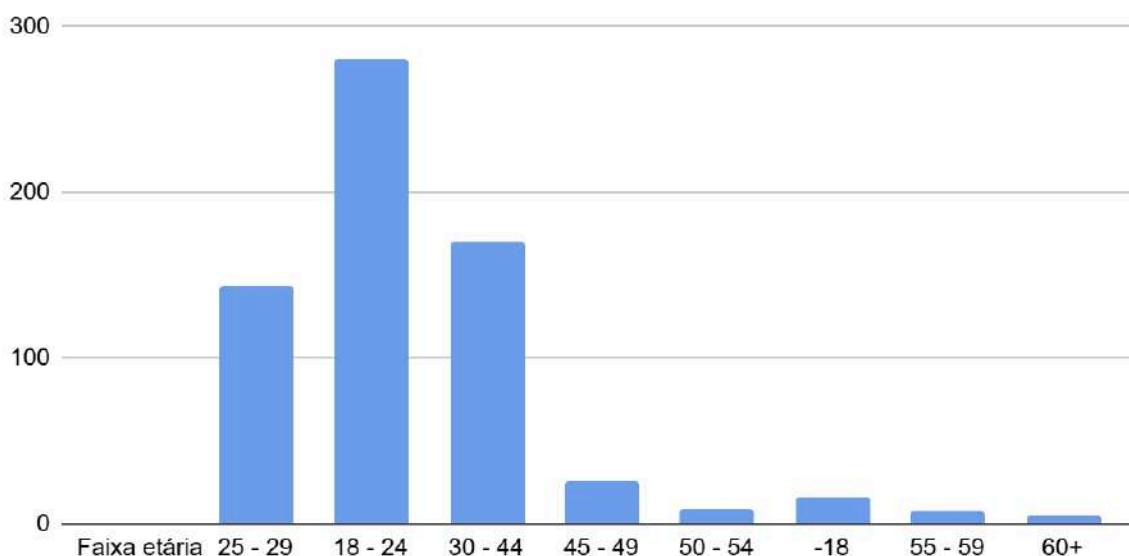
Entre os fatores mais frequentemente relatados encontram-se dificuldades econômicas para custear mensalidades em instituições privadas, a necessidade de conciliar estudo e trabalho, a sobrecarga decorrente de múltiplas jornadas e experiências de discriminação e violência que atravessam os espaços educacionais e impactam a permanência estudantil.

No que se refere à formação em nível de pós-graduação, o levantamento registra 27 pessoas que chegaram a esse nível de escolarização entre as 630 pessoas atendidas no período analisado. Embora esse número represente uma parcela reduzida do total, ele indica a presença de trajetórias educacionais que alcançam níveis mais elevados de formação acadêmica, mesmo diante de obstáculos estruturais que historicamente limitam o acesso da população LGBTI+ ao ensino superior e à pós-graduação.

Por outro lado, o levantamento também registra 37 pessoas com ensino fundamental incompleto e 11 pessoas com ensino fundamental completo, revelando a permanência de trajetórias educacionais interrompidas em etapas iniciais da escolarização. Esses percursos, em muitos casos, estão associados a contextos de exclusão social, evasão escolar motivada por discriminação, conflitos familiares, vulnerabilidade econômica e violências relacionadas à orientação sexual ou identidade de gênero.

De forma geral, os dados indicam um cenário em que a conclusão do ensino médio aparece como um marco importante na trajetória educacional das pessoas atendidas. Ao mesmo tempo, evidenciam os desafios que ainda atravessam o acesso, a permanência e a progressão nos níveis mais elevados de ensino. Nesse contexto, a qualificação educacional se apresenta como dimensão estratégica para a ampliação das oportunidades de trabalho, fortalecimento da autonomia econômica e construção de trajetórias sociais menos marcadas pela precarização e pela exclusão.

Gráfico 11 - Faixa etária



Fonte: CERLGBT

No que se refere ao perfil etário das pessoas atendidas pelo Centro Estadual de Referência LGBT+ Thina Rodrigues, observa-se predominância significativa de jovens, compreendidos na faixa etária entre 15 e 29 anos, conforme definição estabelecida pelo Lei nº 12.852 de 2013. Esse grupo corresponde a aproximadamente 69% do total de pessoas atendidas pelo serviço.

Dentro desse recorte geracional, destaca-se a faixa etária de 18 a 24 anos, que representa 43% das pessoas atendidas, constituindo o segmento mais expressivo do público acompanhado pelo centro. Em seguida, aparece o grupo de 25 a 29 anos, classificado como jovens-adultos, que corresponde a cerca de 26% dos registros. Esses dados sugerem que pessoas pertencentes às gerações mais jovens tendem a buscar com maior frequência equipamentos públicos especializados, sobretudo em momentos de construção e reconhecimento de suas identidades, bem como no processo de acesso a informações sobre direitos, redes de apoio e serviços institucionais voltados à população LGBTI+.

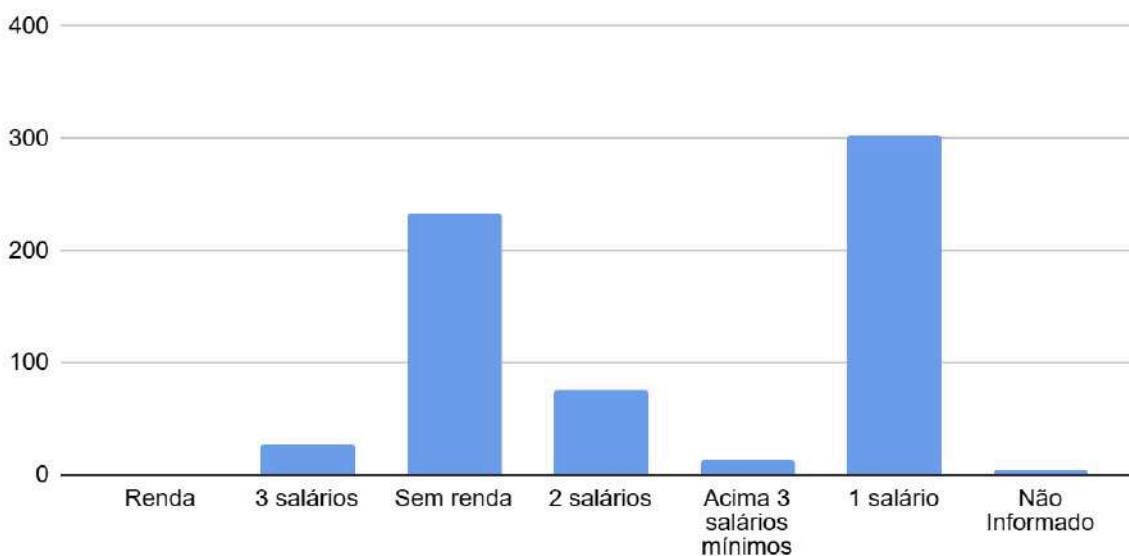
A procura por esses espaços também pode ser interpretada como parte de um movimento mais amplo de afirmação identitária e participação social, no qual jovens e jovens-adultos se aproximam de coletivos, organizações e políticas públicas que dialogam com pautas relacionadas à diversidade sexual, identidade de gênero e garantia de direitos.

Em contraste com esse cenário, observa-se menor presença de pessoas pertencentes às faixas etárias mais avançadas. Entre as 630 pessoas atendidas, foram registrados 9

atendimentos de pessoas com 50 anos ou mais e 5 atendimentos de pessoas idosas com 60 anos ou mais. A baixa presença desses grupos pode indicar menor adesão aos serviços especializados ou dificuldades adicionais de acesso a equipamentos institucionais voltados à população LGBTI+.

Esse dado sugere a necessidade de um olhar mais atento e sensível para as experiências de envelhecimento da população LGBTI+. Pessoas com mais de 50 anos e pessoas idosas frequentemente vivenciam trajetórias marcadas por contextos históricos de maior repressão social, invisibilidade e ausência de políticas públicas voltadas à diversidade sexual e de gênero. Nesse sentido, torna-se fundamental fortalecer estratégias de acolhimento e ampliar políticas públicas transversais que considerem as especificidades geracionais da população idosa, garantindo acesso à proteção social, à saúde e a espaços de convivência que reconheçam e valorizem suas experiências de vida.

Gráfico 12 - Renda



Fonte: CERLGBT

No que se refere ao perfil socioeconômico das pessoas atendidas pelo Centro Estadual de Referência LGBT+ Thina Rodrigues, observa-se que a maioria declara possuir renda familiar de até um salário mínimo, correspondendo a 46% do público atendido. Considerando o valor do salário mínimo vigente em 2025, fixado em R\$ 1.518,00, esse dado

refere-se à renda total do domicílio ou à renda familiar compartilhada entre os membros da residência.

O segundo grupo mais expressivo é composto por pessoas que declaram não possuir nenhuma fonte de renda, representando 35% dos registros. A soma desses dois segmentos revela que aproximadamente 80% das pessoas atendidas encontram-se situadas nas faixas socioeconômicas mais baixas, correspondentes às classes D e E, categorias associadas a contextos de pobreza e extrema pobreza segundo as classificações socioeconômicas utilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Tabela 7 - Tipos de classe social de acordo com a renda per capita

SEM RENDA	1 SALÁRIO	2 SALÁRIOS	3 SALÁRIOS	ACIMA DE 3 SALÁRIOS	NÃO INFORMADO
35 %	46%	11%	4%	2%	2%
CLASSE E - D : Média de 80%					

Fonte: Autoral

Para compreender de forma mais ampla o perfil socioeconômico da população atendida, é fundamental observar também o eixo relacionado à inserção no mundo do trabalho. Nesse aspecto, os dados indicam que o desemprego permanece como a condição mais frequente, alcançando aproximadamente 33% das pessoas atendidas. Em seguida, destacam-se os trabalhadores autônomos ou profissionais liberais, que correspondem a cerca de 31% do público, evidenciando trajetórias marcadas pela informalidade laboral e pela instabilidade de renda.

A inserção no trabalho formal apresenta percentual significativamente menor. Entre as pessoas atendidas, 18% possuem vínculo empregatício com carteira assinada, enquanto 4% são servidores públicos, totalizando cerca de 22% de trabalhadores inseridos em ocupações formais. Esse dado revela as dificuldades enfrentadas pela população LGBTQIA+ no acesso a vínculos laborais estáveis e protegidos por direitos trabalhistas.

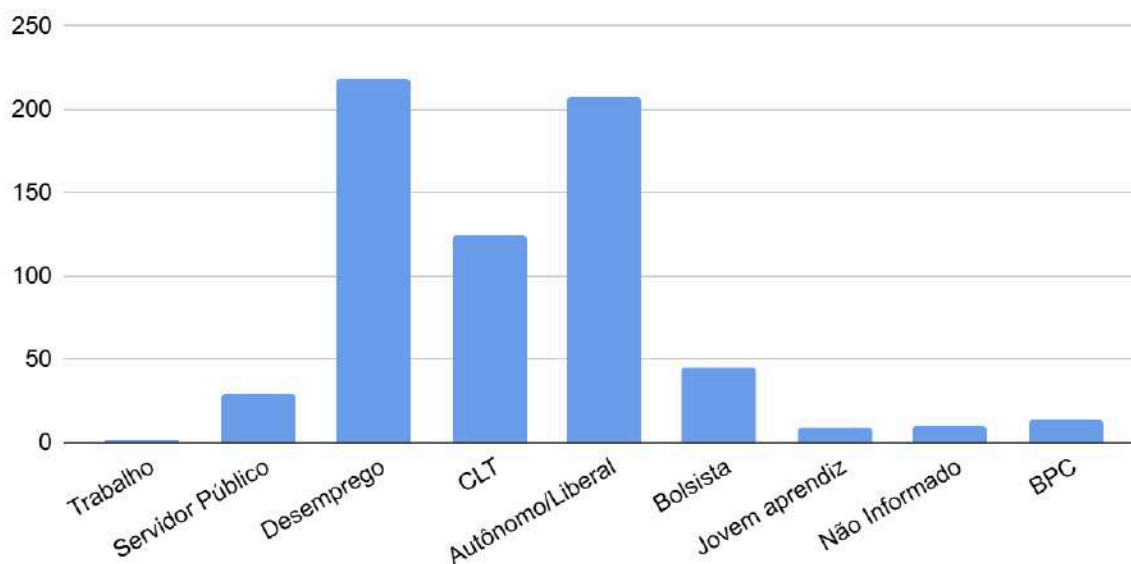
Outros perfis de inserção também foram identificados. Cerca de 6% das pessoas

atendidas são bolsistas, vinculadas a programas de formação profissional, cursos educacionais ou iniciativas de inserção produtiva. O levantamento também registra nove pessoas participantes do Programa Jovem Aprendiz, modalidade de inserção laboral voltada à juventude em processo de qualificação profissional.

Além disso, aproximadamente 2% das pessoas atendidas recebem o Benefício de Prestação Continuada, previsto na Lei Orgânica da Assistência Social e operacionalizado pelo Instituto Nacional do Seguro Social. Esse benefício garante um salário mínimo mensal a pessoas idosas ou com deficiência em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

De modo geral, os dados evidenciam que a população atendida pelo centro encontra-se majoritariamente inserida em contextos de vulnerabilidade econômica e precarização das relações de trabalho. Nesse cenário, o acesso a políticas públicas de qualificação profissional, geração de renda e inclusão produtiva torna-se dimensão fundamental para a promoção da autonomia econômica e para a ampliação das condições de cidadania da população LGBTI+ no estado do Ceará.

Gráfico 13 - Trabalho



Fonte: CERLGBT

Considerando os princípios estabelecidos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, especialmente aqueles relacionados aos valores sociais do trabalho e à

promoção do bem de todos sem qualquer forma de discriminação por origem, raça, sexo, cor, idade ou outras condições sociais, o acesso ao trabalho assume papel central na garantia de direitos e na promoção da cidadania. Nesse mesmo horizonte normativo, destaca-se o conceito de Trabalho Digno, formulado pela Organização Internacional do Trabalho, que o define como a existência de oportunidades para a realização de trabalho produtivo com remuneração justa, condições adequadas de segurança e proteção social para trabalhadores e suas famílias, perspectivas de desenvolvimento pessoal e integração social, liberdade de expressão e participação nas decisões que afetam a vida laboral, bem como igualdade de oportunidades e de tratamento no ambiente de trabalho (OIT, 2024).

A promoção do trabalho digno foi incorporada como um dos objetivos estruturantes da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, reafirmando o compromisso internacional de governos, instituições públicas e organizações privadas com a construção de sociedades mais justas e inclusivas. Nesse contexto, a garantia de acesso ao trabalho sem discriminação torna-se dimensão fundamental das políticas públicas voltadas à redução das desigualdades e ao fortalecimento da autonomia econômica de grupos socialmente vulnerabilizados.

À luz desses princípios, o Centro Estadual de Referência LGBTQ+ Thina Rodrigues desenvolve estratégias de encaminhamento das pessoas atendidas para oportunidades de qualificação profissional, inserção laboral e geração de renda. Essas ações ocorrem por meio da articulação com a rede institucional parceira, especialmente com os integrantes do Comitê de Empregabilidade e Empreendedorismo LGBTQ+, instituído pelo Decreto nº 35.635 de 2023 do Governo do Estado do Ceará.

Entre as iniciativas de destaque nesse processo encontra-se a atuação da Gerência de Empregabilidade LGBTQ+ vinculada ao Instituto de Desenvolvimento do Trabalho do Ceará, em parceria com o Sistema Nacional de Emprego. Essa articulação institucional foi estruturada por meio da cooperação entre a Secretaria da Diversidade do Estado do Ceará e a Secretaria do Trabalho do Ceará, com o objetivo de ampliar oportunidades de inserção produtiva para a população LGBTQ+. No ano de 2025, 78 pessoas atendidas pelo centro foram encaminhadas ao SINE/IDT, com currículos profissionais atualizados e orientações para participação em processos seletivos e oportunidades de emprego.

Outra instituição parceira relevante nesse fluxo de encaminhamentos é o Instituto João Carlos Paes Mendonça de Compromisso Social, entidade integrante do Comitê de

Empregabilidade que desenvolve programas voltados à formação profissional e à inclusão de jovens em situação de vulnerabilidade social. Em 2025, 67 jovens foram encaminhados pelo centro para essa instituição, com o objetivo de possibilitar sua participação em programas de qualificação profissional e inserção no programa Jovem Aprendiz.

É importante destacar que o acesso ao trabalho e à renda possui impacto direto em diversas outras dimensões da vida social. A inserção produtiva contribui para o fortalecimento da autonomia financeira, para a ampliação das condições de acesso a serviços essenciais e para a redução de situações de vulnerabilidade social. Nesse sentido, a renda proveniente do trabalho frequentemente se constitui como elemento estruturante para o acesso a direitos básicos, incluindo serviços de saúde, educação, moradia e assistência social.

Assim, o fortalecimento de fluxos institucionais de encaminhamento para oportunidades de trabalho e qualificação profissional integra uma estratégia mais ampla de promoção da cidadania e de enfrentamento às desigualdades que atravessam a vida da população LGBTQIA+, reafirmando o papel do centro de referência como espaço de mediação entre sujeitos, políticas públicas e direitos sociais.

É necessário destacar que o acesso ao trabalho e a renda é fundamental no acesso a outros serviços, como o de saúde. O fluxo estabelecido:

Tabela 8 - Fluxo de atendimento em relação a saúde

SERVIÇO SOCIAL	PSICOLOGIA	ENCAMINHAMENTO
DEMANDA DE SAÚDE TRANS (PORTA DE ENTRADA) →	ATENDIMENTO PSICOLÓGICO →	REDE DE SAÚDE

Fonte: CERLGBT

No campo do acesso à saúde, entre as 530 pessoas atendidas, 232 procuraram informações ou encaminhamentos relacionados ao Processo Transexualizador do Sistema Único de Saúde, que envolve procedimentos como hormonização e intervenções cirúrgicas

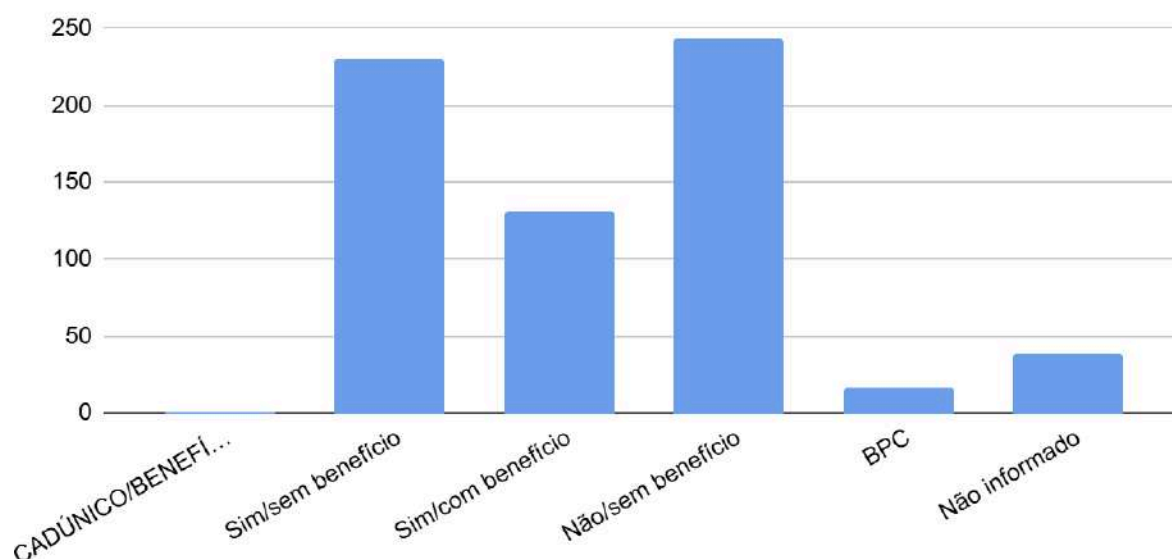
voltadas à afirmação de gênero. Esse dado evidencia a centralidade das demandas relacionadas à saúde integral da população trans no conjunto de atendimentos realizados pelo Centro Estadual de Referência LGBT+ Thina Rodrigues.

No estado do Ceará, o atendimento especializado para esse público é realizado pelo Serviço Ambulatorial Transdisciplinar para Pessoas Transgênero (Sertrans), vinculado ao Hospital Universitário do Ceará, equipamento que atende pessoas trans provenientes de todo o território cearense. O serviço oferta acompanhamento multiprofissional no âmbito do Processo Transexualizador, integrando diferentes áreas da saúde com o objetivo de garantir cuidado integral, acompanhamento clínico e orientação sobre os procedimentos previstos na política nacional de saúde para pessoas trans.

No município de Fortaleza, outras unidades da rede pública também disponibilizam acompanhamento especializado em endocrinologia para pessoas trans, ampliando as possibilidades de acesso à hormonização e ao acompanhamento clínico. Entre esses serviços destacam-se o Centro de Testagem e Aconselhamento/Serviço de Assistência Especializada do Jacarecanga e a Unidade de Atenção Primária à Saúde Dr. Antônio Ciríaco de Holanda Neto, localizada no bairro Parangaba.

Nesse contexto, o Serviço Social do centro desempenha papel importante na orientação, encaminhamento e acompanhamento das pessoas usuárias que buscam acesso ao Processo Transexualizador. Além de realizar encaminhamentos para a rede pública de saúde, o setor também oferece informações e orientações sobre possibilidades de acesso aos procedimentos na rede privada, contribuindo para ampliar o conhecimento das pessoas atendidas sobre seus direitos e sobre os diferentes caminhos institucionais disponíveis para a realização do cuidado em saúde voltado à afirmação de gênero.

Gráfico 14 - Cadastro único



Fonte: CERLGBT

O Serviço Social do Centro Estadual de Referência LGBT+ Thina Rodrigues também atua de forma articulada com a rede de assistência social, especialmente com os Centros de Referência de Assistência Social, com o objetivo de viabilizar a inserção das pessoas usuárias no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal constitui o principal instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias de baixa renda no país, possibilitando o acesso a diferentes políticas públicas destinadas à população em situação de vulnerabilidade social.

Entre os programas vinculados ao Cadastro Único, destaca-se o Programa Bolsa Família, considerado o maior programa de transferência de renda do Brasil. No âmbito dos atendimentos realizados pelo centro, são efetuados encaminhamentos para que pessoas LGBT+ em situação de vulnerabilidade socioeconômica possam acessar esse benefício, ampliando as condições mínimas de proteção social e de segurança de renda.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (2023), para ter direito ao benefício é necessário que a renda mensal por pessoa da família seja de até R\$ 218,00 critério que caracteriza famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza. A análise do perfil socioassistencial das pessoas atendidas indica que 55% possuem inscrição no Cadastro Único. Entre esse grupo, 20% são

beneficiárias do Bolsa Família, enquanto 35% estão cadastradas, mas não recebem o benefício no momento do atendimento.

Além disso, os dados revelam que 37% das pessoas atendidas ainda não estão inscritas no Cadastro Único, o que aponta para a necessidade de ampliação das estratégias de encaminhamento e inclusão em políticas de proteção social. Observa-se ainda que 2% recebem o Benefício de Prestação Continuada, previsto na Lei Orgânica da Assistência Social e operacionalizado pelo Instituto Nacional do Seguro Social, destinado a pessoas idosas ou com deficiência em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

No que se refere às principais demandas apresentadas ao Serviço Social, observa-se que, ao longo de 2025, mantiveram-se padrões semelhantes aos registrados nos anos de 2022, 2023 e 2024, evidenciando a permanência de necessidades estruturais relacionadas ao acesso a direitos, à proteção social e à garantia da cidadania para a população LGBTQIA+. Entre as demandas mais recorrentes destacam-se:

- Orientação jurídica e encaminhamento para atendimento psicológico no próprio centro;
- Processos de retificação de nome civil e marcador de gênero em documentos oficiais;
- Informações e encaminhamentos relacionados ao Processo Transexualizador do Sistema Único de Saúde, instituído pela Portaria nº 2.803 de 2013 do Ministério da Saúde, que regulamenta o acesso a hormonização e procedimentos cirúrgicos;
- Solicitação de segunda via de documentos civis após a retificação, incluindo Carteira Nacional de Identidade, CPF, título de eleitor e Carteira de Trabalho;
- Demandas relacionadas à empregabilidade e inserção produtiva, incluindo encaminhamentos para programas de inclusão laboral como o Oportuniza Trans;
- Situações de LGBTfobia e violências motivadas por orientação sexual ou identidade de gênero;
- Atendimento a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas;
- Solicitações relacionadas ao uso do nome social em instituições escolares;
- Encaminhamentos para serviços de saúde para diferentes demandas clínicas e psicossociais;
- Inclusão ou atualização no Cadastro Único;
- Situações de rua e necessidade de abrigamento institucional;

- Casos de insuficiência alimentar e insegurança alimentar;
- Demandas relacionadas ao uso abusivo de substâncias psicoativas.

O conjunto dessas demandas evidencia que o Serviço Social desempenha papel estratégico na mediação entre as pessoas usuárias e a rede de políticas públicas, atuando na orientação, encaminhamento e acompanhamento das diferentes necessidades apresentadas pela população atendida. Esse trabalho contribui para a ampliação do acesso a direitos sociais e para o fortalecimento das condições de proteção social da população LGBTQIA+ no estado do Ceará.

Em números de encaminhamentos realizados, contabilizamos:

Tabela 9 - Encaminhamentos

CRAS	16
PROCESSO TRANSEXUALIZADOR (UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE)	232
JURÍDICO (INTERNO)	394
PSICOLOGIA (INTERNO)	424
2ª VIA DE DOCUMENTOS (TRE, RECEITA FEDERAL, CASA DO CIDADÃO)	165
LGBTFOBIA	65
SINE/IDT	78
OUTROS (CRD, ABRIGO, CENTRO POP, ETC.)	178

Fonte: CERLGBT

As demandas apresentadas pelas pessoas atendidas no Centro Estadual de Referência LGBT+ Thina Rodrigues são diversas e refletem diferentes dimensões da vulnerabilidade social vivenciada pela população LGBTI+. Cada pessoa usuária recebe orientações específicas de acordo com suas necessidades individuais, sendo acompanhada a partir de uma escuta qualificada e de estratégias de encaminhamento para a rede de políticas públicas. Nesse processo, o Serviço Social realiza articulações com diferentes instituições da rede socioassistencial e intersetorial, em consonância com as atribuições e competências

profissionais estabelecidas pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS, 2015).

Entre as principais ações desenvolvidas, destacam-se os encaminhamentos para equipamentos e serviços da rede de proteção social, que possibilitam às pessoas usuárias o acesso a políticas públicas nas áreas de assistência social, saúde, justiça, trabalho, cultura e garantia de direitos. Os principais equipamentos e instituições que compõem essa rede de encaminhamentos incluem: As demandas apresentadas pelas pessoas atendidas no Centro Estadual de Referência LGBT+ Thina Rodrigues são diversas e refletem diferentes dimensões da vulnerabilidade social vivenciada pela população LGBTI+. Cada pessoa usuária recebe orientações específicas de acordo com suas necessidades individuais, sendo acompanhada a partir de uma escuta qualificada e de estratégias de encaminhamento para a rede de políticas públicas. Nesse processo, o Serviço Social realiza articulações com diferentes instituições da rede socioassistencial e intersetorial, em consonância com as atribuições e competências profissionais estabelecidas pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS, 2015).

Entre as principais ações desenvolvidas, destacam-se os encaminhamentos para equipamentos e serviços da rede de proteção social, que possibilitam às pessoas usuárias o acesso a políticas públicas nas áreas de assistência social, saúde, justiça, trabalho, cultura e garantia de direitos. Os principais equipamentos e instituições que compõem essa rede de encaminhamentos incluem:

- Centro de Referência de Assistência Social;
- Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua;
- Centro de Referência sobre Drogas;
- Serviços responsáveis pela emissão de segunda via de documentos após retificação de nome civil e gênero, como a Perícia Forense do Estado do Ceará, as Casas do Cidadão do Ceará, a Receita Federal do Brasil, o Tribunal Regional Eleitoral do Ceará e o Tribunal Superior Eleitoral;
- Núcleo de Atendimento Especializado aos Adolescentes em Conflito com a Lei;
- Defensoria Pública do Estado do Ceará, por meio da Rede Acolhe;
- Sistema Nacional de Emprego e Instituto de Desenvolvimento do Trabalho do Ceará;
- Instituto João Carlos Paes Mendonça de Compromisso Social;
- Programa Primeiro Passo, vinculado à Secretaria da Proteção Social do Ceará;
- Centro de Referência Especializado de Assistência Social;

- Associação Comunitária Beneficente do Jaçanaú e Adjacências;
- Programa Estadual de Atenção ao Migrante, Refugiado e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas;
- Programa Ceará Sem Fome, por meio das cozinhas comunitárias;
- Travessias Culturais do Dragão do Mar;
- Conselho Tutelar;
- Centro de Referência e Apoio à Vítima de Violência;
- Hospital de Saúde Mental Professor Frota Pinto;
- Hospital São José de Doenças Infecciosas;
- Serviço Ambulatorial Transdisciplinar para Pessoas Transgênero;
- CTA/SAE Emanuel Gomes Pinto;
- Unidade de Atenção Primária à Saúde Dr. Antônio Ciríaco de Holanda Neto.

Além dessas articulações institucionais, o Serviço Social também atua em demandas relacionadas ao sistema socioeducativo. No ano de 2025, foram realizados oito atendimentos a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, em resposta a solicitações encaminhadas pela Superintendência do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo do Ceará. Esses atendimentos envolveram interlocução com diferentes unidades socioeducativas do estado, entre elas:

- Centro Socioeducativo Aldaci Barbosa Mota;
- Unidade de Recepção Luís Barros Montenegro;
- Centro Socioeducativo Antônio Bezerra;
- Centro Socioeducativo Dom Bosco;
- Centro Socioeducativo Patativa do Assaré;
- Centro Socioeducativo Padre Cícero.

Essas articulações demonstram o papel estratégico do Serviço Social na mediação entre as demandas apresentadas pela população usuária e a rede intersetorial de políticas públicas, contribuindo para o fortalecimento das estratégias de proteção social, garantia de direitos e acesso a serviços essenciais para a população LGBTQIA+ no estado do Ceará.

No que se refere ao município de residência das pessoas usuárias, os registros do

Serviço Social permitem identificar o alcance territorial dos atendimentos realizados pelo Centro Estadual de Referência LGBT+ Thina Rodrigues no estado do Ceará. É importante considerar que os atendimentos são ofertados nas modalidades presencial e online, o que amplia a possibilidade de acesso de pessoas residentes em diferentes municípios do estado.

Os dados indicam que a capital Fortaleza concentra a maior parte do público atendido, correspondendo a aproximadamente 71% dos registros. Entre as 530 pessoas atendidas, 470 residem em Fortaleza, evidenciando a centralidade do equipamento no atendimento à população LGBTI+ da capital.

Em seguida, destacam-se os municípios da Região Metropolitana de Fortaleza, que compõem o segundo maior grupo de pessoas usuárias do serviço. No total, foram registrados 42 municípios de residência das pessoas atendidas no ano de 2025, o que representa uma ampliação do alcance territorial em relação a 2024, quando haviam sido contabilizados 38 municípios.

Esse dado evidencia a expansão gradual da abrangência dos atendimentos e indica que o centro tem se consolidado como uma referência estadual no acolhimento e encaminhamento de demandas da população LGBTI+, alcançando diferentes territórios do Ceará por meio de estratégias de atendimento presencial e remoto.

De acordo com os dados sistematizados pelo setor de Serviço Social do Centro Estadual de Referência LGBT+ Thina Rodrigues, é possível identificar, de forma quantitativa e qualitativa, o perfil predominante e as principais demandas das pessoas atendidas no ano de 2025. Essas informações permitem compreender características socioeconômicas, territoriais e identitárias do público que acessa o equipamento, além de orientar o planejamento de ações e políticas voltadas à população LGBTI+ no estado do Ceará.

No que se refere ao perfil majoritário das pessoas atendidas, observa-se a predominância de mulheres trans, travestis e homens trans, em sua maioria heterossexuais, pessoas negras, com ensino médio completo, pertencentes à faixa etária jovem, especialmente entre 18 e 24 anos. Em termos socioeconômicos, trata-se majoritariamente de pessoas inseridas em contextos de pobreza ou extrema pobreza, correspondentes às classes D e E, frequentemente em situação de desemprego ou inserção em atividades laborais informais. Do ponto de vista territorial, destaca-se a predominância de residentes no município de Fortaleza, o que acompanha a concentração territorial dos atendimentos

realizados pelo centro.

No que se refere às principais demandas apresentadas pelas pessoas usuárias, destacam-se solicitações relacionadas ao processo de retificação de nome civil e marcador de gênero em documentos oficiais, bem como pedidos de emissão de segunda via de documentos após a retificação, etapa fundamental para a regularização da documentação pessoal. Também são recorrentes demandas relacionadas a situações de LGBTfobia, que envolvem diferentes formas de violência e discriminação motivadas por orientação sexual ou identidade de gênero.

Outras demandas expressivas dizem respeito ao acesso ao Processo Transexualizador do Sistema Único de Saúde, incluindo tanto o acompanhamento ambulatorial quanto procedimentos cirúrgicos voltados à afirmação de gênero. Além disso, foram registradas solicitações relacionadas a abrigo institucional em situações de vulnerabilidade social, bem como demandas voltadas à empregabilidade, qualificação profissional e inserção produtiva, evidenciando a centralidade do acesso ao trabalho e à renda na trajetória de vida da população atendida.

A análise desses dados contribui para o aprofundamento da compreensão sobre as condições sociais que atravessam a vida da população LGBTI+ atendida pelo centro, reforçando a importância de políticas públicas intersetoriais voltadas à garantia de direitos, à proteção social e à promoção da cidadania no estado do Ceará.

4.3.2 Atendimento técnico da Psicologia

Serão apresentados, a seguir, dados e análises sobre os atendimentos realizados a usuários do serviço de Psicologia do CERLGBT+. Os dados foram coletados no ano de 2025, abrangendo 694 atendimentos realizados, e incluem informações sobre identidade de gênero, orientação sexual, faixa etária, município e escolaridade.

A atuação do serviço de Psicologia neste Centro tem como objetivo ofertar suporte psicológico, acompanhamento, orientações e encaminhamentos às/aos usuárias/os que buscam a Psicologia.

A atuação de Psicólogas/os com pessoas LGBTQIA+ deve ser pautada no acolhimento aos sofrimentos vivenciados por esses sujeitos, produzindo escuta e fortalecimento de suas singularidades, identidades de gênero e orientação sexual, como preconiza o Conselho Federal de Psicologia (CFP) (2023). Compreende-se que, por conta da

cisheteronormatividade (CARVALHO; MENEZES, 2021), que atua produzindo violências contra sujeitos que não se enquadram nas normas da cisgeneridade e da heterossexualidade compulsória, algumas vivências podem impactar os processos de saúde de pessoas LGBTI+, tais como:

Diminuição da autoestima por meio da internalização do estigma quanto ao que representa ser LGBTQIA+; ansiedade ocasionada pelo medo e pela expectativa de rejeição decorrente da LGBTQIA+fobia; [...] tentativa de suicídio, depressão, transtornos alimentares e angústias das mais diversas formas, provocados na população transexual e travesti não apenas pelo não pertencimento ao gênero compulsoriamente atribuído no nascimento, mas também pelas condições de vulnerabilidade social; exposição às mais diversas formas de violências (psicológica, física, sexual, moral) vivenciadas diante da sociedade LGBTQIAfóbica; dificuldade de acesso aos serviços de saúde, educação, cultura e lazer diante dos processos de exclusão e preconceitos vivenciados; constrangimentos e sofrimento psíquico vivenciado por pessoas transexuais e travestis diante da dificuldade em realizar a retificação de nome e/ou gênero no registro civil, caso o desejem (o fato da retificação ser realizada desde 2018 no cartório não é sinônimo de ausência de burocracia e outros obstáculos); no caso das pessoas intersexo, dificuldade de garantir a autonomia para determinação dos cuidados ao corpo que não se encaixa no binarismo” (CFP, 2023, p. 84–85)

Dessa forma, é fundamental ofertar acolhimento, escuta e cuidado às pessoas que buscam o serviço de Psicologia, entendendo que cada sujeito possui uma história e um contexto de vida, que podem, ou não, ser marcados por situações de violência, exclusão e negação de direitos, o que produz impactos negativos na saúde mental desses indivíduos.

A saúde mental da população LGBTI+ tem sido tema de crescente atenção na literatura acadêmica. Estudos indicam que a discriminação, o estigma social e as dificuldades associadas à identidade de gênero e orientação sexual afetam diretamente o bem-estar psicológico dessa população (BUDGE; ADELSON; HOWARD, 2013; COCHRAN; PEAVY; ROBOHM, 2019). Nesse contexto, é fundamental compreender as demandas específicas desse público para aprimorar os serviços de saúde mental e oferecer um atendimento sensível e inclusivo.

A seguir, serão apresentadas as características demográficas e as necessidades expressas pelos usuários, a fim de identificar tendências, lacunas nos serviços oferecidos e oportunidades de melhoria nas intervenções. Os dados apresentados neste relatório foram coletados a partir de registros dos atendimentos realizados no CERLGBT+. As informações foram extraídas de planilhas contendo dados demográficos e relatos sobre as demandas de cada pessoa atendida, preservando a identidade de cada sujeito acompanhado pelo equipamento. A coleta de dados em contextos de saúde mental da população LGBTQIA+

requer cuidados específicos, pois, como destaca a literatura, é fundamental garantir que as informações coletadas reflitam as realidades e necessidades desse grupo, muitas vezes vulnerável ao estigma e à discriminação (FIGUEIREDO, 2020; PHELAN, 2016).

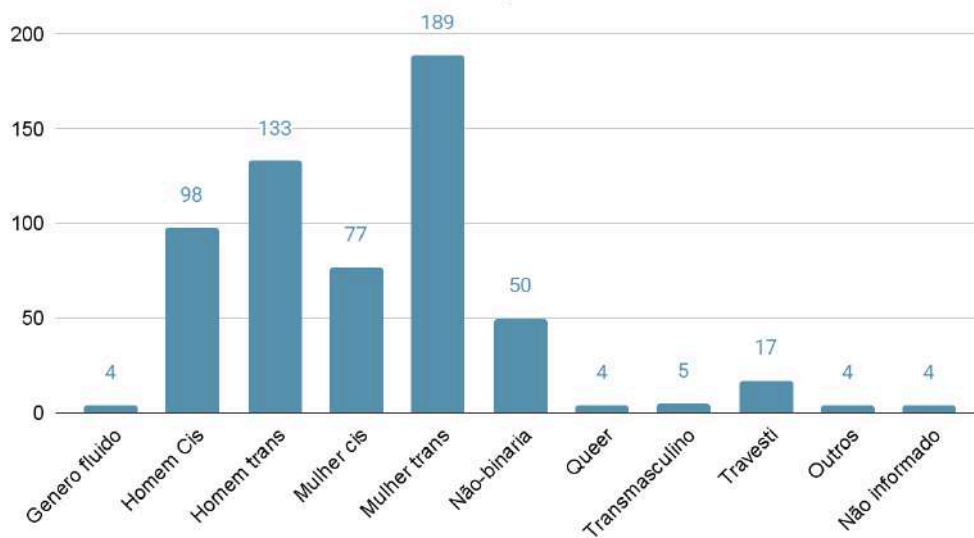
4.3.3.1 Demandas

Com relação às demandas encaminhadas aos profissionais de Psicologia do CERLGBT+, destacam-se as orientações sobre o processo de afirmação de gênero e suporte psicológico. No primeiro atendimento é realizada escuta, pautada no acolhimento à/ao usuária/o, a partir do qual busca-se compreender as demandas das pessoas atendidas e ofertar o suporte necessário. Após o atendimento inicial, a pessoa atendida pode permanecer em acompanhamento psicológico, que tem duração variável, a depender da avaliação de cada caso; ou ser encaminhada internamente, para o Serviço Social ou Jurídico, ou externamente, principalmente para locais como o Serviço Ambulatorial Transdisciplinar para pessoas Transgênero (SERTRANS) ou Centro de Testagem e Aconselhamento (CTA). As/os profissionais também atendem, de forma emergencial, pessoas encaminhadas pela Delegacia de Repressão aos Crimes de Racismo, Intolerância Religiosa e Orientação Sexual (DECRIM) ou outros serviços, que chegam ao Centro necessitando escuta e suporte imediato, na modalidade de plantão.

4.3.3.2 Perfil das pessoas atendidas

Pessoas trans (travestis, homens transexuais, mulheres transexuais e gênero fluido) aparecem como as principais demandantes do serviço de Psicologia do CERLGBT+ Thina Rodrigues, representando 398 usuárias/os e 57,3% do total de atendimentos.

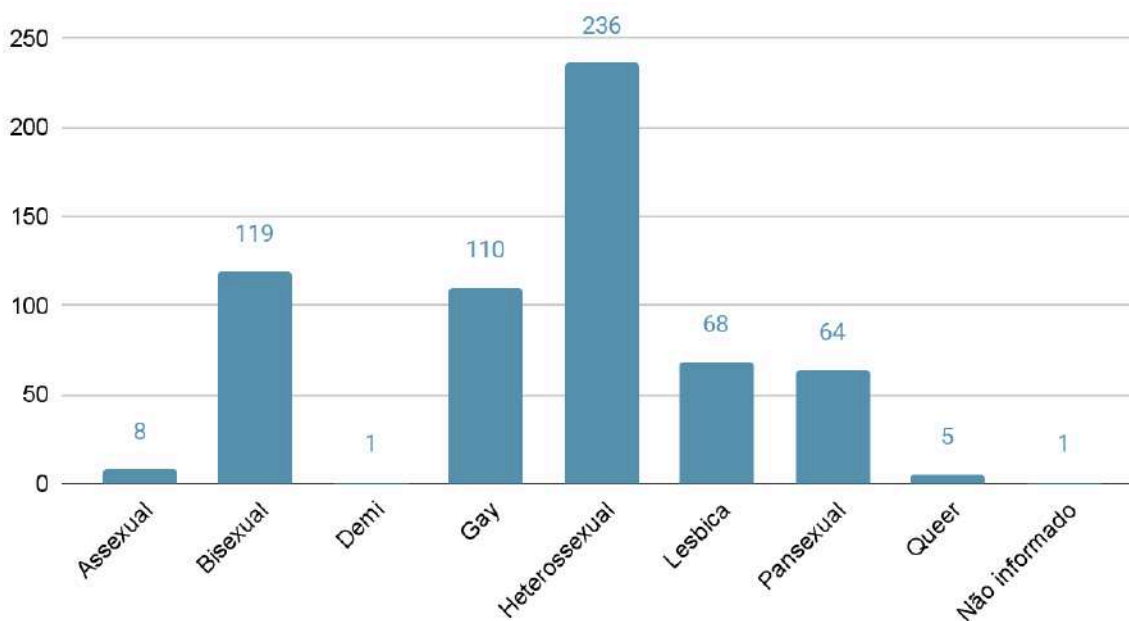
Gráfico 15 - Identidade de Gênero



Fonte: CERLGBT

É importante destacar que a alta procura de pessoas transexuais e não-binárias por orientações referentes ao Processo de Afirmação de Gênero, com a busca por serviços relativos ao processo transsexualizador, e por Suporte Psicológico são aspectos que se entrelaçam, uma vez que, inseridos em uma sociedade cisheteronormativa, pessoas trans se tornam, constantemente, alvo de diversas violações, seja pelo desrespeito frequente ao pronome e ao nome social, seja por meio de dificuldades no mercado de trabalho, nos serviços de saúde e na relação com familiares. Tal realidade traz implicações psicológicas, como ansiedade e humor rebaixado, chegando a casos mais complexos, que podem envolver ideações suicidas, por exemplo. Dessa forma, ofertar orientações para essa população, realizar encaminhamentos adequados, e fornecer suporte psicológico se mostra como estratégia fundamental de enfrentamento às transfobia cotidiana e fortalecimento desses sujeitos.

Gráfico 16 - Orientação Sexual

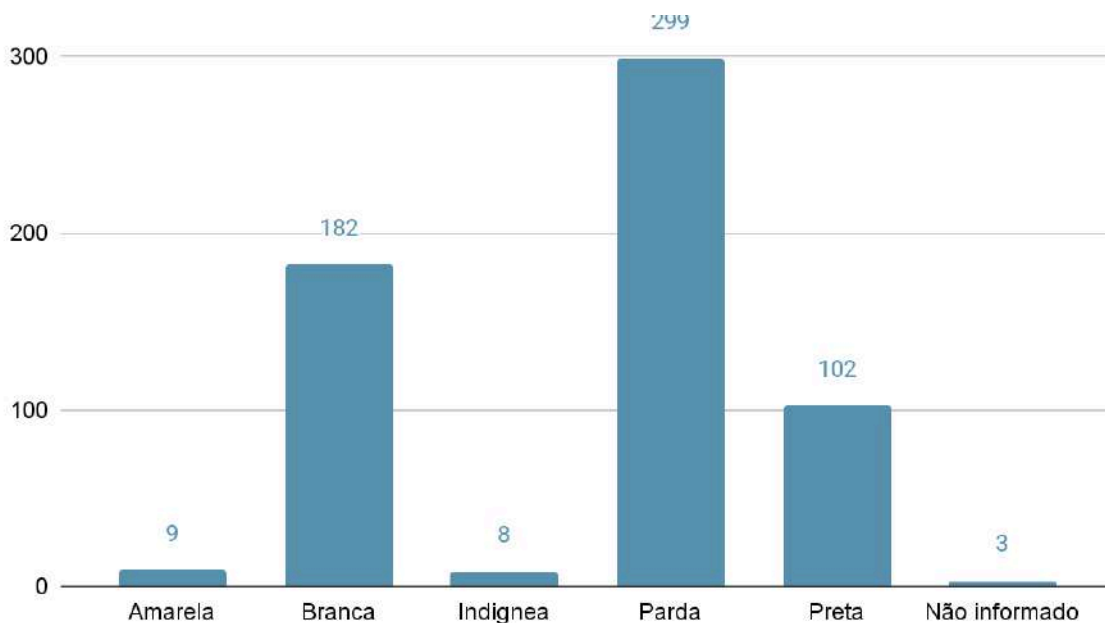


Fonte: CERLGBT

A maioria dos atendimentos realizados foi a pessoas que se identificam como heterossexuais (236). Em seguida, 119 pessoas bissexuais e 110 homens gays.

As demandas apresentadas pelos diferentes sujeitos que compõem a sigla são variadas, com busca de homens gays e mulheres lésbicas por suporte psicológico em casos de homofobia e lesbofobia, por exemplo, e a busca de pessoas transsexuais e não binárias sendo mais prevalente com relação ao processo de afirmação de gênero.

Gráfico 17 - Cor/Raça



Fonte: CERLGBT

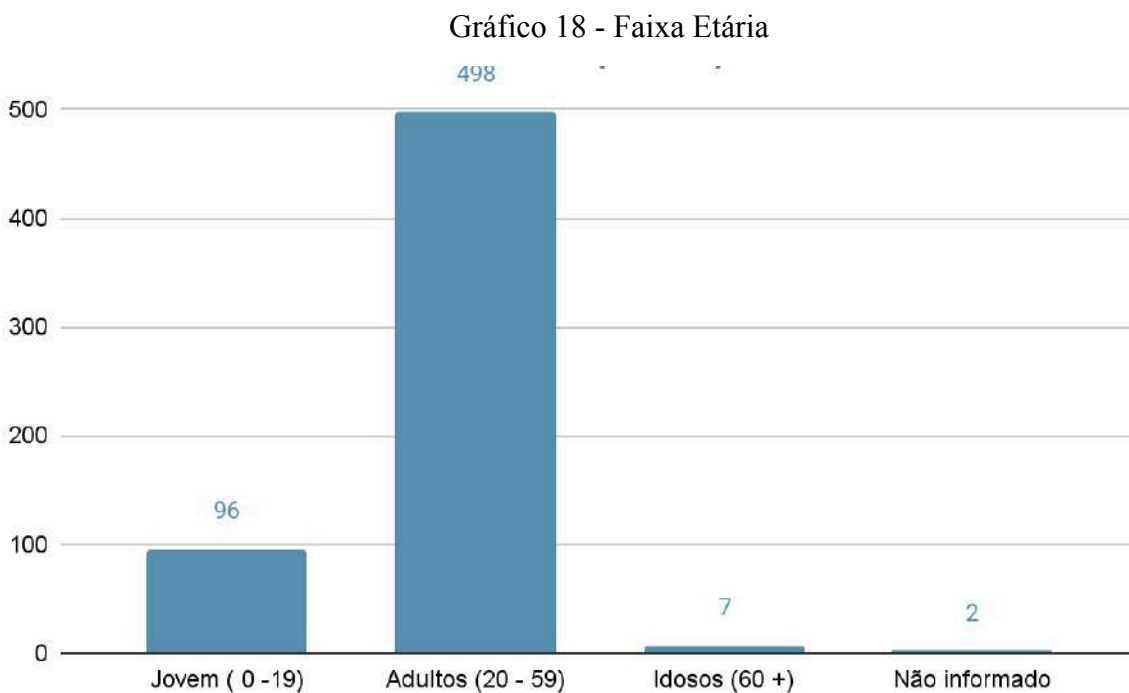
Como indicado no gráfico acima, a maioria das pessoas atendidas no Centro se identificam como negras (pretas e pardas, segundo a classificação do IBGE), sendo um total de 401 pessoas (57,7%), seguidas de pessoas brancas (182), amarelas (9) e indígenas (8).

Além da identidade de gênero e da orientação sexual das pessoas atendidas, é importante considerar outros marcadores sociais, como a raça/cor, que também são determinantes para a produção de violências e de privilégios. Como afirma Vergueiro (2015), para construir análises anti normativas sobre a complexidade das experiências vivenciadas por pessoas LGBTI+, precisamos trazer a lente analítica da interseccionalidade. Segundo Collins e Bilge (2021), a interseccionalidade se caracteriza pelo entendimento de que na sociedade raça, classe, gênero (assim como outros marcadores sociais, como orientação sexual), se interseccionam nas relações de poder que constituem as relações sociais, se sobrepondo, se articulando e atuando nos mais distintos aspectos do convívio em sociedade. Portanto, quando consideramos as pessoas LGBTI+ que buscam o Centro, trazemos a interseccionalidade como lente para pensar como diversos marcadores podem se articular na produção de violências que atravessam essa população.

É importante destacar que o Brasil se constitui como país que tem a branquitude (BENTO, 2002) como modelo universal de ser humano, assim como a cisheteronormatividade compulsória. Assim, no Brasil, a racionalização branca relaciona o

senso de humanidade à branquitude, logo, quanto mais distante da brancura, menos humano se é (VEIGA, 2021). A ideia de que o Brasil não é um país racista prevalece forte no imaginário social, o que significa que práticas racistas comumente não são reconhecidas como tal. Entretanto, é necessário considerar que a questão racial é um fator determinante na experiências de pessoas LGBTI+, como indicam diversos estudos (SOUSA; FIGUEIREDO, 2022; GURGEL, 2025), e que pessoas LGBTQIA+ negras se tornam alvo de práticas racistas, que causam afastamento dos serviços, dificuldades de acesso ao mercado de trabalho, entre outros.

Compreende-se, portanto, que a combinação entre raça, orientação sexual, identidade de gênero, classe, entre outros, atravessa de formas distintas os diferentes sujeitos que compõem a sigla LGBTQIA+. Isso significa que as experiências dessas pessoas podem ser vivenciadas de formas diferenciadas, a partir dos privilégios produzidos por esses marcadores, como a branquitude, por exemplo, assim como pelas discriminações potencializadas por eles.

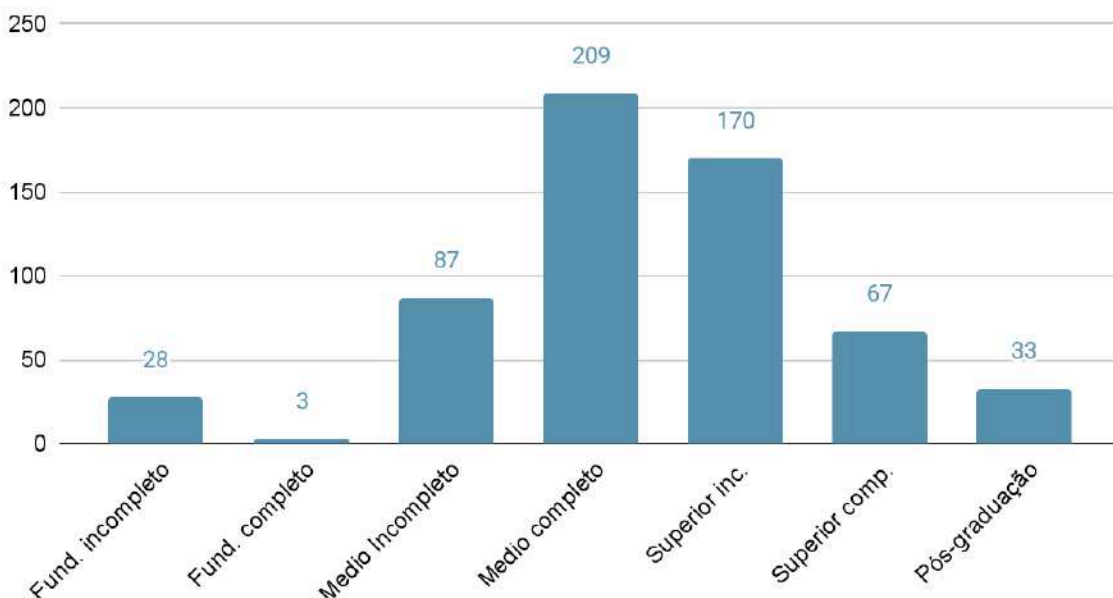


Fonte: CERLGBT

A maioria das pessoas atendidas pela Psicologia se encontram na faixa etária de Adultas (20 a 59 anos), correspondendo a 71,7%. Tal realidade pode ser reflexo de fatores

como maior facilidade de locomoção de pessoas mais jovens, mais acesso às redes sociais, o que facilita o conhecimento sobre equipamentos que oferecem assistência à população LGBTI+, entre outros. Entretanto, destaca-se que a população brasileira vem passando por um processo de envelhecimento, o que também é vivenciado por pessoas LGBTI+. É importante considerar que pessoas LGBTI+ mais velhas podem vivenciar dupla carga de estigmas e preconceitos: o etarismo e a hostilização pela orientação sexual e identidade de gênero (SILVA et. al., 2022). Relações familiares fragilizadas, marcadas pela LGBTI+fobia, também podem intensificar situações de vulnerabilidade social para pessoas LGBTI+ mais velhas. Dessa forma, destaca-se a importância de considerar essa população e buscar estratégias de maior alcance desses sujeitos, oferecendo assistência, cuidado e suporte. Cabe lembrar, ainda, que parte significativa da população LGBTI+ mais velha foi profundamente impactada pela epidemia de AIDS nas décadas de 1980 e 1990, período em que ainda não havia tratamento eficaz, o que resultou em perdas significativas e contribuiu para a menor representatividade dessa faixa etária nos serviços atuais.

Gráfico 19 - Escolaridade

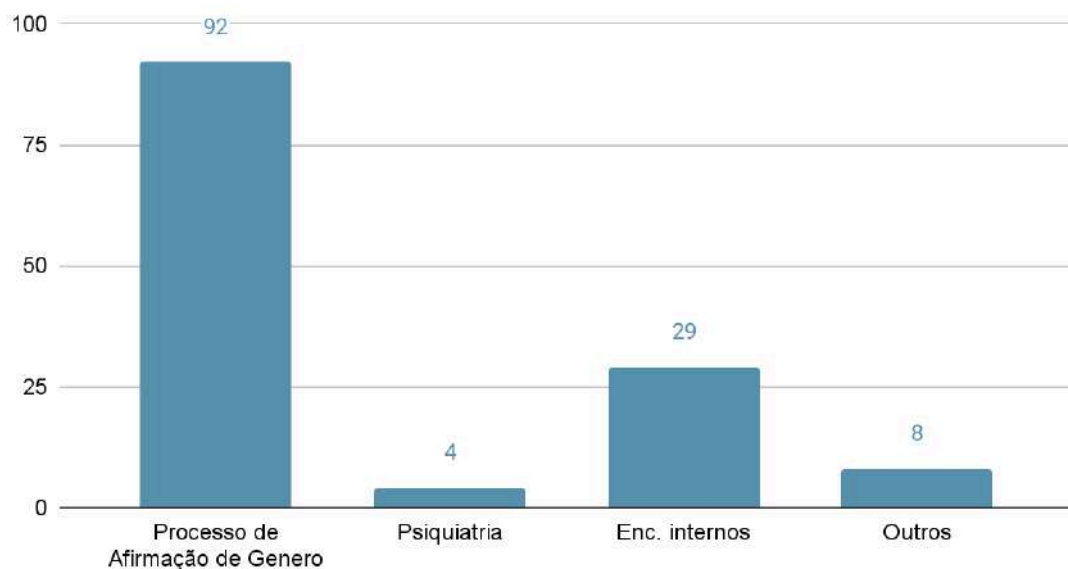


Fonte: CERLGBT

Com relação à escolaridade, a maior parte das pessoas atendidas possuem Ensino Médio Completo, com um total de 209 atendimentos com pessoas com tal escolaridade. O

número de atendimentos realizados a pessoas com Ensino Superior Completo é de apenas 67, e de pessoas com Pós-Graduação é de 33, o que reflete a realidade de dificuldades enfrentadas por pessoas LGBTI+ com relação à conclusão de estudos, ingresso, permanência e conclusão do Ensino Superior. Como indicam Rebouças, Marinho e Silva (2022), pessoas LGBTI+ vivenciam violências e discriminações ainda na Educação Básica, sendo o ambiente escolar marcado por práticas heteronormativas, cisnormativas e excludentes. Essa realidade produz a exclusão escolar de pessoas LGBTI+ e se reflete nas dificuldades de acesso ao ensino superior. Quando conseguem ingressar na universidade, enfrentam novos desafios, como a invisibilização, o despreparo institucional para lidar com a diversidade, discursos conservadores e violências sutis, que dificultam a permanência e o sentimento de pertencimento.

Gráfico 20 - Encaminhamentos



Fonte: CERLGBT

Como referido anteriormente, os encaminhamentos realizados pela Psicologia se referem à equipamentos públicos relacionados ao processo de afirmação de gênero, como SERTRANS e CTA, se configurando como a maior parte dos encaminhamentos efetuados durante o ano de 2025 - 92 no total. Também foram realizados encaminhamentos internos - para o serviço social e jurídico - sendo 29 no total,

encaminhamentos para serviços de Psiquiatria (4), como CAPS, e encaminhamentos externos para outras instituições, como Escritório Frei Tito e Casa de Andaluzia e equipamentos, como o Centro de Referência de Drogas (CRD).

4.3.3.3 Considerações finais

De acordo com os dados apresentados no presente relatório, identificou-se que a maioria das/os usuárias/os atendidas/os pelas/os profissionais de Psicologia do CERLGBT+ Thina Rodrigues se caracteriza como pessoas transsexuais, heterossexuais (maioria das pessoas trans acompanhadas), negras, com ensino médio completo e faixa etária XXX. Também identificou-se que o Suporte Psicológico é o serviço mais demandado para a Psicologia, que também realiza orientações e encaminhamentos.

Destaca-se como fundamental a compreensão de que as vivências das pessoas que buscam o acompanhamento psicológico, seja por meio de orientações ou de suporte psicológico, são atravessadas por questões de classe, raça, idade, entre outros marcadores que podem se articular à identidade de gênero e orientação sexual.

Para a Psicologia, identifica-se a importância de ofertar acolhimento, escuta atenta às demandas apresentadas por cada sujeito que chega ao serviço buscando atendimento psicológico, fornecendo suporte e encaminhamentos adequados.

Compreender os impactos da LGBTI+ nas vivências e na saúde mental de cada indivíduo se faz urgente, uma vez que a violência contra pessoas LGBTI+, motivada pela orientação sexual e/ou identidade de gênero, se configura como um fator social de risco à saúde mental dessas pessoas.

A atuação das/os profissionais de Psicologia do CERLGBT+ é pautada na compreensão das singularidades de cada sujeito, buscando potencializar sua autonomia e fortalecê-los para os enfrentamentos necessários no cotidiano, dialogando com serviços e instituições que se façam necessários para promover o cuidado a cada indivíduo.

4.3.3 Atendimento técnico da Assessoria Jurídica

A presente seção sistematiza as ações desenvolvidas pela Assessoria Jurídica do Centro Estadual de Referência LGBT+ Thina Rodrigues ao longo do ano de 2025. O objetivo é apresentar um panorama das atividades realizadas pelo setor, evidenciando sua

atuação na garantia de direitos, no enfrentamento à LGBTfobia institucional e interpessoal e na promoção da cidadania plena da população LGBTI+ no estado do Ceará.

Durante o período analisado, a Assessoria Jurídica ofereceu atendimento jurídico especializado voltado ao acolhimento e à orientação de pessoas LGBTI+ diante de situações relacionadas a violações de direitos, conflitos jurídicos ou demandas de acesso à justiça. As atividades desenvolvidas envolveram atendimentos individuais, acompanhamento de demandas sensíveis, articulação com a rede interinstitucional de proteção e encaminhamentos para órgãos competentes, contribuindo para o fortalecimento das estratégias de proteção e defesa de direitos da população atendida.

Entre as principais ações realizadas destacam-se a produção de documentos técnicos, como ofícios, pareceres, notificações e relatórios, além de intervenções extrajudiciais, tratativas institucionais junto a órgãos públicos e privados, encaminhamento de denúncias aos órgãos competentes e realização de visitas institucionais. Tais iniciativas integram uma atuação jurídica que busca não apenas responder às demandas imediatas das pessoas usuárias, mas também contribuir para a qualificação das respostas institucionais diante de situações de discriminação e violação de direitos.

No que se refere ao volume de atendimentos, o ano de 2025 apresentou demanda expressiva por serviços jurídicos, o que evidencia a consolidação do centro como referência técnica e jurídica para a população LGBTI+ no estado do Ceará.

Tabela 10 - Dados de pessoas atendidas e atendimentos realizados

Indicador	Total
Pessoas Atendidas	381
Total de Atendimentos Realizados	573

Fonte: CERLGBT

A diferença entre o número de pessoas atendidas e o total de atendimentos realizados decorre da natureza de parte das demandas apresentadas, que exigiram acompanhamento continuado, retornos para análise e entrega de documentos, mediações de conflitos e monitoramento de encaminhamentos institucionais. Esse acompanhamento reiterado evidencia o caráter complexo de determinadas situações enfrentadas pela população atendida, bem como a necessidade de atuação jurídica articulada com diferentes órgãos e

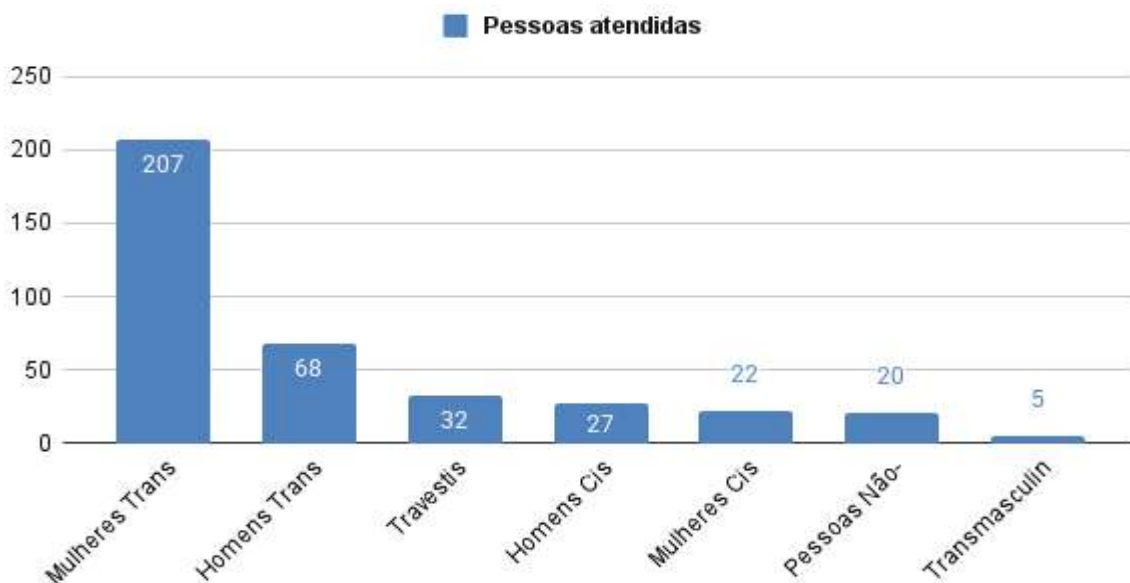
serviços da rede de proteção e garantia de direitos.

O público atendido pela Assessoria Jurídica do Centro Estadual de Referência LGBT+ Thina Rodrigues é composto majoritariamente por pessoas LGBTI+ em situação de vulnerabilidade social, incluindo vítimas de diferentes formas de violência, pessoas em processo de afirmação de identidade de gênero, bem como familiares e acompanhantes que buscam orientação e apoio jurídico diante de demandas relacionadas à garantia de direitos.

No ano de 2025, observa-se novamente a predominância de pessoas transgêneras entre o público atendido, padrão que vem se repetindo nos registros institucionais ao longo dos últimos anos. Esse dado reforça a centralidade das demandas relacionadas à população trans no conjunto de atendimentos realizados pelo centro, evidenciando as múltiplas vulnerabilidades e violações de direitos que atravessam suas trajetórias de vida.

Nesse contexto, destaca-se a relevância do trabalho desenvolvido pelo centro enquanto equipamento público especializado no acolhimento, orientação e encaminhamento de demandas da população LGBTI+, com atenção particular às pessoas trans, historicamente expostas a elevados índices de discriminação, exclusão social e violências estruturais. A atuação jurídica, articulada com as demais áreas técnicas do equipamento, contribui para ampliar o acesso a direitos, fortalecer mecanismos de proteção e promover condições mais efetivas de exercício da cidadania para esse segmento da população.

Gráfico 21 - Identidade de gênero



Fonte: CERLGBT

A leitura do gráfico, elaborado a partir dos dados da Assessoria Jurídica do Centro Estadual de Referência LGBT+ Thina Rodrigues, evidencia a distribuição das pessoas atendidas segundo identidade de gênero, permitindo compreender quais segmentos da população LGBTI+ têm buscado com maior frequência o suporte jurídico oferecido pelo equipamento em 2025.

Os dados demonstram uma predominância expressiva de mulheres trans, que somam 207 pessoas atendidas, configurando o maior grupo entre todos os perfis registrados. Em seguida aparecem homens trans, com 68 atendimentos, e travestis, com 32 registros. Quando considerados conjuntamente, esses três segmentos representam a ampla maioria do público atendido, evidenciando que a população trans e travesti concentra a maior parte das demandas jurídicas apresentadas ao centro.

Entre as pessoas cisgêneras, os registros indicam 27 homens cis e 22 mulheres cis atendidos ao longo do período analisado. O gráfico também aponta a presença de 20 pessoas não binárias e 5 pessoas transmasculinas, grupos que, embora numericamente menores, revelam a diversidade de identidades de gênero presentes entre as pessoas que acessam o serviço.

No conjunto, os dados confirmam um padrão já observado nos relatórios institucionais de anos anteriores: a população trans permanece como o principal público atendido pelo centro, especialmente mulheres trans, que enfrentam níveis mais intensos de vulnerabilidade social, discriminação institucional e violência. Esse cenário ajuda a explicar a maior procura por orientação jurídica, seja para enfrentamento de violações de direitos, seja para demandas relacionadas à retificação de documentos, acesso a políticas públicas, mediações institucionais ou outras formas de garantia de cidadania.

Assim, o gráfico reforça a importância do papel desempenhado pelo Centro de Referência enquanto equipamento público especializado no acolhimento e encaminhamento de demandas jurídicas da população LGBTI+, particularmente da população trans, que historicamente enfrenta maiores barreiras no acesso à justiça, aos serviços públicos e ao reconhecimento pleno de seus direitos no contexto social brasileiro.

A atuação da Assessoria Jurídica do Centro Estadual de Referência LGBT+ Thina Rodrigues abrange diferentes áreas do direito, refletindo a diversidade de demandas apresentadas pela população LGBTI+ que busca o serviço. De modo geral, os atendimentos

concentram-se em alguns eixos principais relacionados à garantia de direitos fundamentais, à mediação de conflitos institucionais e ao enfrentamento de discriminações.

No campo dos direitos da personalidade, destacam-se as demandas relacionadas à retificação de prenome e marcador de gênero, procedimento essencial para a adequação dos documentos civis à identidade de gênero da pessoa. Essas solicitações envolvem orientações sobre procedimentos extrajudiciais em cartório e, em determinadas situações, encaminhamentos para medidas judiciais necessárias à efetivação desse direito.

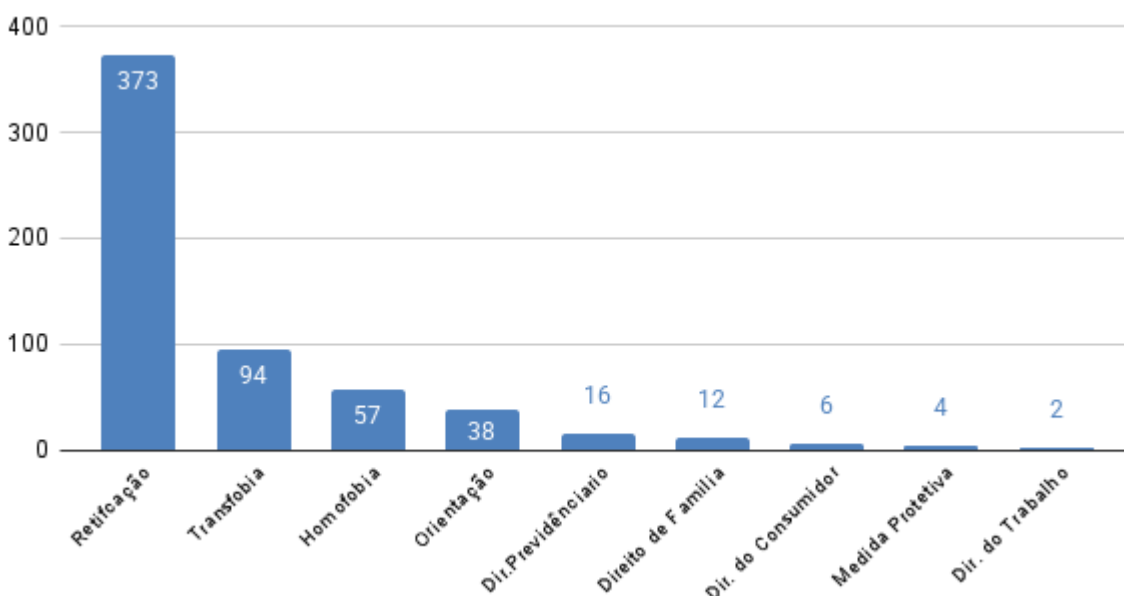
No âmbito do combate à violência e à discriminação, a Assessoria Jurídica presta orientações sobre situações de homofobia e transfobia, incluindo esclarecimentos sobre o enquadramento jurídico dessas práticas como formas de discriminação equiparadas ao crime de racismo, conforme entendimento consolidado pelo Supremo Tribunal Federal. Nesses casos, também são realizadas orientações para registro de boletins de ocorrência e encaminhamento de denúncias aos órgãos competentes.

Outro eixo relevante refere-se ao direito de família, com orientações relacionadas ao reconhecimento de união estável, divórcio, guarda de filhos e adoção por casais homoafetivos. Essas demandas envolvem esclarecimentos sobre procedimentos legais, direitos assegurados e possibilidades de encaminhamento para a rede de justiça.

Também são atendidas demandas relativas aos direitos previdenciários e trabalhistas, especialmente em situações que envolvem dispensa discriminatória no ambiente de trabalho, orientações sobre vínculos laborais e apoio no acesso a benefícios previdenciários.

No campo da saúde, destacam-se os atendimentos voltados à garantia de acesso ao processo transexualizador, incluindo orientações sobre acesso aos serviços do Sistema Único de Saúde, bem como esclarecimentos sobre cobertura de procedimentos, cirurgias ou medicamentos por planos de saúde privados.

Gráfico 22 - Demandas de atendimento técnico da Assessoria Jurídica



Fonte: CERLGBT

O gráfico apresentado evidencia a distribuição das principais demandas jurídicas atendidas pela Assessoria Jurídica em 2025, permitindo identificar quais temas concentram maior procura por orientação e acompanhamento.

Observa-se que a retificação de prenome e gênero representa a demanda mais expressiva, com 373 registros, correspondendo a uma parcela significativamente superior em relação às demais categorias. Esse dado confirma que a adequação documental permanece como uma das necessidades mais centrais da população atendida, especialmente para pessoas trans, uma vez que a retificação é condição fundamental para o exercício pleno de direitos civis, acesso a serviços públicos e redução de situações de constrangimento institucional.

Em seguida, aparecem as demandas relacionadas à transfobia, com 94 registros, e à homofobia, com 57 casos. Esses números evidenciam a permanência de situações de violência e discriminação motivadas por orientação sexual e identidade de gênero, reforçando a importância da atuação jurídica no acolhimento, orientação e encaminhamento dessas ocorrências para os órgãos competentes.

Outra categoria relevante refere-se às orientações jurídicas gerais, que somam 38 atendimentos, demonstrando que parte das pessoas usuárias busca o serviço para esclarecimentos sobre direitos e procedimentos legais antes de eventual formalização de

medidas administrativas ou judiciais.

As demais demandas aparecem com menor frequência, mas ainda revelam a diversidade de questões enfrentadas pela população atendida. Entre elas destacam-se direitos previdenciários (16 casos), direito de família (12 casos), direitos do consumidor (6 registros), medida protetiva (4 casos) e direito do trabalho (2 registros).

A análise geral do gráfico evidencia que a maior parte das demandas jurídicas está relacionada à afirmação da identidade de gênero e ao enfrentamento de práticas discriminatórias, o que dialoga diretamente com o perfil majoritário do público atendido pelo centro. Esses dados reforçam o papel estratégico do equipamento enquanto espaço institucional de garantia de direitos, mediação de conflitos e fortalecimento da cidadania da população LGBTI+ no estado do Ceará.

Tabela 11 - Registros de atendimentos de acordo com a demanda

Retificações De Registro	373
Transfobia	94
Homofobia	57
Orientação Processual	38
Direito Previdenciário	16
Direito De Família	12
Direito Do Consumidor	06
Medida Protetiva	04
Direito Do Trabalho	02

Fonte: CERLGBT

Conforme anteriormente apresentado, a Assessoria Jurídica do Centro Estadual de Referência LGBTI+ Thina Rodrigues constitui um eixo fundamental na garantia e defesa dos direitos da população LGBTI+. No período analisado, o serviço alcançou 381 pessoas, evidenciando sua relevância no acolhimento e na resolução de demandas que envolvem violações de direitos, discriminação e barreiras institucionais. Mais do que solucionar

conflitos legais, a atuação jurídica contribui diretamente para a restituição de dignidade, reconhecimento e cidadania a sujeitos historicamente marginalizados, reafirmando o papel estratégico do equipamento na promoção de direitos humanos.

No contexto de 2025 e 2026, essa atuação torna-se ainda mais relevante diante da complexidade das normativas jurídicas, das lacunas regulatórias que ainda persistem em algumas áreas e da necessidade contínua de enfrentar práticas discriminatórias. Assim, a Assessoria Jurídica desempenha um papel estruturante ao orientar, acompanhar e mediar processos que impactam diretamente o acesso da população LGBTI+ a direitos fundamentais.

Tabela 12 - Retificação de prenome e gênero

Demanda de retificação	373	Retificações finalizadas	168
-------------------------------	------------	---------------------------------	------------

Fonte: CERLGBT

Um dos principais eixos de atuação refere-se às demandas relacionadas à retificação de prenome e marcador de gênero de pessoas trans e não binárias. Embora o procedimento de alteração em cartório seja reconhecido juridicamente no país, ainda se observam barreiras burocráticas, interpretações divergentes e resistências institucionais, sobretudo em municípios do interior.

Nesse cenário, a Assessoria Jurídica exerce um papel central ao orientar as pessoas usuárias sobre os procedimentos necessários, organizar e revisar a documentação exigida e acompanhar o processo junto aos cartórios. Além disso, realiza mediação institucional quando surgem entraves administrativos e promove encaminhamentos para órgãos parceiros, como o Núcleo de Defesa da Diversidade Sexual e de Gênero da Defensoria Pública do Estado do Ceará, quando se faz necessário o acompanhamento especializado.

Nos casos envolvendo pessoas não binárias, cuja retificação documental ainda enfrenta lacunas na regulamentação federal, a Assessoria Jurídica também presta orientação e apoio na judicialização das demandas, contribuindo para ampliar o reconhecimento jurídico dessas identidades e fortalecer precedentes que garantam maior segurança jurídica a essa população.

Dessa forma, a atuação jurídica do centro não se limita ao suporte técnico, mas se

configura como um instrumento concreto de promoção da cidadania, acesso à justiça e enfrentamento das desigualdades estruturais que atravessam a vida da população LGBTI+.

O estado do Ceará ainda registra índices significativos de violência motivada por orientação sexual e identidade de gênero, o que reforça a necessidade de mecanismos institucionais capazes de acolher, orientar e acompanhar juridicamente as vítimas. Nesse contexto, a Assessoria Jurídica do Centro Estadual de Referência LGBTI+ Thina Rodrigues desempenha papel estratégico no enfrentamento às violências e na garantia de acesso à justiça para a população LGBTI+.

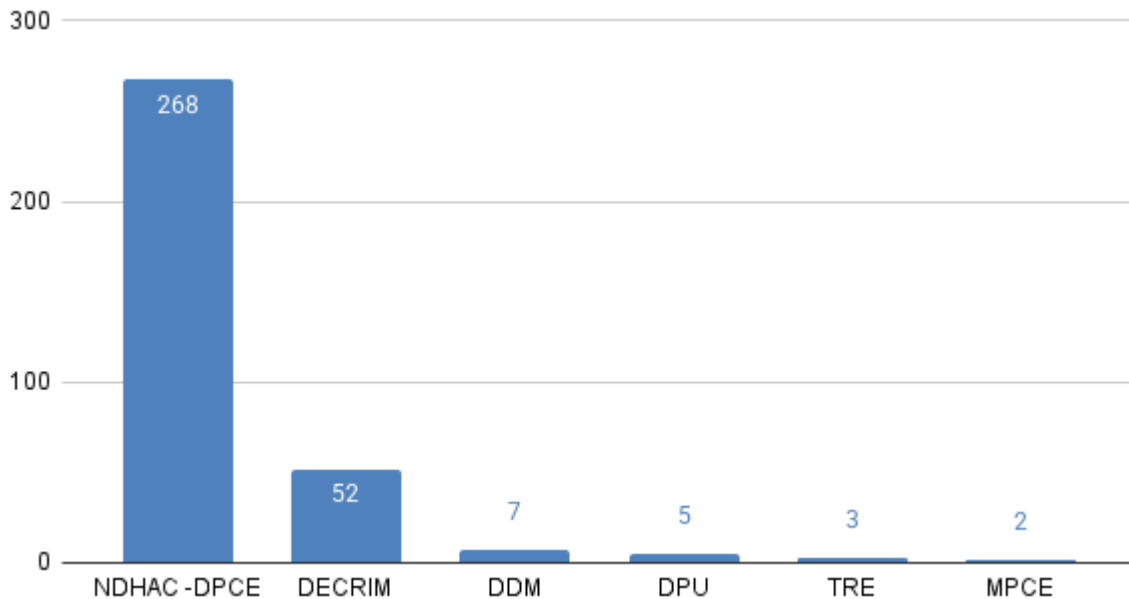
Uma das frentes de atuação refere-se ao acompanhamento jurídico de casos de violência e discriminação. A equipe atua para assegurar que ocorrências motivadas por LGBTfobia sejam corretamente tipificadas como crime de racismo, conforme entendimento estabelecido pelo Supremo Tribunal Federal, evitando enquadramentos inadequados que possam minimizar a gravidade das violações, como registros apenas por lesão corporal ou injúria simples. Nesse processo, a Assessoria mantém diálogo permanente com a Delegacia de Combate aos Crimes por Discriminação Racial, Religiosa ou Orientação Sexual (DECRIM), acompanhando casos que demandam suporte jurídico e contribuindo para o encaminhamento adequado das denúncias.

Outra dimensão importante diz respeito à proteção e ao suporte às vítimas. A Assessoria Jurídica auxilia na orientação para solicitação de medidas protetivas e acompanha atendimentos e registros em delegacias especializadas, como a Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) e a própria DECRIM, oferecendo suporte jurídico durante procedimentos investigativos e garantindo que os direitos das vítimas sejam resguardados ao longo do processo.

No âmbito do apoio processual, a Assessoria também orienta sobre os desdobramentos legais dos casos, considerando que o crime de racismo motivado por condutas LGBTfóbicas pode gerar responsabilização nas esferas criminal e cível. Em determinadas situações, após a fase de investigação e eventual indiciamento dos acusados, os casos podem ser encaminhados para acompanhamento especializado junto ao Núcleo de Defesa da Diversidade Sexual e de Gênero da Defensoria Pública do Estado do Ceará, fortalecendo a rede institucional de proteção e garantindo maior efetividade na defesa dos direitos da população LGBTI+.

Dessa forma, a atuação da Assessoria Jurídica contribui não apenas para a responsabilização de práticas discriminatórias, mas também para o fortalecimento de uma rede de proteção institucional voltada à promoção da segurança, da dignidade e da cidadania da população LGBTI+ no Ceará.

Gráfico 23- Encaminhamentos feito pela Assessoria Jurídica



Fonte: CERLBGT

Com a ampliação do reconhecimento jurídico das diferentes configurações familiares, a Assessoria Jurídica do Centro Estadual de Referência LGBTI+ Thina Rodrigues desempenha papel relevante na orientação e no acompanhamento de demandas relacionadas ao direito de família e sucessões, garantindo maior segurança jurídica às pessoas LGBTI+ e às suas redes familiares.

Entre as principais frentes de atuação destaca-se o reconhecimento de união estável e os processos relacionados à parentalidade, incluindo orientações sobre adoção e regularização de vínculos familiares. Nesses casos, a Assessoria Jurídica atua na orientação inicial das pessoas usuárias e realiza encaminhamentos para acompanhamento especializado junto à Defensoria Pública do Estado do Ceará, especialmente por meio do Núcleo de Direitos Humanos e Ações Coletivas da Defensoria Pública do Estado do Ceará (NDHAC), fortalecendo a rede de proteção jurídica e ampliando o acesso à justiça.

Outro aspecto importante refere-se às orientações sobre direitos sucessórios e previdenciários, particularmente em situações envolvendo herança, pensão por morte e reconhecimento de vínculos afetivos para fins de benefícios previdenciários. Nessas situações, a Assessoria Jurídica oferece esclarecimentos sobre os procedimentos legais e realiza encaminhamentos para instituições competentes, como a Defensoria Pública da União, quando a demanda envolve matérias de competência federal.

Além do atendimento individual, a atuação jurídica também se estende a intervenções institucionais e ações de caráter educativo, especialmente em situações nas quais barreiras administrativas dificultam o acesso da população LGBTI+ a direitos já reconhecidos normativamente. Exemplos recorrentes incluem entraves relacionados ao uso do nome social nos serviços de saúde, bem como dificuldades de acesso a terapias hormonais e outros procedimentos vinculados ao cuidado em saúde de pessoas trans no âmbito do Sistema Único de Saúde.

Nesses casos, a Assessoria Jurídica realiza mediações e interlocuções junto a órgãos e equipamentos públicos estaduais, buscando assegurar a efetiva implementação de decretos, portarias e normativas voltadas à promoção da inclusão e da equidade no atendimento à população LGBTI+.

Essas intervenções costumam ocorrer de forma multidisciplinar, envolvendo a articulação com o Serviço Social e, em determinadas situações, com a equipe de Psicologia do centro. Tal integração entre áreas potencializa a ação institucional, permitindo que as demandas sejam tratadas de maneira mais abrangente, considerando não apenas seus aspectos jurídicos, mas também suas dimensões sociais e subjetivas.

Tabela 13 - Quantitativo de encaminhamentos feito pela Assessoria Jurídica

Núcleo de Direitos Humanos e Ações Coletivas (NDHAC)	268
Defensoria Pública do Ceará	
Delegacia de Crimes de Racismo, Intolerância Religiosa e Orientação Sexual e Identidade de Gênero - DECRIM	52
Delegacia de Defesa da Mulher	07
Defensoria Pública da União	05

Tribunal Regional Eleitoral	03
Ministério Público do Ceará	02

Fonte: CERLGLBT

Em 2025, o estado do Ceará manteve posição de destaque no cenário nacional no que se refere à institucionalização de políticas públicas voltadas à população LGBTI+, evidenciando avanços normativos e administrativos orientados à promoção da igualdade e ao enfrentamento das discriminações. Nesse processo, destaca-se a atuação da Secretaria da Diversidade do Ceará, responsável por articular iniciativas intersetoriais voltadas à garantia de direitos.

Entre os principais marcos legislativos estaduais, destaca-se a Lei Estadual nº 19.494/2025, que altera a Lei Estadual nº 17.480/2021 do Ceará e estabelece a obrigatoriedade da afixação de avisos informativos contra a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero em estabelecimentos públicos e privados. A nova redação fortalece os mecanismos de fiscalização e amplia o escopo da política de enfrentamento às discriminações, articulando o combate à LGBTfobia com outras formas de violência estrutural, como o racismo e a intolerância religiosa.

No campo da segurança pública, a Polícia Militar do Ceará institucionalizou, por meio da Cartilha LGBT 2025, protocolos voltados à qualificação das abordagens policiais. As diretrizes estabelecem parâmetros para o respeito ao nome social e orientam procedimentos de revista compatíveis com a identidade de gênero declarada pela pessoa abordada, buscando prevenir práticas discriminatórias no exercício da atividade policial.

No âmbito da política cultural, a Secretaria da Cultura do Ceará instituiu o Comitê Técnico de Políticas Culturais LGBTI+, instância responsável por formular diretrizes e mecanismos de fomento voltados à produção artística e cultural da comunidade LGBTI+. O comitê passou a atuar na promoção de editais e políticas de incentivo que ampliem o acesso de artistas e produtores LGBTI+ às políticas culturais do estado.

Outro marco relevante foi a realização da 4ª Conferência Estadual LGBTQIA+ do Ceará, realizada em agosto de 2025. O encontro reuniu representantes do poder público e da sociedade civil e resultou na elaboração de diretrizes para o Plano Estadual de Políticas Públicas para a População LGBTI+, com destaque para a proposta de criação da Casa de

Acolhimento LGBTI+, iniciativa voltada à proteção de pessoas em situação de vulnerabilidade social e risco de violência.

No cenário nacional, o ano de 2025 foi marcado por importantes decisões judiciais e pelo avanço de iniciativas legislativas voltadas à ampliação da proteção de direitos da população LGBTI+. Destaca-se, nesse contexto, o protagonismo do Supremo Tribunal Federal na consolidação de entendimentos jurídicos voltados à promoção da igualdade e ao reconhecimento das diversidades de gênero.

Entre os marcos relevantes está a decisão proferida na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 787, em janeiro de 2025, que determinou a adoção de linguagem inclusiva na Declaração de Nascido Vivo (DNV). A decisão estabeleceu a adequação de campos do documento para reconhecer diferentes configurações familiares e identidades de gênero, garantindo o reconhecimento de homens trans e pessoas não binárias que gestam.

No mesmo julgamento, o STF reafirmou que o atendimento prestado pelo Sistema Único de Saúde deve considerar as necessidades biológicas e fisiológicas da pessoa usuária, independentemente do gênero registrado em documentos oficiais. A decisão busca evitar barreiras administrativas que impeçam o acesso a exames e procedimentos médicos, como exames ginecológicos para homens trans ou acompanhamento urológico para mulheres trans.

No campo legislativo, destaca-se a tramitação do Projeto de Lei nº 2670/2025, conhecido como Lei Sissy Kelly, que propõe instituir a Política Nacional de Promoção dos Direitos e Atenção Integral às Pessoas Idosas LGBTI+. A iniciativa estabelece diretrizes para que instituições de longa permanência garantam o respeito à identidade de gênero e à orientação sexual de pessoas idosas, ampliando a proteção desse segmento da população frequentemente invisibilizado nas políticas públicas.

O ano de 2025 consolidou avanços significativos para a população LGBTI+, tanto no cenário nacional quanto no estado do Ceará, com foco em segurança pública, saúde inclusiva e no fortalecimento de órgãos de proteção e promoção de direitos. Essas iniciativas contribuíram para ampliar o acesso a políticas públicas, fortalecer mecanismos institucionais de enfrentamento à discriminação e promover maior visibilidade às demandas históricas dessa população.

No âmbito estadual, destaca-se o fortalecimento da rede de atendimento e proteção, com a ampliação de serviços especializados e a consolidação de equipamentos estratégicos,

como o Centro Estadual de Referência LGBTI+ Thina Rodrigues, que tem desempenhado papel central na articulação de políticas voltadas à garantia de direitos, acolhimento e encaminhamento de demandas da população LGBTI+.

Tais avanços evidenciam a importância da continuidade e do aprimoramento das políticas públicas voltadas à diversidade sexual e de gênero, reforçando a necessidade de ações intersetoriais que integrem segurança, saúde, assistência social, educação e justiça. Nesse sentido, o período analisado demonstra que a consolidação dessas políticas constitui elemento fundamental para a construção de uma sociedade mais democrática, inclusiva e comprometida com a promoção dos direitos humanos.

4.3.4 Relatório técnico do registro do Observatório de Indicadores Sociais (OiSol)

O Observatório de Indicadores Sociais (OiSol) foi instituído por meio do Decreto nº 33.612 de 04 de junho de 2020 do Ceará, com o objetivo de implementar um modelo sistemático de monitoramento dos indicadores sociais e das violações de direitos humanos no estado do Ceará. A iniciativa busca qualificar a gestão da informação e fortalecer a capacidade institucional de análise e acompanhamento das demandas relacionadas a violações de direitos, contribuindo para respostas mais ágeis e para a formulação de políticas públicas baseadas em evidências.

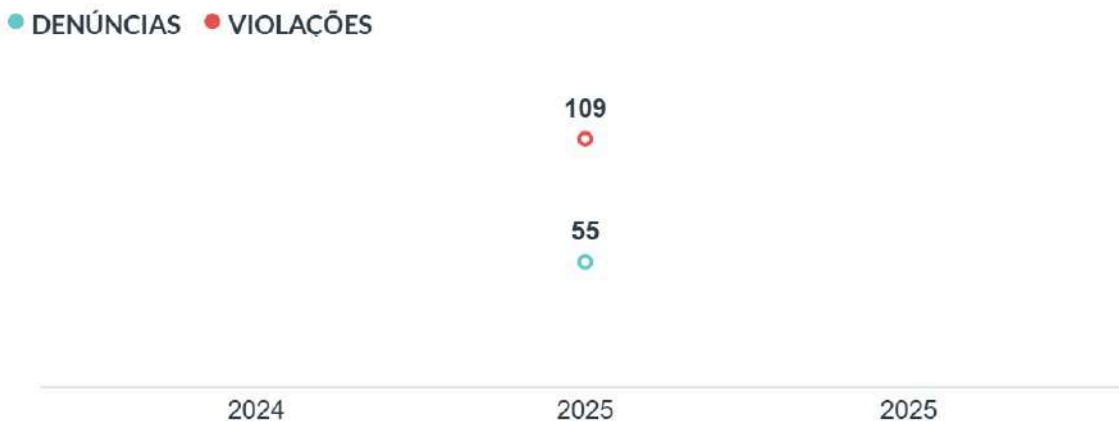
Vinculado à Secretaria da Proteção Social do Ceará, o Observatório atua de forma articulada com uma rede interinstitucional composta por órgãos públicos, organizações do terceiro setor e representantes da sociedade civil. Essa articulação possibilita a integração de dados, o compartilhamento de informações estratégicas e o acompanhamento mais qualificado das situações de violação de direitos humanos no território cearense.

Posteriormente, a partir de um acordo de cooperação técnica firmado entre o Governo do Estado e o então Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, o OiSol passou a integrar a rede de atendimento dos canais nacionais de denúncia de violações de direitos humanos, tornando-se centro de recepção e tratamento das denúncias registradas por meio do Disque 100 e do Ligue 180 no estado.

Com essa atribuição, o Observatório passou a ser responsável por receber, encaminhar e acompanhar os casos de violação de direitos humanos registrados no Ceará, realizando a articulação com os órgãos competentes da rede de proteção e registrando as providências adotadas. Além disso, o setor mantém interlocução direta com a Ouvidoria Nacional de

Direitos Humanos, prestando informações sobre o andamento e as medidas adotadas em cada caso encaminhado pelos canais nacionais de denúncia.

Gráfico 24 - Indicadores anuais de denúncias e violações de direitos humanos LGBTI+ do Estado do Ceará

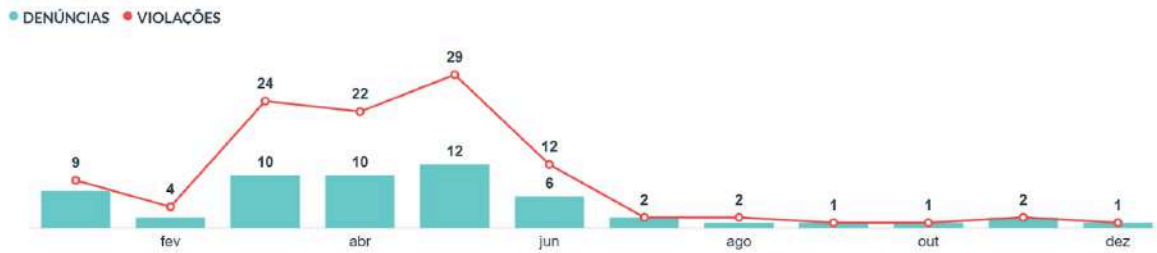


Fonte: <https://dados.oisol.sps.ce.g>

Denúncia compreende o ato de comunicar, relatar ou registrar a ocorrência de uma possível irregularidade, ilícito ou situação que indique violação de direitos humanos, cuja apuração e responsabilização dependem da atuação dos órgãos competentes. Nesse sentido, a denúncia constitui um instrumento fundamental de acesso à rede de proteção, permitindo que casos de violência, discriminação ou outras formas de violação sejam formalmente encaminhados para análise, acompanhamento e adoção das providências institucionais cabíveis.

Já as violações de direitos humanos caracterizam-se quando ocorre desrespeito ou descumprimento de direitos assegurados nos marcos normativos que compõem os sistemas de proteção aos direitos humanos, incluindo legislações nacionais e princípios estabelecidos pelo Sistema Internacional de Proteção aos Direitos Humanos. Essas violações podem manifestar-se em diferentes dimensões da vida social, abrangendo direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais.

Gráfico 25 - Indicadores mensais de denúncias e violações de direitos humanos de LGBTI+ do Estado do Ceará



Fonte: <https://dados.oisol.sps.ce.g>

Dessa forma, é importante destacar que uma única denúncia pode envolver mais de uma violação de direitos humanos. Em razão disso, os indicadores relacionados às violações tendem a ser iguais ou superiores ao número de denúncias registradas, uma vez que um mesmo caso pode reunir diferentes tipos de violação identificados ao longo do processo de análise e encaminhamento institucional.

Gráfico 26 - Tipos de Violência



Fonte: <https://dados.oisol.sps.ce.gov.br/>

A análise do infográfico referente aos tipos de violações de direitos humanos contra a população LGBTI+ no estado do Ceará evidencia padrões importantes sobre as formas pelas quais a violência e a discriminação se manifestam no cotidiano dessa população. Os dados sistematizados pelo Observatório de Indicadores Sociais (OiSol) indicam que as violações

não se restringem a agressões físicas, mas abrangem um conjunto mais amplo de práticas simbólicas, institucionais e interpessoais que impactam diretamente a dignidade e o acesso a direitos.

Observa-se que a violência psicológica aparece como o tipo de violação mais recorrente, com 64 registros, destacando-se de forma significativa em relação às demais categorias. Esse dado evidencia que grande parte das situações denunciadas envolve práticas de intimidação, humilhação, constrangimento, ameaças e outras formas de violência simbólica que, embora nem sempre deixem marcas físicas, produzem impactos profundos na saúde mental e no bem-estar das vítimas. A predominância desse tipo de violação também revela como a LGBTfobia frequentemente se manifesta por meio de discursos discriminatórios, hostilidades cotidianas e práticas de exclusão social.

Em seguida, aparecem os registros classificados como homofobia, com 12 ocorrências, indicando episódios em que a violência ou discriminação está diretamente relacionada à orientação sexual das vítimas. A mesma quantidade (12 registros) aparece na categoria “Outros”, que agrupa subtipos diversos de violações não enquadrados nas categorias principais, demonstrando a pluralidade de situações enfrentadas pela população LGBTI+.

A violência moral, com 7 registros, e a violência física, com 6 casos, também compõem o quadro de violações identificadas. Embora apresentem números inferiores em relação à violência psicológica, esses dados evidenciam a persistência de práticas de agressão direta e ataques à honra e reputação das vítimas, muitas vezes associados a contextos familiares, comunitários ou institucionais.

Outras categorias identificadas incluem violações relacionadas a direitos individuais e outras violações de direitos humanos, ambas com 4 registros. Esses dados indicam situações nas quais o acesso a direitos fundamentais pode ter sido restringido ou negado em razão da orientação sexual ou identidade de gênero das pessoas envolvidas, refletindo barreiras institucionais e sociais ainda presentes no acesso a serviços e políticas públicas.

De modo geral, o gráfico revela que as violações registradas apresentam forte predominância de formas não físicas de violência, sobretudo psicológicas e simbólicas. Esse padrão reforça a compreensão de que a LGBTfobia opera frequentemente por meio de práticas cotidianas de deslegitimação, exclusão e constrangimento, que, embora menos

visíveis, produzem efeitos significativos na vida social, na saúde mental e no exercício da cidadania da população LGBTI+.

Gráfico 27 - Indicadores das temáticas, tipos e subtipos de violações de direitos humanos LGBTI+ do Estado do Ceará



Fonte: <https://dados.oisol.sps.ce.gov.br/>

A análise do infográfico referente aos subtipos de violações de direitos humanos contra a população LGBTI+ no estado do Ceará permite compreender de forma mais detalhada as manifestações concretas das violências registradas nos sistemas de monitoramento do Observatório de Indicadores Sociais (OiSol). Ao desagregar os tipos de violação em subcategorias específicas, o gráfico evidencia as práticas mais recorrentes enfrentadas pela população LGBTI+ no cotidiano.

Entre os subtipos identificados, destaca-se o constrangimento, com 23 registros, configurando-se como uma das formas mais frequentes de violência. Esse tipo de violação geralmente está associado a situações de humilhação pública, desrespeito ao nome social, ridicularização e outras práticas que buscam deslegitimar identidades e expressões de gênero, produzindo impactos significativos na dignidade e na integridade emocional das vítimas.

Em seguida, observa-se a ocorrência de tortura psíquica, com 18 registros, categoria que abrange práticas sistemáticas de pressão psicológica, intimidação e perseguição, frequentemente associadas a ambientes familiares, comunitários ou institucionais. Esse dado reforça a predominância de formas de violência psicológica no conjunto das violações

registradas, indicando que muitas agressões se manifestam de maneira continuada e invisibilizada no cotidiano social.

A discriminação direta aparece com 10 registros, evidenciando situações em que pessoas LGBTI+ foram tratadas de forma desigual ou tiveram acesso a direitos restringido em razão de sua orientação sexual ou identidade de gênero. Esses episódios podem ocorrer em diferentes espaços sociais, incluindo ambientes de trabalho, serviços públicos, instituições educacionais e relações comunitárias.

Outros subtipos relevantes incluem ameaça, com 7 registros, e injúria, com 6 ocorrências, ambos relacionados a situações de hostilidade verbal, intimidação ou agressões simbólicas dirigidas às vítimas. Também foram identificados 6 casos classificados como práticas violentas de caráter constrangedor ou intimidatório, que refletem episódios de violência que combinam elementos de agressão psicológica e moral.

O gráfico também apresenta a categoria “Outros”, com 39 registros, que reúne um conjunto diversificado de subtipos de violações menos recorrentes individualmente, mas que, quando agrupados, representam parcela significativa das ocorrências. Essa categoria evidencia a multiplicidade de formas pelas quais as violações de direitos humanos podem se manifestar, muitas vezes ultrapassando classificações mais tradicionais de violência.

De modo geral, a leitura do gráfico reforça a compreensão de que a violência contra a população LGBTI+ no Ceará se manifesta predominantemente por meio de práticas de constrangimento, discriminação e violência psicológica, que produzem efeitos duradouros na vida social e emocional das vítimas. Esses dados evidenciam a necessidade de fortalecimento das políticas públicas de prevenção à violência, de ampliação dos canais de denúncia e de qualificação da rede de atendimento, garantindo respostas institucionais mais efetivas às violações de direitos humanos.

Gráfico 28 - Subtipos de violência psicológica



Fonte: <https://dados.oisol.sps.ce.gov.br/>

No caso específico dos subtipos de violência psicológica, o gráfico evidencia que esse tipo de violação ocupa posição central entre os registros de violações de direitos humanos contra a população LGBTI+ no estado do Ceará. As categorias apresentadas demonstram que grande parte das agressões não se manifesta necessariamente por meio de violência física direta, mas por práticas de intimidação, humilhação e pressão emocional que impactam profundamente a dignidade e o bem-estar das vítimas.

Entre os subtipos identificados, destaca-se o constrangimento, com 23 registros, configurando-se como uma das formas mais recorrentes de violência psicológica. Esse tipo de ocorrência está frequentemente associado a situações de humilhação pública, ridicularização, desrespeito ao nome social ou à identidade de gênero, além de atitudes que buscam deslegitimar ou expor negativamente pessoas LGBTI+ em diferentes contextos sociais. Em seguida, observa-se a tortura psíquica, com 18 registros, que abrange práticas sistemáticas de pressão psicológica, perseguição, intimidação e ameaças persistentes, muitas vezes ocorrendo em ambientes familiares, comunitários ou institucionais.

A discriminação, com 10 registros, também se insere no campo das violências psicológicas e simbólicas, uma vez que envolve situações em que pessoas LGBTI+ são tratadas de forma desigual ou têm o acesso a direitos restringido em razão de sua orientação sexual ou identidade de gênero. Esse tipo de violação pode ocorrer em diversos espaços sociais, como no ambiente de trabalho, em instituições educacionais, em serviços públicos ou em relações comunitárias.

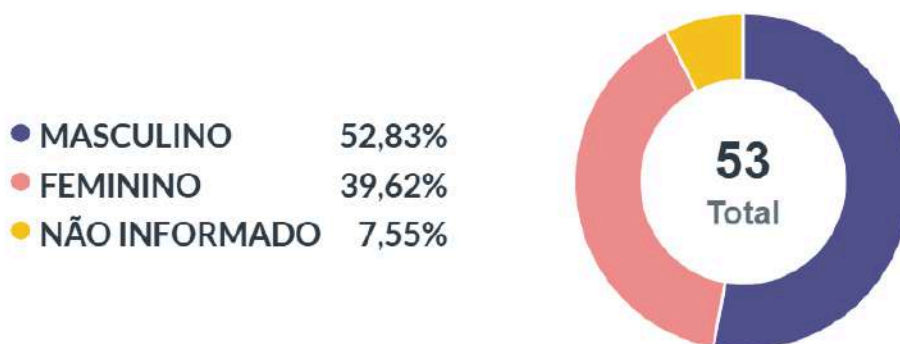
Outros subtipos relevantes incluem ameaça, com 7 registros, e injúria, com 6 ocorrências, ambos caracterizados por práticas de hostilidade verbal, intimidação e agressões simbólicas dirigidas às vítimas. Além disso, foram registrados 6 casos de práticas violentas

de caráter constrangedor ou intimidatório, que combinam elementos de pressão psicológica, humilhação e intimidação, reforçando o caráter recorrente das violências emocionais e morais no conjunto das ocorrências analisadas.

O gráfico também apresenta a categoria “Outros”, com 39 registros, que reúne um conjunto diversificado de 24 subtipos de violações menos recorrentes individualmente, mas que, quando agrupados, representam parcela significativa das ocorrências. Essa categoria evidencia a diversidade de formas pelas quais a violência psicológica e simbólica pode se manifestar, muitas vezes extrapolando classificações mais tradicionais e revelando a complexidade das experiências de violência enfrentadas pela população LGBTI+.

De modo geral, a análise dos subtipos indica que as violências psicológicas e simbólicas constituem uma dimensão central das violações de direitos humanos registradas, manifestando-se por meio de constrangimentos, intimidações, discriminações e agressões verbais. Esses dados reforçam a necessidade de fortalecimento das políticas públicas voltadas à prevenção da violência, à ampliação dos canais de denúncia e à qualificação da rede de atendimento, garantindo respostas institucionais mais eficazes às diversas formas de violência que afetam a população LGBTI+.

Gráfico 29 - Indicadores do sexo das vítimas de violações



Fonte: <https://dados.oisol.sps.ce.gov.br/>

A análise dos indicadores referentes ao sexo das vítimas de violações de direitos humanos contra a população LGBTI+ no estado do Ceará revela aspectos importantes sobre o perfil das pessoas afetadas pelas ocorrências registradas. O gráfico apresenta um total de 53

vítimas, distribuídas entre as categorias masculino, feminino e não informado, permitindo observar padrões relevantes na incidência dessas violências.

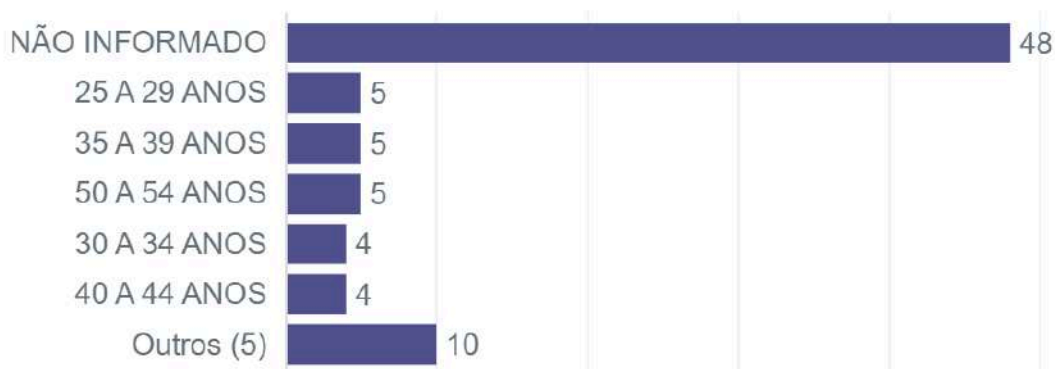
Os dados indicam que 52,83% das vítimas são do sexo masculino, representando a maior parcela dos registros. Esse resultado sugere uma maior exposição de homens LGBTI+ às situações de violência reportadas nos canais institucionais, o que pode estar associado a diferentes fatores, como a maior visibilidade social de determinadas identidades de gênero e orientações sexuais, bem como a maior propensão à denúncia em determinados contextos.

Em seguida, 39,62% das vítimas são do sexo feminino, evidenciando que mulheres LGBTI+ também constituem um grupo expressivo entre as pessoas atingidas por violações de direitos humanos. Esse dado reforça a necessidade de considerar as especificidades das experiências de violência vivenciadas por mulheres lésbicas e bissexuais, que frequentemente enfrentam formas particulares de discriminação e violência motivadas pela intersecção entre gênero e orientação sexual.

O gráfico também aponta que 7,55% dos registros não possuem informação sobre o sexo da vítima, o que evidencia limitações nos processos de coleta ou registro de dados. A presença dessa categoria indica a importância de aprimorar os sistemas de registro e monitoramento das denúncias, garantindo maior completude das informações e maior precisão na produção de indicadores sobre violações de direitos humanos.

De modo geral, os resultados apresentados reforçam a relevância dos sistemas de monitoramento e acompanhamento das denúncias de violações de direitos humanos, possibilitando a construção de diagnósticos mais precisos sobre os grupos mais afetados e subsidiando o desenvolvimento de políticas públicas voltadas à prevenção da violência e à garantia de direitos da população LGBTI+ no Ceará.

Gráfico 30 - Indicadores sobre faixa etária dos suspeitos de violências



Fonte: <https://dados.oisol.sps.ce.gov.br/>

O gráfico referente aos indicadores sobre a faixa etária dos suspeitos de violências contra a população LGBTI+ no estado do Ceará permite observar a distribuição etária das pessoas identificadas como possíveis autoras das violações registradas nos sistemas de monitoramento. A análise desses dados contribui para compreender padrões demográficos associados às ocorrências de violência, ainda que parte significativa dos registros apresente ausência de informação sobre a idade dos suspeitos.

O dado mais expressivo apresentado no gráfico corresponde à categoria “não informado”, com 48 registros, indicando que, em uma parcela significativa das denúncias ou atendimentos, não houve identificação ou registro da faixa etária do suspeito. Esse resultado evidencia limitações no processo de coleta ou registro das informações, o que pode dificultar análises mais precisas sobre o perfil etário dos autores das violências e aponta para a importância de aprimorar os mecanismos de registro e monitoramento dessas ocorrências.

Entre os casos em que a faixa etária foi registrada, observa-se maior concentração nas faixas de 25 a 29 anos, 35 a 39 anos e 50 a 54 anos, cada uma com 5 registros. Esses dados indicam a presença de suspeitos em diferentes etapas da vida adulta, sugerindo que as violências contra a população LGBTI+ não estão restritas a um grupo etário específico, mas podem envolver indivíduos de distintas gerações.

Outras faixas etárias também aparecem no gráfico, como 30 a 34 anos e 40 a 44 anos, ambas com 4 registros, reforçando a dispersão das ocorrências entre diferentes idades. Além dessas categorias, a classificação “Outros”, com 10 registros, reúne cinco faixas etárias adicionais com menor frequência individual, mas que, quando agrupadas, representam parcela relevante das ocorrências registradas.

De modo geral, a leitura do gráfico indica que, embora existam registros distribuídos em diversas faixas etárias, a elevada proporção de casos classificados como “não informado” limita a identificação de padrões mais consistentes sobre o perfil etário dos suspeitos. Ainda assim, os dados disponíveis sugerem que os autores das violências se concentram majoritariamente na população adulta, evidenciando a necessidade de ampliar a qualidade dos registros e fortalecer os sistemas de informação, de modo a subsidiar diagnósticos mais precisos e orientar a formulação de políticas públicas de prevenção e enfrentamento à violência contra a população LGBTI+.

Tabela 14 - Indicadores de denúncias e violações de direitos humanos LGBTI+ do Estado do Ceará por municípios

CIDADE	DENÚNCIAS	VIOLAÇÕES
Fortaleza	31	65
Juazeiro do Norte	3	5
Aquiraz	2	7
Crato	2	3
Ibiapina	2	5
Sobral	2	2
Caucaia	1	2
Cruz	1	2
Horizonte	1	2
Maracanaú	1	3
Não informado	1	1
Pacatuba	1	1
Pentecoste	1	3
Quixadá	1	1
Redenção	1	1
Santa Quitéria	1	1
Tauá	1	1
Ubajara	1	1
Várzea Alegre	1	3
Totais gerais	55	109

Fonte: CERLGBT

A análise da Tabela 12, referente à distribuição territorial das denúncias e violações de direitos humanos contra a população LGBTI+ no estado do Ceará, evidencia a concentração

significativa dos registros em determinados municípios, bem como a dispersão das ocorrências em diferentes regiões do estado.

Observa-se que o município de Fortaleza concentra a maior parte das ocorrências, com 31 denúncias e 65 violações registradas, representando parcela expressiva do total contabilizado. Esse resultado pode estar relacionado tanto à maior densidade populacional da capital quanto à presença de uma rede institucional mais estruturada de serviços públicos, canais de denúncia e organizações da sociedade civil, fatores que tendem a favorecer o registro formal das violações.

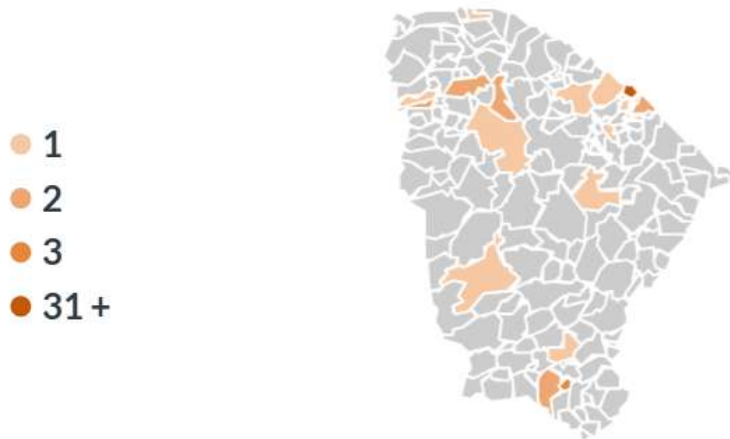
Outros municípios também apresentam registros relevantes, ainda que em menor volume. Destacam-se Juazeiro do Norte, com 3 denúncias e 5 violações, além de Aquiraz e Ibiapina, ambos com 2 denúncias e 7 e 5 violações, respectivamente. Também aparecem com 2 denúncias os municípios de Crato e Sobral, indicando a presença de registros em diferentes regiões do interior do estado.

Há ainda um conjunto de municípios com uma denúncia registrada, como Caucaia, Cruz, Horizonte, Maracanaú, Pacatuba, Pentecoste, Quixadá, Redenção, Santa Quitéria, Tauá, Ubajara e Várzea Alegre. Apesar do número reduzido de denúncias, observa-se que alguns desses municípios apresentam mais de uma violação associada à mesma denúncia, reforçando o entendimento de que um único registro pode reunir múltiplas violações de direitos humanos.

No total, foram contabilizadas 55 denúncias e 109 violações, o que confirma a dinâmica já observada em outros indicadores do relatório: uma única denúncia pode envolver múltiplos tipos de violação, ampliando o número total de ocorrências registradas. Esse aspecto é fundamental para a interpretação dos dados, pois evidencia a complexidade das situações reportadas pelas vítimas.

De modo geral, a distribuição territorial das ocorrências indica uma concentração mais expressiva na capital e em municípios de maior porte, mas também revela a presença de registros em diversas localidades do interior do estado. Esse cenário aponta para a importância de fortalecer as estratégias de interiorização das políticas públicas de enfrentamento à violência e de ampliação dos canais de denúncia, garantindo que pessoas LGBTI+ em diferentes territórios do Ceará tenham acesso a mecanismos de proteção e garantia de direitos.

Gráfico 29 - Mapa de calor de denúncias do Ceará



Fonte: <https://dados.oisol.sps.ce.gov.br/>

De modo geral, os resultados apresentados reforçam a relevância dos sistemas de monitoramento e acompanhamento das denúncias de violações de direitos humanos, possibilitando a construção de diagnósticos mais precisos sobre os grupos mais afetados e subsidiando o desenvolvimento de políticas públicas voltadas à prevenção da violência e à garantia de direitos da população LGBTI+ no Ceará.

Em síntese, os dados apresentados evidenciam que as denúncias e violações de direitos humanos contra a população LGBTI+ no estado do Ceará se distribuem de maneira desigual entre os municípios, com maior concentração de registros na capital, Fortaleza, e ocorrências pontuais em diferentes cidades do interior. Tal cenário demonstra, por um lado, a centralidade dos grandes centros urbanos na formalização das denúncias e, por outro, a presença dessas violações em múltiplos territórios do estado, ainda que possivelmente subnotificadas. Assim, a leitura territorial dos indicadores reforça a importância de ampliar e fortalecer os mecanismos institucionais de acolhimento, registro e acompanhamento das denúncias em todo o Ceará, promovendo maior capilaridade das políticas públicas de proteção e garantindo respostas mais efetivas às violações de direitos humanos enfrentadas pela população LGBTI+.

4.3.4 Interiorização da política LGBTI+ por meio da Unidade de Atendimento Móvel à População LGBTI+ do Ceará Dandara Ketlely

No ano de 2025, a Unidade de Atendimento Móvel à População LGBTI+ do Ceará Dandara Ketlely realizou 514 atendimentos diretos direcionados especificamente à população LGBTI+, abrangendo serviços de psicologia, triagem, acolhimento socioassistencial e orientações jurídicas. Além da assistência direta, a unidade desempenha um papel estratégico de ativação territorial em grandes eventos com expressiva participação da comunidade, como a Expocrato e o São João de Maracanaú.

Tabela 14 - Ativações executadas em 2025

Município	Número de visitas da Unidade Móvel ao município	Número de pessoas LGBTI+ atendidas
Juazeiro do Norte	03	40 pessoas atendidas
Barbalha	01	18 pessoas atendidas
Crato	03	43 pessoas atendidas
Iguatu	01	13 pessoas atendidas
Itatira	01	26 pessoas atendidas
Icó	01	09 pessoas atendidas
Sobral	01	12 pessoas atendidas
Itapipoca	02	22 pessoas atendidas
Caucaia	01	08 pessoas atendidas
Quixadá	02	20 pessoas atendidas
Quixeramobim	01	54 pessoas atendidas
Maracanaú	03	18 pessoas atendidas
Milagres	01	17 pessoas atendidas
Pacatuba	01	05 pessoas atendidas
Fortaleza	09	96 pessoas atendidas
São Benedito	01	10 pessoas atendidas
Tamboril	01	12 pessoas atendidas
Limoeiro do Norte	01	10 pessoas atendidas
Nova Russas	01	19 Pessoas atendidas

Acopiara	01	17 pessoas atendidas
Novo Oriente	01	45 pessoas atendidas
Total		514 atendimentos realizados

Fonte: UAMLGBTI+

Nessas ocasiões, a Unidade de Atendimento Móvel à População LGBTI+ do Ceará Dandara Ketlely garante um amplo alcance através da distribuição de material educativo sobre o enfrentamento à LGBTfobia e da divulgação de projetos, programas e equipamentos do Governo do Ceará para a população LGBTI+. Nestes espaços, a Unidade Móvel atua também no acolhimento em casos de violação de direitos, oferecendo suporte às vítimas. Complementando sua atuação, promove ações de formação e letramento nos municípios cearenses. Além da assistência direta, a Unidade Móvel desempenha um papel fundamental na divulgação da política intersetorial, apresentando a rede de serviços assistenciais do Estado.

Tabela 15 - Ações de ativação com a Unidade Móvel Dandara Ketlely

Município	Data	Atividade
Barbalha	29,30 e 31/05/2025	Festa de Santo Antônio - Pau da Bandeira
Maracanaú	06,07,13 e 14/06/2025	São João de Maracanaú
Crato	11,12,13,19 e 20/07/2025	Expocrato
Milagres	08/08/2025	Festa do município de Milagres
Limoeiro do Norte	29/08/2025	Festa do município - Limoeiro do Norte
Fortaleza	29/06/2025	XXIV Parada da Diversidade do Ceará
	15/11/2025	Festival Zepelim

Fonte: UAMLGBTI+

Identificou-se a presença territorial ampliada e articulação inter-regional no Ceará a partir das atividades da Unidade de Atendimento Móvel à População LGBTI+ do Ceará

Dandara Ketlely. Desde sua entrega, a Unidade Móvel alcançou várias macrorregiões do estado do Ceará, com atuação em 5 grandes regiões, abrangendo o Cariri e Centro-Sul; Sertão de Sobral, Litoral Oeste e Vale do Curu; Vale do Jaguaribe; Região Metropolitana de Fortaleza e Sertão Central; e Sertão dos Inhamuns e Crateús, consolidando uma presença estratégica em mais de 20 municípios cearenses, com múltiplas agendas em cidades-polo como Fortaleza, Juazeiro do Norte, Crato e Maracanaú.

A Unidade de Atendimento Móvel à População LGBTI+ do Ceará Dandara Ketlely é uma ação do Governo do Estado do Ceará, no âmbito do Programa Integrado de Prevenção e Redução da Violência (PreVio), gerida pela Secretaria da Diversidade (SEDIV). Com atuação itinerante, o equipamento tem como objetivo ampliar o acesso da população LGBTI+ a serviços públicos, especialmente em municípios do interior do estado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O exercício de 2025 consolidou-se como um período estratégico para a Secretaria da Diversidade (Sediv), marcado pelo fortalecimento do planejamento institucional, pela preparação de entregas estruturantes e pela qualificação das políticas públicas voltadas à promoção e à garantia dos direitos da população LGBTI+ no Estado do Ceará. Em um contexto desafiador, a Sediv concentrou esforços na organização interna, na articulação intersetorial e no aprofundamento da participação social, criando bases sólidas para a ampliação e o aperfeiçoamento das ações nos anos subsequentes.

As iniciativas desenvolvidas ao longo do ano evidenciam o compromisso da Secretaria com uma política pública transversal, democrática e territorializada, capaz de articular proteção, promoção e cidadania. Destacam-se, nesse processo, a consolidação da Campanha Ceará da Diversidade como estratégia permanente de enfrentamento à LGBTfobia, o funcionamento contínuo do Conselho Estadual de Combate à Discriminação LGBTI+, o fortalecimento das redes de atendimento e acolhimento, bem como o avanço das ações de formação, empregabilidade e participação social.

Ainda que persistam desafios estruturais, especialmente relacionados à ampliação da cobertura territorial, à consolidação de equipamentos e ao fortalecimento da capacidade institucional, os resultados apresentados neste relatório demonstram avanços significativos na construção de uma política pública comprometida com a dignidade, a equidade e os direitos

humanos. O balanço de 2025 reafirma a importância do planejamento como ferramenta de gestão e do diálogo permanente com a sociedade civil e demais órgãos governamentais.

Por fim, este Relatório de Gestão reafirma o compromisso da Secretaria da Diversidade com a transparência, a responsabilidade pública e a continuidade das ações, apontando para a necessidade de manter e aprofundar os esforços iniciados, com vistas à consolidação de um Ceará mais justo, diverso e livre de discriminações.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, L. N. Assujeitamento e disrupção de um corpo que permanece e resiste: possibilidade de existência de uma travesti no ambiente escolar. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, v. 13, n. 2, 2019.

ANTRA – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2025**. Benevides, Bruna G. Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2024. 125 p.

BENTO, M. A. S. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (org.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 25-58.

BRASIL. **Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm. Acesso em: 5 jan. 2026.

BUDGE, S. L.; ADELSON, J. L.; HOWARD, Kimberly A. S. Anxiety and depression in transgender individuals: the roles of transition status, loss, social support, and coping. **Journal of Consulting and Clinical Psychology**, v. 81, n. 3, p. 545-557, 2013.

CARVALHO, M. F. L.; MENEZES, M. S. **Violência e saúde na vida de pessoas LGBTI**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2021.

CFESS – CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Parâmetros para atuação de assistentes sociais na política de assistência social**. Brasília: CFESS, 2011. Disponível em:

http://www.cfess.org.br/arquivos/Cartilha_CFESS_Final_Grafica.pdf. Acesso em: 5 jan. 2026.

COCHRAN, S. D.; PEAVY, K. M.; ROBOHM, J. P. The health of lesbian, gay, and bisexual populations in the United States. **American Journal of Public Health**, v. 109, n. 7, p. 925-926, 2019.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. Tradução de Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para atuação de psicólogas, psicólogos e psicólogues em políticas públicas para população LGBTQIA+**. Brasília: CFP, 2023. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2023/06/RT_LGBT_crepop_Web.pdf. Acesso em: 5 jan. 2026.

FIGUEIREDO, L. M. O atendimento psicológico a pessoas trans: reflexões sobre práticas e desafios. **Revista Brasileira de Terapias Cognitivas e Comportamentais**, v. 16, n. 1, p. 59-69, 2020.

MADEIRA, Z. Política de igualdade racial na realidade cearense. *Revista Em Pauta*, Rio de Janeiro, n. 45, v. 18, p. 148-164, 2020.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME. **Programa Bolsa Família**. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-familia>. Acesso em: 5 jan. 2026.

MOTTER, J. P. J. Ética sapatão: por uma ética fora do CÍstema. *Revista Periódicus*, v. 1, n. 20, p. 83-105, 2024.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Trabalho digno**. 2024. Disponível em: https://www.ilo.org/lisbon/temas/WCMS_650867/lang--pt/index.htm. Acesso em: 5 jan. 2026.

PHELAN, J. C. The stigma of mental illness: end of the story? **Psychiatric Clinics of North America**, v. 39, n. 3, p. 533-545, 2016.

REBOUÇAS, W. A. S.; MARINHO, I. da C.; SILVA, Y. R. C. da. Comunidade LGBTQIA+ e as condições de acesso e permanência no ensino superior. **D’Generus: Revista de Estudos Feministas e de Gênero**, v. 1, n. 1, p. 582-602, 2024. DOI: <https://doi.org/10.15210/dg-revista.v1i1.2072>.

SILVA, L. A. et al. Envelhecimento e velhice LGBTQIA+: repercussões sobre a saúde física e mental de pessoas de meia-idade e idosas. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, v. 33, e1013, p. 1-10, 2022. DOI: <https://doi.org/10.35919/rbsh.v33.1013>.

SOUSA, E. B.; FIGUEIREDO, A. “Branca é lésbica e preta é sapatona, oh o erro?!”: um estudo sobre mulheres negras lésbicas e sapatonas em um bairro de Salvador/BA. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 8, n. 4, p. 6-27, 2022.

VEIGA, L. **Clínica do impossível: linhas de fuga e de cura**. Rio de Janeiro: Telha, 2021.

VERGUEIRO, V. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade**. 2015. 329 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/19685>. Acesso em: 5 jan. 2026.

ANEXOS

ANEXO I - DIÁRIAS DA SECRETARIA DA DIVERSIDADE

Período: Janeiro à Dezembro De 2025

DIÁRIAS SEDIV 2025	
Mês	Valor
JANEIRO	R\$ 0,00
FEVEREIRO	R\$ 283,89
MARÇO	R\$ 11.878,63
ABRIL	R\$ 5.150,39
MAIO	R\$ 8.434,88
JUNHO	R\$ 4.769,95
JULHO	R\$ 13.769,81
AGOSTO	R\$ 7.125,91
SETEMBRO	R\$ 6.842,21
OUTUBRO	R\$ 16.839,84
NOVEMBRO	R\$ 3.778,42
DEZEMBRO	R\$ 17.618,52
Total	R\$ 96.492,45

ANEXO II - PASSAGENS AÉREAS DA SECRETARIA DA DIVERSIDADE

Período: Janeiro à Dezembro De 2025

PASSAGENS SEDIV 2025	
Mês	Valor
JANEIRO	R\$ 5.939,80
FEVEREIRO	R\$ 3.717,92
MARÇO	R\$ 0,00
ABRIL	R\$ 3.109,63
MAIO	R\$ 6.319,18
JUNHO	R\$ 15.555,04
JULHO	R\$ 12.906,85
AGOSTO	R\$ 17.419,53
SETEMBRO	R\$ 29.473,94
OUTUBRO	R\$ 17.222,46
NOVEMBRO	R\$ 9.459,28
DEZEMBRO	R\$ 10.601,85
Total	R\$ 131.725,48

ANEXO III - CATALOGAÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEDIV

Tabela 16 - Resumo das atividades da Secretaria da Diversidade em 2025

DESCRITIVO DOS PRINCIPAIS EVENTOS DE 2025	
JANEIRO	
<p>07/01/2025 - Reunião geral do Governador do Estado do Ceará com os/as secretários/as - Durante o encontro, o chefe do Executivo Estadual fez um balanço das ações realizadas nos últimos dois anos e definiu o alinhamento dos projetos prioritários para execução em 2025 e 2026. Todas as iniciativas foram fundamentadas no equilíbrio fiscal e na transparência, destacando-se pelo investimento público recorde no ano passado.</p>	 <p>1ª REUNIÃO DO SECRETARIADO DO GOVERNO DO CEARÁ EM 2025 SECRETARIA DA DIVERSIDADE REFORÇA COMPROMISSO COM POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A POPULAÇÃO LGBTQI+ DO CEARÁ.</p>
<p>10/01/2025 - Reunião com Luma de Oliveira sobre parceria entre Sediv e Unilab - O encontro alinhou estratégias para fortalecer ações contra a LGBTfobia no estado e na universidade, reforçando o compromisso da Sediv com a inclusão e a diversidade. Este momento fortalece ainda mais nossos acordos de cooperação com as instituições de ensino superior.</p>	 <p>1ª REUNIÃO INSTITUCIONAL DE 2025: SECRETARIA DA DIVERSIDADE E UNILAB: DIÁLOGO ENTRE DIVERSIDADE E EDUCAÇÃO</p>
<p>14/01/2025 - Reunião com ITG - A Secretaria da Diversidade (Sediv) sediou uma reunião com o Instituto de Tecnologia e Gestão (ITG), organização que será responsável pela execução do edital 001/2024. O encontro contou com a participação da Secretária Michelle Meira, do Coordenador de Políticas Públicas LGBTI+, Yuri Lima, e da equipe do ITG, composta por Maria Helena (Diretora-Presidente), Catarina Mirza (Diretora), Luciele (Assistente da Diretoria) e Hellen Costa (Coordenadora de Projetos).</p>	

14/01/2025 - Reunião com a Secretaria da Saúde - Durante o encontro, foi ressaltada a Política Estadual de Saúde LGBTI+, já aprovada pelo Conselho Estadual de Combate à Discriminação, e discutidas estratégias para sua implementação, atualmente em trâmite na Secretaria de Saúde. O objetivo é avançar na promoção de saúde e bem-estar para a população LGBTI+ em todo o estado.



16/01/2025 - Posse do Conselho Estadual de Economia Solidária - O Governo do Ceará, por meio da Secretaria do Trabalho (SET), empossou os conselheiros titulares e suplentes do Conselho Estadual de Economia Solidária (CEEPS), marcando a reinstalação desse importante colegiado no estado.



17/01/2025 - I Reunião do Comitê de Empregabilidade e Empreendedorismo LGBT de 2025 - O encontro abordou temas importantes, como os resultados do I Festival Ceará Diversidade: vidas em movimento, orgulho que sustenta, o perfil social dos participantes do projeto-piloto do Programa Empodera+, a apresentação de pré-lançamento do Projeto TRANSFORMAR, este último focado na inclusão e capacitação da população trans, além de informes gerais sobre iniciativas futuras.



22/01/2025 - Reunião aberta da Secretaria da Diversidade (Sediv) e pela Secretaria da Saúde (Sesa) - Durante o encontro, as Secretárias da Diversidade e da Saúde apresentaram a intenção de firmar uma cooperação técnica entre as duas pastas, visando o acompanhamento e a execução das políticas públicas de saúde voltadas à população LGBTI+.



23/01/2025 - Visita à cozinha do Ceará Sem Fome no Cariri.



23/01/2025 - Reunião com a prefeitura do Crato - Secretária da Diversidade, Michelle Meira, participou de audiência com o prefeito do Crato, André Barreto, e a Secretária de Direitos Humanos, Zuleide Queiroz do município. O encontro teve como objetivo discutir a interiorização e ampliação das políticas públicas voltadas à população LGBTI+ no Crato e em toda a região, além de apresentar os programas e projetos desenvolvidos pela Secretaria da Diversidade.





28/01/2025 - Reunião com a Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, com participação das atividades referente à visibilidade trans - Cerimônia promovida pelo Governo Federal em alusão ao Dia Nacional da Visibilidade Trans, celebrado em 29 de janeiro. O evento contou com a presença da Ministra dos Direitos Humanos e da Cidadania, Macaé Evaristo, da Secretária Nacional de Defesa das Pessoas LGBTQIA+, Symmy Larrat, da presidenta da ANTRA, Bruna Benevides, do coordenador nacional do IBRAT, Fabian Alagarte, além de representantes do Ministério da Saúde e da ONU.







29/01/2025 - Secretária da Diversidade, cumpre agenda de reuniões na Organização das Nações Unidas (ONU) e na Comissão Nacional Intergestores da Política LGBTQIA+ -





<p>29/01/2025 - "Debate alusivo ao Dia da Visibilidade Trans" na Vila Social do Canindezinho - a Secretaria de Proteção Social (@spsceara), em parceria com a Sediv, fortalecendo redes de apoio e promovendo o diálogo sobre direitos e inclusão da população trans.</p>	
<p>FEVEREIRO</p>	
<p>07/02/2025 - Participação nos Seminários Municipais de Prevenção à Violência.</p>	
<p>08/02/2025 - Formação de servidores - Formação promovida pela SAP em parceria com a Secretaria da Diversidade (Sediv), voltada para a Diversidade, Inclusão e Direitos Humanos. A programação foi direcionada aos diretores e gestores das unidades prisionais do Estado e teve como objetivo fortalecer o acolhimento da população LGBTI+ no sistema prisional cearense. Além disso, foi feito o pré-lançamento do Projeto Transformar, apresentando-o para diretores de Unidades Prisionais.</p>	
<p>11/02/2025 à 13/02/2025 - Agenda Unidade Móvel de Atendimento - 11/02/2025 – Juazeiro do Norte A partir das 9h Urca - Centro de Ciência e Tecnologia (CCT) – Campus Crajubar da Urca Av. Leão Sampaio, 107 – Triângulo 12/02/2025 – Crato A partir das 9h Urca – Campus do Pimenta Rua Cel. Antônio Luíz, 1161 – Pimenta 13/02/2025 – Iguatu A partir das 9h</p>	

<p>Escola de Saúde Pública de Iguatu Av. Deoclécio Lima Verde – Areias I</p>	
<p>14/02/2025 - Lançamento do Projeto Transformar - O lançamento ocorreu em alusão ao Dia Estadual de Combate à Transfobia, celebrado no dia 15 de fevereiro em homenagem a Dandara Ketlely. Com a decisão, 500 internos LGBTI+ serão beneficiados por meio de ações que promovem a empregabilidade com apoio ao crédito, mapeamento de perfis, mentoria, atendimento psicossocial e capacitação em diversidade.</p>	 <p>SAP e Secretaria da Diversidade lançam Projeto "Transformar" que promove a ressocialização de internos e egressos LGBTI+ no Ceará</p>
<p>15/02/2025 - Reportagem da Sediv para Tv Verdes Mares em alusão ao Dia Estadual de Combate à Transfobia.</p>	
<p>17/02/2025 - Reportagem sobre o lançamento do Projeto Transformar na TV Ceará.</p>	
<p>18/02/2025 à 20/02/2025 - Agenda da Unidade de Atendimento Móvel à População LGBTI+ do Ceará Dandara Ketlely, na região do Sertão de Sobral, região do Litoral Oeste e Vale do Curu, e na região Metropolitana de Fortaleza.</p> <p>18/02/2025 – Sobral A partir das 9 horas Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) Av. Padre Francisco Sadoc de Araújo, 850 – Campus da Betânia</p> <p>19/02/2025 – Itapipoca A partir das 9 horas IFCE de Itapipoca Av. da Universidade, 102 – Madalena</p>	 <p>Unidade Móvel de Atendimento à população LGBTI+ Dandara, está na região!</p>



<p>20/02/2025 – Caucaia A partir das 9 horas Centro Municipal de Formação e Avaliação Av. Central, 1425 – Tabuba, Caucaia – CE</p>	
<p>18/02/2025 - AGENDA UNIDADE MÓVEL DE ATENDIMENTO - Presença na Universidade Estadual Vale do Acaraú, em Sobral.</p>	
<p>19/02/2025 - AGENDA UNIDADE MÓVEL DE ATENDIMENTO - Presença no Instituto Federal do Ceará, em Itapipoca.</p>	
<p>20/02/2025 - Seminário Municipal de Prevenção à Violência em Caucaia.</p>	
<p>20/02/2025 - Afixionamento da placa na Unidade Penitenciária Industrial do Cariri.</p>	



<p>21/02/2025 - AGENDA UNIDADE MÓVEL DE ATENDIMENTO - Atendimento psicossocial na Praça Santa Cecília.</p>	
<p>21/05/2025 - Encontro de alinhamento com municípios sobre Conferências Regionais na Universidade Estadual do Rio de Janeiro.</p>	
<p>22/02/2025 - AGENDA UNIDADE MÓVEL - Atendimento psicossocial na Unidade Móvel em parceria com o projeto Acolher.</p>	
<p>24/02/2025 à 25/02/2025 - Agenda da Unidade de Atendimento Móvel à População LGBTI+ do Ceará Dandara Ketlely, na região de Sertão Central e na região Metropolitana de Fortaleza.</p> <p>24/02/2025 - Quixadá A partir das 9 horas Praça do Chalé Rua José jucá, 343 - Centro</p> <p>25/02/2025 - Maracanaú A partir das 9 horas IFCE de Maracanaú</p>	



Av. Parque Central, 1315 - Distrito Industrial I

26/02/2025 - Agenda Nacional - Durante a agenda, acompanhada de Ernane Alexandre Pereira, que também é Coordenador do Programa Rio Sem LGBTIfobia e Superintendente de Políticas Públicas LGBTI do RJ, visitou, na companhia de Rosângela Castro, importantes iniciativas de referência no estado. Entre elas: Rio Sem LGBTfobia – Programa de enfrentamento à LGBTfobia no estado; Disque Cidadania – Serviço de atendimento e orientação para pessoas LGBTI+. Durante a agenda no Rio de Janeiro, visitou o Albergue Mais Tempo LGBTI+ David Miranda, um espaço essencial de acolhimento para pessoas LGBTI+ em situação de vulnerabilidade. Acompanhada por Patrícia Esteves, Diretora do Albergue, e Marcelle Esteves, Assessora, conheceu de perto essa importante iniciativa da Secretaria Municipal de Assistência Social do Rio.



27/02/2025 - Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Discriminação LGBT - Durante o encontro, foram debatidas pautas essenciais, incluindo o balanço das Conferências LGBTI+ regionais e municipais, que mobilizaram diferentes comunidades na promoção da participação social e no fortalecimento de direitos. Também houve a apresentação de projetos estratégicos, como o "Transformar", que busca a inclusão e capacitação de pessoas privadas de liberdade, e o "Fala Pajubá - Programa de Formação em Comunicação e Direitos LGBTI+", uma iniciativa do Sindicato dos Jornalistas do Ceará (Sindjorce) com apoio da Secretaria da Diversidade do Ceará (Sediv) e do Governo do Estado do Ceará.



27/02/2025 - Capacitação Letramento da Diversidade - Realizada no Centro Vocacional e Tecnológico (CVT), em Fortaleza, a ação foi direcionada aos colaboradores da SET, equipes técnicas de outras secretarias estaduais e também entidades parceiras, como o Instituto de Ensino Tecnológico (CENTEC), o Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (IDT) e a Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará – ADECE, que atuam na execução de políticas públicas no Ceará.

**EMPREGO****Capacitação em Letramento
LGBTI+: Um Passo Essencial
para a Inclusão no Ceará**

28/02/2025 - Atividade de prevenção à LGBTI+fobia e de Doenças Infecciosas no Carnaval, na Tenda Lilás em Aracati.

**MARÇO**

07/03/2025 - Agenda Nacional - Visita institucional ao Albergue Mais Tempo LGBTI+ David Miranda e Casa Dulce Seixas de Acolhimento LGBTI+, ambas no Rio de Janeiro. Ainda na agenda, a secretária Michelle Meira visitou o Centro de Cidadania LGBTI+ III da Baixada Fluminense (Nova Iguaçu).

**SECRETARIA DA DIVERSIDADE REALIZA VISITAS TÉCNICAS A CASAS DE ACOLOHIMENTO NO RIO DE JANEIRO E BAIXADA FLUMINENSE**

12/03/2025 - Reunião com a Secretaria das Relações Internacionais - Durante a reunião, foi discutida a parceria entre a SRI e a Sediv em projetos e ações da Secretaria da Diversidade voltados para a captação de recursos externos, com foco em recursos não reembolsáveis, visando ampliar o impacto dessas iniciativas.

**CEARÁ**

14/03/2025 - Agenda Unidade Móvel de Atendimento à População LGBTI+ - Em alusão ao Dia Internacional da Mulher, à memória de Marielle Franco e ao 8M, mobilização que reivindica direitos das mulheres.

A Unidade Móvel de Atendimento à População LGBTI+ do Ceará, Dandara Kettlely, esteve na Praça do Ferreira, em Fortaleza, oferecendo serviços de acolhimento e orientações para a população LGBTI+.



17/03/2025 - Reportagem da Secretaria da Diversidade na TV Cidade, sobre o I Feirão de Empregabilidade de 2025.



17/03/2025 - I Feirão da Empregabilidade de 2025 - Com o objetivo de incentivar a inclusão no mercado de trabalho, o Comitê de Empregabilidade e Empreendedorismo LGBTI+ promoveu a Feira da Empregabilidade LGBTI+. A ação foi realizada na unidade do IDT/Sine do Centro de Fortaleza, por meio de uma parceria entre o Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (IDT), as Secretaria do Trabalho (SET) e Diversidade do Ceará (SEDIV), o Ministério Público do Trabalho (MPT) e a prefeitura de Fortaleza, por meio do Centro de Referência Janaína Dutra, que ofertou vagas gratuitas em cursos de formação em Mundo do Trabalho e Robótica, voltado para jovens trans, travestis e não binários.






20/03/2025 - - Agenda transversal - Presença na Inauguração do Hospital Universitário do Estado (HUC) .



<p>13/03/2025 - Agenda transversal - Participação no Seminário Regional de Consulta a Indígenas LGBTI+ – Etapa Nordeste. O evento integra o Projeto Tecendo Direitos, que visa construir uma Estratégia Nacional para Indígenas LGBTQIA+, promovendo inclusão, reconhecimento e respeito às suas vivências.</p>	
<p>24/03/2025 - Agenda transversal - Participação no lançamento do Ambulatório SerTrans no Hospital Universitário do Ceará (HUC).</p>	
<p>26/03/2025 - Reportagem sobre o início das atividades do Ambulatório SerTrans no Hospital Universitário do Ceará (HUC).</p>	
<p>27/03/2025 - Reunião com comunicadores LGBTI+ do Ceará - Com o objetivo de fortalecer a parceria com a imprensa, combater a desinformação e alinhar estratégias para ampliar a visibilidade das nossas pautas.</p>	



<p>28/03/2025 - Visita à Prefeitura de Beberibe, onde foi recebida pela prefeita Michele Cariello de Sá Queiroz Rocha, pela vice-prefeita Dra. Yonara Batista e pela secretária da Assistência Luciana Lima.</p>	
<p>28/03/2025 - Conferência Municipal dos Direitos das Pessoas LGBTI+ de Beberibe.</p>	
<p>31/03/2025 - Afixionamento da Placa - O Conselho Regional de Enfermagem do Ceará (Coren-CE) com as seguintes ações: o emplacamento contra a LGBTfobia na sede da instituição e o lançamento do Grupo de Trabalho Diversidade e Inclusão na Enfermagem.</p>	
ABRIL	
<p>03/04/2025 - Comitê Intersetorial de Governança do Programa Ceará Sem Fome.</p>	



<p>14/04/2025 - Atividade do Projeto Transformar - Além da aplicação da pesquisa de campo do ITG na Unidade Prisional Vasco Damasceno Weyne (UP-Itaitinga 5), teve capacitação com letramento da diversidade.</p>	
<p>17/04/2025 - Projeto Transformar - Palestra “Escolhas”, com Fabiano Lobho, Unidade Prisional Irmã Imelda.</p>	
<p>24/04/2025 - Conferência Regional - Etapa complementar de Fortaleza e Região Metropolitana.</p>	
<p>30/04/2025 - Agenda da Unidade Móvel de Atendimento à População LGBTI+, Dandara Ketley, em Itapipoca/CE.</p>	



30/04/2025 - Evento edital 002 - Seminário Alusivos às Paradas LGBT+ no Ceará (GRAB).



MAIO

05/05/2025 à 06/05/2025 - FEIRÃO DA EMPREGABILIDADE - Com parceria com a Secretaria do Trabalho, junto ao Sine/IDT, foram ofertados diversos serviços, incluindo vagas afirmativas para pessoas LGBTI+.



06/05/2025 à 09/05/2025 - Participação como convidada do I GENXES - Congresso Nacional de Gênero, Sexualidade e Comunidade, realizada no Salão de Atos da URCA, no Cariri. O evento, de base comunitária, traz uma perspectiva interseccional, feminista, queer, decolonial, antirracista, anticapacitista e anticapitalista. A presença da Secretária Michelle Meira reforçou o compromisso com políticas públicas inclusivas e com o fortalecimento dos direitos da população LGBTI+.





07/05/2025 - Reunião com o presidente com presidente Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), desembargador Heráclito Vieira de Sousa Neto, em seu gabinete no Tribunal de Justiça, para discutir o fortalecimento de ações conjuntas no combate ao preconceito, à discriminação e à intolerância que afetam a população LGBTI+.



08/05/2025 - REPORTAGEM - Entrevista da Secretária da Diversidade à TV do Crato.



08/05/2025 - A secretária da Diversidade, Michelle Meira, cumpriu uma agenda estratégica na cidade do Crato, com o objetivo de fortalecer a interiorização das políticas públicas voltadas à população LGBTI+. Dialogou na Câmara dos Vereadores, na Prefeitura da cidade e com a secretária de Direitos Humanos, Zuleide Queiroz, e com a secretária de Educação, Neyla Cyrce.



08/05/2025 - Reunião do Conselho Estadual de Combate à Discriminação LGBT.





<p>09/05/2025 - Reunião do Grupo de Trabalho de Combate à LGBTfobia nos Estádios.</p>	
<p>09/05/2025 - Afixioamento da placa na Universidade Estadual do Cariri (URCA).</p>	
<p>09/05/2025 - Reunião com o secretário de Assistência Social de Barbalha, Francisco Sandoval Barreto de Alencar, para discutir estratégias e ações voltadas ao fortalecimento das políticas públicas para a população LGBTI+ no município.</p>	 <p>CEARÁ SECRETARIA DA DIVERSIDADE - TEM REUNIÃO COM SECRETÁRIO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE BARBALHA</p>
<p>09/05/2025 - Secretária da Diversidade, Michelle Meira, participou de audiência na companhia do magnífico reitor da URCA, Carlos Kleber, da professora do IFRJ Jaqueline de Jesus, da professora Suamy Soares (UERN), representantes da UFCA e movimentos sociais. O encontro debateu temas importantes, como as políticas afirmativas de cotas para pessoas trans.</p>	 <p>CEARÁ SECRETARIA DA DIVERSIDADE - ELABORE AGENDA COM O MAGNÍFICO</p>

<p>10/05/2025 - Afixionamento da placa - Secretária da Diversidade, Michelle Meira, esteve no Centro de Referência em Direitos Humanos do Crato, na Região do Cariri, fortalecendo o compromisso do Governo do Ceará com a promoção e proteção dos direitos da população LGBTI+.</p>	
<p>12/05/2025 - Secretaria da Diversidade (Sediv) promoveu uma reunião intersecretarial na sala de reuniões da Casa Civil, com a presença de Joelise Collyer, Secretária Executiva da Comunicação da Casa Civil. O encontro contou com representantes das secretarias @setur_ce, @idtsine, @sesportece, @sejuv.ce, @sepince_ceara, @direitoshumanosce, @cgeceara, @secitece, @seduc_ceara e @saudeceara, convidadas para fortalecer a articulação de políticas públicas voltadas à promoção, proteção e cidadania da população LGBTI+ no Ceará.</p>	
<p>12/05/2025 - Letramento em Diversidade (UP Horizonte/CE).</p>	
<p>13/05/2025 - Feirão de Empregabilidade + Unidade Móvel (SINE/IDT - Centro) - Em parceria com a Secretaria do Trabalho (SET) e a Secretaria da Diversidade (Sediv), a Feira da Empregabilidade LGBTI+, no IDT/Sine do Centro. Um dia dedicado a conectar empresas inclusivas e profissionais LGBTI+ em busca de oportunidades. Além das vagas, tivemos workshops para fortalecer habilidades e impulsionar carreiras.</p>	

<p>13/05/2025 - Abertura da VII Semana Janaína Dutra, que traz como tema central VALORIZAR AS EXISTÊNCIAS E GARANTIR A DIGNIDADE DE ESTUDANTES TRANS E TRAVESTIS, na construção de uma escola mais acolhedora, diversa e comprometida com os direitos humanos.</p>	 <p>The poster for the webinar features the title 'WEBINAR VII SEMANA JANAÍNA DUTRA' and the theme 'VALIDAR AS EXISTÊNCIAS E GARANTIR A DIGNIDADE DE ESTUDANTES TRANS E TRAVESTIS'. It lists speakers under 'PAINEL INSTITUCIONAL' (Michelle Weber, Helcio Mendes, Off Mendes) and 'CONVIDADOS' (Sandra Gomes, Ana Carolina).</p>
<p>13/05/2025 - Mutirão de Empregabilidade.</p>	 <p>A group of people is gathered around a table covered with a rainbow flag, participating in an employment fair. A person in the foreground is taking a photo of the event.</p>
<p>13/05/2025 - CAPACITAÇÃO - Letramento da Diversidade no curso de formação dos policiais penais do Ceará da Secretaria de Administração Penal e Ressocialização, realizado na UP de Horizonte.</p>	 <p>A woman is presenting to a large audience in a lecture hall. A slide on the screen reads: 'Letramento em Diversidade para Curso de Formação dos Policiais Penais do Ceará da Secretaria de Administração Penal e Ressocialização (SAP), realizada na UP Horizonte, uma ação alinhada ao mês de "Mais de Combate à LGBTfobia".'</p>
<p>13/05/2025 - "Tauá contra a LGBTfobia" (IFCE - Tauá)</p>	 <p>A woman is speaking into a microphone at an event. A large rainbow flag is visible in the background.</p>



<p>14/05/2025 - VII Semana Janaína Dutra - Seminário "Dignidade Estudantes Trans" (EEEP Presidente Roosevelt - Fortaleza), Mesa Redonda "Políticas para Diversidade" (EEFM Plácido A. Castelo - Fortaleza).</p>	
<p>14/05/2025 - Roda de Conversa - II Encontro Diversidade Jovem (Câmara de Solonópole).</p>	
<p>15/05/2025 - CAPACITAÇÃO - Letramento da Diversidade na cidade de Solonópoles.</p>	
<p>15/05/2025 - II Fórum Ibiapaba + Unidade Móvel Dandara Ketlely (UVA - São Benedito).</p>	



<p>15/05/2025 - CAPACITAÇÃO - Letramento da Diversidade para alunos do curso de formação dos policiais penais do Ceará da Secretaria de Administração Penal e Ressocialização. Em parceria com a SAP, por meio da Escola de Gestão Penitenciária e Formação para a Ressocialização (EGPR), realizou uma ação de letramento em diversidade voltada para os alunos do Curso de Formação da Polícia Penal do Ceará.</p>	
<p>15/05/2025 - Seminário "Trancar não é tratar", em parceria com @lamparina.gepsm (Estácio - Parangaba)</p>	
<p>15/05/2025 - II Fórum de Ibiapaba LGBTQIAPN+, junto ao Conselho Municipal LGBT de Viçosa, com apoio da Sediv.</p>	
<p>15/05/2025 - CAPACITAÇÃO - Letramento e Cine Debate (EEMTI Antonia Vieira Lima - Fortaleza) e Seminário "Dignidade Estudantes Trans" (EEEP Jaime Alencar - Fortaleza)</p>	

15/05/2025 à 22/05/2025 - MISSÃO COLÔMBIA - Encuentro Internacional de Experiencias en Servicios Sociales y Políticas Públicas LGBTI ‘Tejiendo futuro con orgullo’, em Bogotá - Participação da Secretária Michelle Meira no evento, com participação em mesa e compartilhamento de experiências; contribuindo assim para a internacionalização da política LGBTI+.



16 e 17/05/2025 - ARRASA – COMBATE À LGBTFOBIA + Unidade Móvel Dandara Ketlely no Crato. A Sediv esteve presente no evento em alusão ao "Maio de Combate à LGBTfobia", integrando à sua programação, oferecendo serviços de acolhimento, orientações e atendimentos psicossociais para a população LGBTI+ do município.



21/05/2025 - Roda de conversa “Como é que chama? Letramento LGBTQIAPN+”, voltada para profissionais da Secult Ceará. O encontro foi um território de escuta, diálogo e aprendizado coletivo sobre acolhimento e respeito às pessoas LGBTQIAPN+, reforçando nosso compromisso com uma cultura institucional mais inclusiva, diversa e plural.



22/05/2025 - Evento “17M: uma agenda para enfrentar a violência”, em Brasília. O evento discutiu as ferramentas construídas pela Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, no âmbito da Agenda Nacional de Enfrentamento à Violência contra Pessoas LGBTQIA+, em articulação com o Ministério da Justiça, CNMP, CNJ, demais órgãos governamentais, movimentos sociais e sociedade civil.



26/05/2025 - Secretaria da Diversidade (Sediv) realizou uma reunião no Instituto Federal do Ceará (IFCE), campus Pecém, com representantes da Associação das Empresas do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (AECIPP). Estiveram presentes a secretária Michelle Meira, o secretário executivo André Marinho, a diretora executiva da AECIPP, Ludmilla Campos, e a gestora de projetos, Sandrine Mont'Alverne.



27/05/2025 à 28/05/2025 - Mutirão de Cidadania - a Secretaria da Diversidade, em parceria com a Secretaria da Proteção Social, realizou uma ação de promoção de direitos e cidadania no Centro Estadual de Referência LGBTI+ Thina Rodrigues. Serviços oferecidos: Emissão da nova Carteira de Identidade Nacional (CIN); Emissão de Atestado de Antecedentes Criminais; Carteira de Trabalho Digital; Plantão Psicológico; Distribuição de autotestes de HIV e preservativos.



27/05/2025 - Secretária da Diversidade, Michelle Meira, concedeu entrevista à TVC Notícias destacando a importância do Mutirão de Cidadania LGBTI+ como ação concreta de promoção de direitos, cuidado e inclusão.



28/05/2025 - Reunião intersetorial com a Secretaria do Trabalho para ações conjuntas do mês do orgulho.



28/05/2025 - Mutirão de cidadania no Centro Estadual de Referência LGBT Thina Rodrigues.



28/05/2025 - Letramento em Gênero e Diversidade na EEMTI Des. Raimundo Carvalho, Pacatuba.



28/05/2025 - Seminário – 24ª Parada da Diversidade IFCE Maracanaú.



28/05/2025 - Cerimônia de Instalação da Placa Contra a LGBTfobia - Secretaria do Trabalho e o IDT instalaram, na sede dos órgãos, a Placa de Combate à LGBTfobia. A iniciativa faz parte da campanha Ceará da Diversidade contra a LGBTfobia pelo Governo do Estado do Ceará.



28/05/2025 - REPORTAGEM - Entrevista da Secretária da Diversidade Michelle Meira à TV Kariri.



29/05/2025 - Secretária da Diversidade, Michelle Meira, falou ao CETV 1ª Edição sobre a presença da Unidade Móvel Dandara Ketlely na Festa do Pau da Bandeira, em Barbalha.



29/05/2025 à 06/06/2025 - Agenda Unidade Móvel de Atendimento - Ativação na Festa do Pau da Bandeira, em Barbalha.



29/05/2025 - EVENTO - participação da Sediv na Festa do Pau da Bandeira, no Auditório do Opção – Av. Cel. João Coelho, 207, Barbalha.





<p>29/05/2025 - CAPACITAÇÃO - Letramento da Diversidade para Servidores que atuaram na festa Pau da Bandeira, em Barbalha.</p>	 <p>Ação de Letramento em Gênero e Diversidade para servidores municipais e colaboradores da Festa do Pau da Bandeira. Atendimentos da Unidade Móvel.</p>
<p>30/05/2025 - REPORTAGEM - Entrevista da Secretária da Diversidade Michelle Meira à Rádio Progresso.</p>	 <p>Programa Jornal de Progresso com João Hilária. Entrevista ao vivo Rádio Progresso FM 105.1</p>
<p>31/05/2025 - A Sediv esteve presente no Seminário alusivo à 24ª Parada da Diversidade do Ceará em Saboeiro/Ce.</p>	 <p>Seminário alusivo à Parada pela Diversidade Sexual de saboeiro</p>
JUNHO	
<p>05/06/2025 - Participação no 4º Encontro do Sistema Estadual da Cultura (Siec), realizado na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (Alece). O evento foi voltado para dirigentes, técnicos e comunicadores municipais de cultura de todo o estado.</p>	 <p>Sediv participa da abertura do 4º Encontro do Sistema Estadual de Cultura do Ceará</p>

<p>05/06/2025 - Reunião de articulação para o Triplo Fórum Internacional da Governança do Sul Global, que será sediado no Ceará entre os dias 11 e 13 de junho de 2025. O encontro aconteceu no auditório da Seplag e reuniu representantes de órgãos estaduais e parceiros institucionais envolvidos na organização do evento.</p>	
<p>09/06/2025 - Seminário Regional Ceará da Diversidade em Limoeiro do Norte - 3º Ciclo de Seminários da Diversidade com o tema: “Ceará da Diversidade contra a LGBTfobia: construindo a cidadania LGBTI+ na superação do preconceito e da violência.” Participação da Unidade Móvel.</p>	
<p>09/06/2025 - Agenda da Unidade Móvel Dandara Ketlely no CVT de Limoeiro do Norte. A ação ofereceu acolhimento, orientações e atendimentos psicossociais à população LGBTI+ do município.</p>	
<p>13/06/2025 - Participação na abertura do Triplo Fórum Internacional de Governança do Sul Global, realizado no Centro de Eventos do Ceará, em Fortaleza. A cerimônia contou com a presença do governador Elmano de Freitas, da secretária da Diversidade, Michelle Meira, de representantes dos BRICS e de autoridades de diversos países.</p>	

13/06/2025 - Participação na cerimônia de abertura alusiva ao Mês do Orgulho LGBTI+, realizada na Reitoria da Universidade Federal do Ceará (UFC). O prédio foi iluminado com as cores do arco-íris, como símbolo de respeito, visibilidade e inclusão da população LGBTI+.



13/06/2025 - Secretária da Diversidade, Mitchell Meira participou do São João de Maracanaú, ao lado da Unidade Móvel de Atendimento à População LGBTI+ do Ceará, Dandara Ketlely.



15/06/2025 - Formação - Letramento sobre Diversidade e Inclusão para servidores do Complexo do Pecém.



16/06/2025 à 18/06/2025 - A Sediv participou da VII Semana Luiz Palhano Loiola com o tema “Direitos Humanos das Pessoas LGBTI+” em parceria com a Secretaria da Educação (SEDUC). As escolas estaduais se mobilizaram e realizaram neste período, rodas de conversas, intervenções artísticas, debates e atividades para celebrar a diversidade, a educação inclusiva e a garantia dos direitos de todas, todos e todes.





<p>16/06/2025 - Evento “Orgulho & Memória: vozes que ecoam história” no Anexo Bode Ioiô (Rua Major Facundo, 584). O Museu do Ceará recebe, em parceria com a Secretaria da Diversidade do Estado do Ceará, uma roda de conversa que faz parte do circuito especial da última semana do Mês do Orgulho.</p>	
<p>17/06/2025 - Roda de Conversa sobre Visibilidade bissexual em parceria com a Secult.</p>	
<p>24/06/2025 - Projeto Acolher: Edição Especial Orgulho LGBTQIA+ - a Secretaria da Diversidade, em parceria com a Secretaria da Proteção Social, por meio do Governo do Estado do Ceará, convida todas as pessoas a participarem deste momento de cuidado, escuta e visibilidade.</p>	
<p>24/06/2025 - REPORTAGEM - Entrevista da Secretária da Diversidade Michelle Meira à TV Ceará.</p>	
<p>24/06/2025 à 29/06/2025 - ATIVIDADE - I Encontro Estadual de Gestores(as) Municipais LGBTI+ do Ceará, espaço de formação e articulação entre representantes das gestões municipais, com foco na troca de experiências e no fortalecimento das ações nos territórios.</p>	

24/06/2025 - Posse do Comitê Técnico de Políticas Culturais para a População LGBTI+. Um marco na construção de políticas culturais mais inclusivas, que reconhecem e valorizam as expressões e identidades da comunidade em todo o Ceará. Formado por representantes da sociedade civil, poder público e instituições parceiras, o inédito comitê marca o fortalecimento da presença LGBTI+ nas políticas públicas culturais cearenses.



25/06/2025 - Empresas + Diversidade - Empresas + Diversidade: empregabilidade e inclusão da população LGBTI+ no mercado de trabalho, reunindo 60 pessoas e representantes de 30 empresas, em um momento de troca, compromisso e fortalecimento das políticas de inclusão.



25/06/2025 - Afixionamento da Placa e visita institucional à Fiocruz Ceará - Secretária da Diversidade do Ceará, Michelle Meira, realizou uma visita institucional à sede da Fiocruz Ceará. A agenda teve como foco o alinhamento de futuras parcerias entre as duas instituições, visando o fortalecimento de projetos voltados à promoção da equidade, da inclusão e dos direitos da população LGBTI+.



26/06/2025 - REPORTAGEM - Entrevista ao Bom Dia Ceará da Secretária da Diversidade Michelle Meira.



26/06/2025 - Aula Magna Empodera + - Com participação da professora Erikah Souza, doutoranda em Ensino de Matemática pela UFRJ e consultora do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Esse evento foi antes do lançamento da Cartilha de Enfrentamento à LGBTfobia. A formação visou refletir sobre o papel transformador da educação na construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e plural.



26/05/2025 - REPORTAGEM - Coletiva de imprensa sobre o plano operacional para a XXIV Parada da Diversidade.



26/06/2025 - AGENDA UNIDADE MÓVEL - Atendimento psicossocial para pessoas LGBTI+ em Tamboril.



26/06/2025 - Audiência Pública na Câmara Municipal de Tamboril.





27/06/2025 - AGENDA UNIDADE MÓVEL - Participação na Caravana Integração SPS em Tamboril.



27/06/2025 - CAPACITAÇÃO - Letramento em Diversidade para funcionários do Beach Park.



27/06/2025 - EVENTO - Participação no II Colóquio da Diversidade do TRT da 7ª Região.



27/06/2025 à 28/06/2025 - Edital - O Projeto Capacitar, transformar e fomentar políticas públicas, empregabilidade e renda e conhecimento dos seus direitos e assistência reduzindo as desigualdades na população LGBTQIAPN+, sobretudo entre as transexuais e travestis, vem com o objetivo principal envolver a população LGBTQIAPN+ com foco na população transexuais e travestis da cidade do Crato.



28/06/2025 - Lançamento da Cartilha Enfrentamento à LGBTfobia. Como objetivo oferecer formação e letramento sobre a população LGBTI+, de forma a contribuir para o enfrentamento à LGBTfobia em todas as esferas, foi lançada na manhã desta quinta-feira (26), a Cartilha de Enfrentamento à LGBTfobia. O produto é fruto da parceria entre a Superintendência de Pesquisa e Estratégia de Segurança Pública (Supesp), vinculada à Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Ceará (SSPDS-CE), e a Secretaria da Diversidade do Ceará (Sediv).



28/06/2025 - Semana Luis Palhano - I Semana de Orgulho SER em parceria com a SEDUC.





28/06/2025 - AGENDA UNIDADE MÓVEL - Mutirão da Saúde na Unidade Básica de Saúde Antônio Ciriaco, com a palestra do participante do Empodera+ Ramon Diego.



29/06/2025 - EVENTO - XXIV Parada da Diversidade do Ceará.



JULHO

02/07/2025 - Sediv recebe homenagem em Sessão Solene em Comemoração ao Dia do Orgulho LGBTI+.





03/07/2025 - Sediv presente no Seminário “Serviço Público de Todas as Letras LGBTQIAPN+”.



04/07/2025 - Sediv participa da entrega de 160 novas certidões retificadas na 4ª Edição do Transforma.



07/07/2025 - Desfile Autoral do Projeto Moda LGBTQIAPN+, Identidade e Resistência da Associação Solidariedade aos Meninos e Meninas de Fortaleza – Casa de Andaluzia

O Desfile de Moda Autoral aconteceu no Museu da Imagem e do Som (MIS), reunindo todos os beneficiários do projeto, além da apresentação de vídeo institucional e do ensaio fotográfico. O evento contou com a participação da SEDIV e foi apoiado pelo Edital de Fomento 002/2024.



07 a 11/07/2025 - A Sediv por meio do Centro Estadual de Referência LGBT+ Thina Rodrigues. A iniciativa, voltada para pessoas LGBTI+ interessadas em empreender ou ampliar a renda, foi fruto de uma parceria entre a Sediv, o Programa Alimentando Sonhos (M. Dias Branco) e a Escola de Gastronomia Autossustentável.



09/07/2025 - Sediv presente na Reunião do Pleno da Comissão Nacional de Intergestores LGBTQIA+.



11 a 13/07/2025 - Unidade Móvel Dandara Ketlely presente na ExpoCrato no Cariri.



11/07/2025 - Sediv realiza treinamento em Diversidade e Gênero para colaboradores da ExpoCrato.





<p>14/07/2025 - A Sediv esteve presente na Etapa Regional Cariri da V Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres no Crato.</p>	 <p>SECRETARIA DA DIVERSIDADE PARTICIPA DA ETAPA REGIONAL CARIRI DA V CONFERÊNCIA ESTADUAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES</p>
<p>16/07/2025 - A Sediv esteve representando o Governo do Estado na Abertura dos Jogos 5a Liga da CAGECE.</p>	 <p>SECRETARIA DA DIVERSIDADE PARTICIPA DA ABERTURA DOS JOGOS DA CAGECE</p>
<p>24/07/2025 - A Sediv integra a 4a Conferência Livre do Direito das Pessoas 60+ LGBTI+ em Fortaleza.</p>	 <p>SECRETARIA DA DIVERSIDADE INTEGRA 4ª CONFERÊNCIA LIVRE DO DIREITO DAS PESSOAS 60+ LGBTI+ EM FORTALEZA</p>
<p>24/07/2025 - A Sediv participa do I Festival de Culturarte do Sistema Socioeducativo do Ceará.</p>	 <p>SECRETARIA DA DIVERSIDADE PARTICIPA DO FESTIVAL DE CULTURARTE DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO DO CEARÁ</p>



25/07/2025 - A Sediv participa da Formação de Novos Agentes da Polícia Penal.



26/07/2025 - A Sediv organizou a Exibição e Debate do filme documentário “Cangaceiros - Ocupando Espaços em Campo” .



26/07/2025 - Sediv esteve presente na Reunião de Balanço do Secretariado do Governo do Estado.



AGOSTO

02/08/2025 - A Sediv participa do I Fórum LGBTQIAPN+ de Itarema.





05 e 06/08/2025 - 4a Conferência Estadual dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ do Ceará.



12/08/2025 - Reunião da Articulação Brasileira de Lésbicas (ABL).



14/08 a 17/08/2025 - A Sediv participou do III Encontro Nacional da Articulação Brasileira de Lésbicas - ABL em Fortaleza.



17/08/2025 - A Sediv esteve em ações no município de Poranga da 2ª Edição do Projeto Sertões de Crateús: Inclusivo e Diverso, contemplado no Edital 002/2024.

- 1) Roda de Conversa na EEMTI Prudência de Pinho com a participação de 300 alunos e profissionais da escola;
- 2) Participação da 12ª Sessão da Câmara Municipal de Poranga com 80 participantes;
- 3) Letramento em Diversidade para gestores municipais no Centro Cultural com um público de 100 pessoas.



28/08/2025 - Sediv participa do Espaço Diversidade, Equidade e Inclusão no 9o Salão de Turismo em São Paulo.



29/08/2025 - Sediv articulou iluminação de equipamentos em homenagem ao Dia Nacional da Visibilidade Lésbica.



29/08/2025 - A Sediv participou da Final da Mostra Regional do Projeto III Edição do Prêmio Escola de Todas as Cores: Educação, Inclusão e Arte da entidade Associação Comunitária Menino Jesus de Alegre II, contemplada no Edital 002/2024.



O evento contou com apresentações de arte e cultura com temáticas LGBTQIA+ de grupos de alunos de escolas públicas dos municípios beneficiários do Projeto e aconteceu, na Lagoa do Mato - Distrito de Itatira, na Quadra Esportiva da Igreja São Francisco, com público aproximado de 250 pessoas.

SETEMBRO



<p>04/09/2025 - A Sediv participou do 19o For Rainbow - Festival de Cinema e Cultura da Diversidade Sexual e de Gênero.</p>	 <p>SECRETARIA DA DIVERSIDADE NO 19º FOR RAINBOW - FESTIVAL DE CINEMA E CULTURA DA DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO</p>
<p>04/09/2025 - Reunião com a Secretaria de Proteção Social para alinhamento e planejamento de ações em conjunto entre as pastas.</p>	 <p>SECRETARIA DA DIVERSIDADE PARTICIPA DE REUNIÃO COM SECRETARIA JANE RODRIGUES SECRETARIA DE PROTEÇÃO SOCIAL</p>
<p>05/09/2025 - Reunião com a Sesporte para alinhar ações do Grupo de Trabalho de Enfrentamento à LGBTFobia nos Estádios.</p>	 <p>SECRETARIA DA DIVERSIDADE PARTICIPA DE REUNIÃO DE TRABALHO COM SECRETARIA EXECUTIVA DO ESPORTE ROSÂNGELA FÉLIX NA SESPORTE</p>
<p>05/09/2025 - Reunião com a Etice para modernização tecnológica e apoio aos projetos da Sediv.</p>	<p>TECNOLOGIA</p> <p>Etice reúne-se com Secretaria da Diversidade para discutir parcerias</p>  <p>ETICE CEARÁ 25</p>

10/09/2025 - Unidade Móvel Dandara Ketlely em Itatira.



10/09/2025 - A Sediv esteve presente em Novas Russas para participação de ações e fiscalização do projeto 2ª Edição do Projeto Sertões de Crateús: Inclusivo e Diverso, executado pela Associação Diversidade do Curtume, contemplada no Edital de Fomento 002/2024.



- 1) Visita técnica à Sede da entidade;
- 2) Roda de Conversa na EEMTI Olegário Abreu Memória com a participação de 400 alunos e profissionais da escola;
- 3) Roda de Conversa na EEMTI Alfredo Gomes com 60 alunos e professores.

11/09/2025 - 4a Reunião Ordinária da Comissão Nacional de Intergestores da Política LGBTQIA+.





11/09/2025 - Reunião Sediv e CGE para reforçar o compromisso com transparência e diversidade.



11/09/2025 - Encerramento e entrega de Certificados do Curso de Gestão de Negócios e Economia Criativa da Associação Solidariedade aos Meninos e Meninas de Fortaleza – Casa de Andaluzia.

O evento aconteceu no auditório da ADUF e a Secretária da Diversidade, Mitchellle Meira, entregou os certificados para 30 pessoas LBTQIAP+ e comunidades de territórios vulnerabilizados.



15/09/2025 - Reunião da Sediv e Secult para a valorização da Cultura LGBTI+.



15/09/2025 - Reunião com a Secretaria do Trabalho, IDT e IJCPM/RioMar para a organização do Feirão de Empregabilidade e Oportunidades.





<p>17/09/2025 - Seminário de Enfrentamento ao Preconceito e Todas as Formas de Violência em Nova Russas.</p>	
<p>18/09/2025 - Sediv participa da 2ª Cúpula Global da Coalizão para a Alimentação Escolar.</p>	 <p>CEARÁ SECRETARIA DA DIVERSIDADE PARTICIPADA ABERTURA DA 2ª CÚPULA GLOBAL DA COALIZÃO PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR</p>
<p>25/09/2025 - Sediv participa do Debate Nacional sobre Prevenção e Enfrentamento às Violências em Brasília.</p>	 <p>CEARÁ SECRETARIA DA DIVERSIDADE LEVA CONTRIBUIÇÃO CEARENSE A DEBATE NACIONAL SOBRE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO ÀS VIOLÊNCIAS</p>
<p>26/09/2025 - Articulação para a 4ª Conferência Nacional e o Programa Empodera+.</p>	



27/08 e 28/09/2025 - Sediv participa do Transforma Pride 2025 em Recife/PE.



30/09/2025 - Reunião no TJ/Ce com o Juiz Marcelo Roseno para proteção da população LGBTI+.



OUTUBRO

01/10/2025 - Reunião da Sediv com Etice.



01/10/2025 - Reunião da Sediv, Secult e IDM para o planejamento do II Festival Ceará da Diversidade.





<p>07/10/2025 - Sediv participa da Inauguração do Centro Municipal de Referência LGBTQIA+ Janaina Dutra em Fortaleza.</p>	 <p>SECRETARIA DA DIVERSIDADE PARTICIPA DA INAUGURAÇÃO DA NOVA SEDE DO CENTRO MUNICIPAL DE REFERÊNCIA LGBTQIA+ JANAINA DUTRA</p>
<p>09/10/2025 - Sediv presente no Lançamento da Campanha “Paixão pelo Ceará” do Governo do Estado.</p>	 <p>UNIÃO, CULTURA E IDENTIDADE CONTEVE COMO FOI O LANÇAMENTO DA CAMPANHA "PAIXÃO PELO CEARÁ" NO MS</p>
<p>10/10/2025 - 2o Feirão de Empregabilidade e Oportunidades e Unidade Móvel Dandara Ketlely no Riomar Kennedy.</p>	 <p>2º feirão da empregabilidade e oportunidade LOSTI+</p> <p>10H AS 17H</p> <p>RECURSOS HUMANOS, VAGAS, CREDITO, OPORTUNIDADE, INCLUSÃO SOCIAL, INICIATIVA SOCIAL</p> <p>100% AS 17H</p> <p>SECRETARIA DA DIVERSIDADE, SEDIV, CEARÁ</p>
<p>13/10/2025 - Reunião para parceria da Sediv e Cesa Ceará para ações de Inclusão e Diversidade.</p>	 <p>SECRETARIA DA DIVERSIDADE E SEDIV E CESA-CE FORTALECEM PARCERIA PARA AMPLIAR AÇÕES DE INCLUSÃO E DIVERSIDADE</p>



14/10/2025 - Sediv participa da Celebração de 90 anos do Tribunal de Contas do Estado do Ceará.



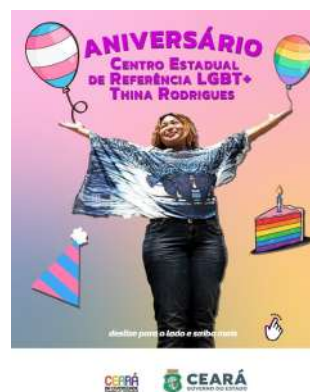
15/10/2025 - Sediv presente na Solenidade de Ampliação do Programa CNH Popular.



16/10/2025 - Sediv presente na Celebração Mundial do Dia da Alimentação promovida pela FAO/ONU no Ceará.



17/10/2025 - 4o Aniversário do Centro Estadual de Referência LGBT+ Thina Rodrigues, equipamento da Sediv em Fortaleza.



22/10/2025 - A Sediv esteve presente Abertura do Curso de Produção Cultural para Mulheres Trans e Travestis (2º edição) do Projeto Elas fazem Cultura! da entidade Prodança, contemplada no Edital de Fomento 002/2024.

O Curso Elas Fazem Cultura! aconteceu na Sede da Associação Mães do Orgulho e Resistência do Ceará (AMOR CE) e contou também com os parceiros Produtora Flutuante e Associação de Travestis e Mulheres Transexuais do Ceará (ATRAC)..



24/10/2025 - 4a Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ em Brasília.



28/10 a 01/12/2025 - A Sediv por meio da parceria com a Secretaria da Proteção Social e o Programa Empodera+. A iniciativa, voltada para pessoas LGBTI+ e cadastradas no Cadastro Único interessadas em capacitações profissionalizantes: Curso de Bartender e Curso de Recepcionista.



31/10/2025 - Audiência Pública “Enfrentamento à LGBTFobia no Futebol Cearense”.





NOVEMBRO

05/11/2025 - Unidade Móvel Dandara Ketlely em Icó.



06 a 08/11/2025 - Sediv presente na Feira do Conhecimento 2025.



10/11/2025 - 53º Aniversário da Ceasa Ceará - Instalação da Placa de Combate à LGBTFobia.



14/11/2025 - Sediv presente no Festival Zepelim e Unidade Móvel Dandara Ketlely.





18/11/2025 - Caravana Ceará Um Só na Grande Fortaleza.



19/11/2025 - Unidade Móvel Dandara Ketlely no III Afrocearensidades.



19/11/2025 - Sediv presente no IV Fórum Estadual dos Grêmios.



21/11/2025 - Sediv é homenageada com Prêmio Arco-Íris de Direitos Humanos no Rio de Janeiro.



27/11/2025 - Unidade Móvel Dandara Ketlely no Juazeiro do Norte.



27/11/2025 - Sediv em Brasília com autoridades nacionais e internacionais.



27/11/2025 - A Sediv fez a Certificação das beneficiárias do Curso de Produção Cultural para Mulheres Trans e Travestis (2º edição) do Projeto Elas fazem Cultura! da Associação de Bailarinos, Coreógrafos e Professores de Danças do Ceará - PRODANÇA, contemplada no Edital de Fomento 002/2024.



O evento aconteceu na Secretaria das Mulheres com a participação da Secretária da Mulher, Exma. Sra. Lia Gomes e presença dos parceiros Produtora Flutuante, Associação de Travestis e Mulheres Transexuais do Ceará (ATRAC) e da Associação Mães do Orgulho e Resistência do Ceará (AMOR CE).

28/11/2025 - A Sediv participou do encerramento do Curso de Produção Cultural para Mulheres Trans e Travestis (2º edição) do Projeto Elas fazem Cultura! da Associação de Bailarinos, Coreógrafos e Professores de Danças do Ceará - PRODANÇA, contemplada no Edital de Fomento 002/2024.



O evento foi uma Mostra Artística com Feira de Empreendedores LGTBI+, Espetáculo de Teatro e Batalha de Ballroom, idealizada, organizada e com a participação das concludentes no Teatro Universitário Paschoal Carlos Magno - TUPA, e estavam presentes, além da Sediv, os parceiros Produtora Flutuante, Associação de Travestis e Mulheres Transexuais do Ceará (ATRAC) e da Associação Mães do Orgulho e Resistência do Ceará (AMOR CE).

DEZEMBRO

03/12/2025 - Semana da Diversidade e Unidade Móvel Dandara Ketlely em Quixeramobim.



03/12/2025 - Reunião SEDIV e SSPDS de Alinhamento de ações para a segurança da população LGTBI+.





08/12/2025 - Seminário Regional Ceará da Diversidade contra a LGBTfobia: Região Sertão Central - Quixadá.



12/12/2025 - 6ª Reunião Ordinária do Comitê Intersetorial de Governança do Programa Ceará Sem Fome.



17/12/2025 - A Sediv esteve presente para fiscalização e participação de atividades do Projeto 8ª Semana da Diversidade e 21ª Parada da Diversidade de Juazeiro do Norte do Instituto Beneficente Madre Maria Villac – ABEMAVI, contemplado pelo Edital de Fomento 002/2024.



- 1) Encontro Políticas Públicas para população LGBTI+ no IFCE Juazeiro;
- 2) Cine Debate “Orgulho de Ser” com a população LGBTQIAPN+ na Casa da Diversidade de Juazeiro.

18/12/2025 - A Sediv esteve presente no Viradão do Emprego 23, 29 e 30/12/25 em parceria com a Secretaria do Trabalho, IDT, Ministério do Trabalho e Emprego, Prefeitura de Fortaleza e Rede Cuca. Foram mais 1.000 vagas oferecidas para o primeiro emprego, especialmente para públicos prioritários como jovens e LGBTI+.





18/12/2025 - Lançamento do 4o Anuário do Observatório da LGBTFobia no Futebol do Coletivo Canarinhos LGBTI+ - Dados 2024 no II Festival Ceará da Diversidade.



18/12/2025 - I Reunião da Comissão Estadual de Intergestores da Política LGBTI+ (CEINP) no II Festival Ceará da Diversidade.



18/12 a 20/12/2025 - Programação no II Festival Ceará da Diversidade.



18 a 20/12/2025 - Ceará Sem Fome no II Festival Ceará da Diversidade.



18 a 20/12/2025 - A Sediv esteve presente na Abertura do Encontro Cearense de Organizações de Paradas LGBTQIA+, realizado pelo Grupo de Resistência Asa Branca - GRAB, contemplado no Edital de Fomento 002/2024.

O evento contou com a participação de representantes das paradas do Ceará, São Paulo, municípios do estado e bairros da capital.



19/12/2025 - Seminário Estadual de Enfrentamento à LGBTFobia no Futebol no II Festival Ceará da Diversidade.



19/12/2025 - Unidade Móvel Dandara Ketley no II Festival Ceará da Diversidade.



19/12/2025 - A Sediv esteve presente no encerramento do Projeto Empoderar É Oportunizar com a certificação e entrega de Kits dos Cursos de Estética Capilar e de Maquiagem da Associação Projeto Irmão Sol Irmã Lua, contemplada no Edital de Fomento 002/2024.

O evento aconteceu na Sede da entidade no Canindezinho com a presença das beneficiárias dos cursos do projeto.





<p>20/12/2025 - II Festival Ceará da Diversidade Encerramento (palco) - Sediv faz homenagens às entidades e personalidades que apoiaram no fortalecimento das políticas públicas para população LGBTQIA+ em 2025.</p>	
<p>20/12/2025 - II Festival Ceará da Diversidade Absolute Cinema Travesti - Exibição do filme: Xicas: Travestis na Avenida e Roda de Conversa.</p>	
<p>20/12/2025 - Reunião do Secretariado Estadual.</p>	

Fonte: autoral

Fortaleza, 29 de dezembro de 2025.



Mitchelle Meira
Secretária da Diversidade